ANÁLISE DE TEMAS SOCIAIS

COLEÇÃO DOS GRANDES TEMAS SOCIAIS

Fazem parte desta coleção as seguintes obras de Mário Ferreira dos Santos:

1) Tratado de Economia I vol.
2) Tratado de Economia II vol.
3) Filosofia e História da Cultura I vol.
4) Filosofia e História da Cultura II vol.
5) Filosofia e História da Cultura III vol.
6) Análise de Temas Sociais I vol.
7) Análise de Temas Sociais II vol.
8) Análise de Temas Sociais III vol.
9) O Problema Social

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

ANÁLISE DE TEMAS SOCIAIS

I VOLUME

LIVRARIA E EDITÔRA LOGOS LTDA.
Rua 15 de Novembro, 137 — 8.º andar — Telefone: 35-6080
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição, junho de 1962

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos têrmos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes (mudas, entretanto, na linguagem de hoje), nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do têrmo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para êles. Fazemos esta observação sòmente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais

de Mário Ferreira dos Santos

VOLUMES PUBLICADOS:

1) Filosofia e Cosmovisão
2) Lógica e Dialéctica
3) Psicologia
4) Teoria do Conhecimento
5) Ontologia e Cosmologia
6) Tratado de Simbólica
7) Filosofia da Crise (Temática)
8) O Homem perante o Infinito (Teologia)
9) Noologia Geral
10) Filosofia Concreta I vol.
11) Filosofia Concreta II vol.
12) Filosofia Concreta III vol.
13) Filosofia Concreta dos Valôres
14) Sociologia Fundamental e Ética Fundamental
15) Pitágoras e o Tema do Número (Temática)
16) Aristóteles e as Mutações (Temática)
17) O Um e o Múltiplo em Platão (Temática)
18) Métodos Lógicos e Dialécticos I vol.
19) Métodos Lógicos e Dialécticos II vol.
20) Métodos Lógicos e Dialécticos III vol.
21) Filosofias da Afirmação e da Negação (Temática Dialéctica)
22) Tratado de Economia I vol.
23) Tratado de Economia II vol
24) Filosofia e História da Cultura I vol.
25) Filosofia e História da Cultura II vol.
26) Filosofia e História da Cultura III vol.
27) Análise de Temas Sociais I vol.
28) Análise de Temas Sociais II vol.
29) Análise de Temas Sociais III vol.
30) O Problema Social

NO PRELO:

31) Tratado de Esquematologia
32) As Três Críticas de Kant
33) Problemática da Filosofia Concreta

A SAIR:

34) Temática e Problemática da Cosmologia Especulativa
35) Teoria Geral das Tensões I vol.
36) Teoria Geral das Tensões II vol.
37) Temática e Problemática da Criteriologia
38) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais I vol.
39) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais II vol.
40) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais III vol.
41) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais IV vol.
42) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais V vol.

Os volumes subseqüentes serão oportunamente anunciados.

OUTRAS OBRAS DO MESMO AUTOR:

— «O Homem que Foi um Campo de Batalha» — Prólogo de «Vontade de Potência», de Nietzsche, ed. Globo — Esgotada
— «Curso de Oratória e Retórica» — 8ª ed.
— «O Homem que Nasceu Póstumo» — (Temas nietzscheanos)
— «Assim Falava Zaratustra» — Texto de Nietzsche, com análise simbólica — 3ª ed.
— «Técnica do Discurso Moderno» — 4ª ed.
— «Se a esfinge falasse...» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
— «Realidade do Homem» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
— «Análise Dialéctica do Marxismo» — Esgotada
— «Curso de Integração Pessoal» — (Estudos caracterológicos) 3ª ed.
— «Práticas de Oratória» — 2ª ed.
— «Assim Deus falou aos Homens» — 2ª ed.
— «Vida não é Argumento»
— «A Casa das Paredes Geladas»
— «Escutai em Silêncio»
— «A Verdade e o Símbolo»
— «A Arte e a Vida»
— «A Luta dos Contrários» — 2ª ed.
— «Certas Subtilezas Humanas» — 2ª ed.
— «Convite à Estética»
— «Convite à Psicologia Prática»
— «Convite à Filosofia»

A PUBLICAR:

— «Hegel e a Dialéctica»
— «Dicionário de Símbolos e Sinais»
— «Discursos e Conferências»
— «Obras Completas de Platão» — comentadas — 12 vols.
— «Obras Completas de Aristóteles» — comentadas — 10 vols.

TRADUÇÕES:

— «Vontade de Potência», de Nietzsche
— «Além do Bem e do Mal», de Nietzsche
— «Aurora», de Nietzsche
— «Diário Íntimo», de Amiel
— «Saudação ao Mundo», de Walt Whitman

ÍNDICE

PRÓLOGO

A criança, desde logo é fácil observar, vive a realidade em que ela se concreciona. Não se distingue do ambiente no qual vive e capta confusamente. Com o decorrer do tempo, sua actividade diferenciadora é crescente, e grande é o seu esfôrço para conseguir distinguir, separar e abstrair. Do mesmo modo, deve ter sido a evolução da inteligência no homem. Em seus primórdios, sua imersão no mundo levava-o a confundir-se com o meio ambiente. Desenvolveu lentamente a sua capacidade abstractora, e alcançou, afinal, êsse período extraordinário de análise, que vai desde os gregos até nossos dias. Estamos agora, depois de uma atomização especializadora constante, marchando para um novo período: o concrecionador. Neste, o homem irá reunir, não, porém, confusamente, o que distinguiu, o que analisou. Se difícil lhe foi realizar a análise, mais difícil ainda é agora concrecionar. Nossa concepção, que é a Filosofia Concreta, que elabora essa operação num grau mais elevado, pretende instituir as bases de um método, não pròpriamente de síncrise *mas de concrecionamento, que facilite não só a descoberta do que correlaciona, entrosa e conexiona, mas, também, do que analoga e até univoca. Sempre, em nossos livros, usamos três fases em nosso método de expor. Iniciamos por uma* síntese *da matéria em exame, passamos para uma* análise, *para, afinal, penetrarmos na* concreção. *Demos como exemplo, alguém que, de longe, vê uma cidade que ainda não conhece. No primeiro estágio, tem uma visão confusa da sua totalidade. Depois, ao percorrer suas ruas e bairros, tem dela uma visão analítica. Finalmente, ao retornar da cidade, ao contemplá-la novamente do lugar de onde anteriormente a havia visto, tem então uma visão de conjunto, que inclui a análise já realizada: tem uma* visão concreta.

O grande período de análise que realizou a Filosofia nestes vinte e cinco séculos trouxe uma contribuição poderosa e robusta. Quando notamos os erros abstractistas, o excesso de acentuação e de actualização de um aspecto formal, que levou tantos homens a examinar detidamente o fragmento de realidade que foi considerado, notamos que houve um bem e houve um mal. Um bem, porque o excesso de atenção ao aspecto fragmentário permitiu subdividir e subdistinguir, ampliando o conhecimento de aspectos subordinados; um mal, ao atribuir a êsse fragmento da realidade a única realidade, negando valor aos outros fragmentos que outros destacaram.

Assim, grandes e benéficas foram as análises realizadas, que permitiram acentuar exageradamente certos aspectos, como Platão e Sócrates ao se interessarem pelas formas; Parmênides sôbre a realidade absoluta do Ser; Aristóteles, demorando-se detidamente no exame das suas polaridades famosas: forma e matéria, acto e potência, essência e existência, substância e accidente; Protágoras considerando o relativismo do conhecimento; os sofistas abrindo caminhos novos à dialéctica, os escolásticos dedicando-se ao estabelecimento das mais nímias distinções; Scot demorando-se sôbre o exame da distinção formal ex natura rei; *Suarez atendendo para as modais; Giordano Bruno dedicando-se ao exame da potência infinita; Buda ao nirvana, ao nada do nada-relativo; Kant demorando-se no exame da estructura do nosso conhecimento; Comte preocupando-se com o positivo; os materialistas dedicando-se ao exame da matéria, os psicologistas no intuito desenfreado de obter uma explicação de tudo pela Psicologia, etc. E, assim, os biologistas, os racistas, os economistas, os meteorologistas, Freud e o inconsciente, Jung e as sedimentações mais longínquas da alma humana, e tantos outros, dedicados a aspectos particulares, especializando-se ao extremo, todos, enfim, realizaram êsse grande trabalho analítico necessário e imprescindível para o progresso do homem. Tudo isso foi grande e benéfico, pecando apenas ao desmerecer as positividades sôbre as quais os outros se dedicavam, e cuja realidade afirmavam.*

Resta-nos, agora, concrecionar *e, sobretudo, sem perder-se de vista que ainda não se esgotaram as possibilidades de análise.*

Também foi grandioso, no terreno das idéias sociais, o esfôrço dos socialistas. A análise em profundidade do capitalismo permitiu que muitos defeitos fôssem sanados, a análise excessiva do factor econômico deu um valor ao mesmo, que em parte êle merecia, o exame do cesariocrata, do estatocrata e do Estado, cuja crítica foi sem quartel, levada avante pelos anarquistas e libertários, permitiu que salientassem os males que daí adviriam à Humanidade, como advieram e ainda advirão. Todo êsse trabalho foi benéfico e tudo isso realizou algo de grandioso. Não nos cabe mais filiarmo-nos a um ismo, *e subordinarmo-nos a êle, mas realizar a concreção; ou seja, construir a visão concreta, que reúna essas positividades, analogando-as com um nexo que justifique a sua realidade, não a sua exclusividade. Assim como empreendemos essa tarefa na Filosofia e a realizamos em "Filosofia Concreta", empreenderemos, agora, no exame da História, esperando que outros, mais robustos que nós, possam ir além do ponto que nós hoje iniciamos.*

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

AS CONCEPÇÕES MATERIALISTAS DA HISTÓRIA

CONCEPÇÃO MARXISTA

A concepção econômica da História vem desde os gregos, e deve ter surgido muito antes dêles. Mas só tem ressonância nos períodos em que a Economia passa a merecer a máxima atenção, devido aos grandes problemas que ela suscita em certos períodos da História, como temos visto.

Como, nesta parte de nossos trabalhos sôbre temas sociais, o que nos passa a interessar sobretudo é o ciclo cultural que vivemos no ocidente, é em tôrno dêste que gravitarão nossas principais análises, recorrendo a outros ciclos tão-sòmente na proporção que os factos passados nos possam dar alguma contribuição que esclareça o drama que vivemos, e nos possam conduzir a uma visão mais clara das possibilidades que dispomos para enfrentar ou desviarmo-nos do final trágico que nos espera.

São essas as razões que nos levarão a trilhar outro caminho, a perscrutar, na História do ocidente, as lições que ela nos possa dar.

Se passarmos os olhos pelo socialismo dos séculos XVIII e XIX, encontraremos a primária e abstractista interpretação materialista da História em socialistas como Saint Simon, Considérant, Louis Blanc, Proudhon, para citarmos apenas os franceses. Sem dúvida que o socialismo gira em tôrno do econômico, sôbre o qual estabelece as suas mais vivas considerações. Negar o factor econômico na História seria um êrro palmar, e nenhum filósofo de certo vulto negaria essa influência. Mas o que caracteriza ao marxismo não é apenas a aceitação do factor econômico e a sua predominância, mas a postulação dogmática e pretendentemente apodítica que quer dar à tese, muito embora seja essa colocação axiomática mais

própria dos marxistas do que pròpriamente de Marx e Engels, que, como veremos, não cometiam essa "tolice", (e o têrmo é empregado por êste último) de atribuir sempre e apenas ao econômico a causação dos factos históricos. Apesar dessa admoestação de Engels, o dogma foi proclamado, como o foi o da inevitabilidade e imprescindibilidade da **ditadura do proletariado**, que levou à morte a tantos que puseram dúvida na sua apoditicidade, e que, nos dias que correm, o **Isvéstia** afirma não ser mais necessária, já que o caminho do socialismo pode ser trilhado até pelos caminhos democráticos burgueses. Esta **verdade** de hoje foi a grande **heresia** de ontem, que custou milhares de vidas, senão milhões. Quando **Plekhanov** afirmava a Lenine que a **ditadura do proletariado** seria impossível, além de ser um mau caminho, foi por êste classificado de "herético" e todos os mencheviques e socialistas democráticos, que aceitavam a tese de **Plekhanov**, receberam as maiores afrontas e foram ferreteados pela maior ignomínia. Portanto, também não é de admirar que amanhã outro Kruchev, ou outro articulista do **Isvéstia** afirme também que a interpretação materialista da História não tem procedência, e que o factor econômico nem sempre é o predominante, nem sempre marca a direcção definitiva dos acontecimentos.

Mas, enquanto não surge ainda êste famoso artigo, que um dia poderá ser escrito, comentemos e analisemos à luz da Filosofia os fundamentos do **materialismo histórico** e as razões de nossa oposição à tese.

Julgava Marx, certamente por influência hegeliana, que havia alcançado ao fundo "das leis da física social", e a sua descoberta era tão importante como a de Copérnico e de Kepler, como declaravam os seus panegiristas.

Graças à descoberta dessa lei, afirmava Engels, a interpretação econômica da História tornava-se ciência. É uma lei indefectível afirmam ainda os seguidores, lei inflexível. Assim como o mundo físico está submetido a leis invioláveis, também está o destino do homem na Terra. Do mesmo modo que não podemos violar as leis da Biologia e da Fisiologia, não podemos violar as leis da Física Social. Vivemos num mundo de necessidades e somos dirigidos por elas. O próprio marxismo é a conseqüência de uma evolução humana e imprescriptível como o são as leis que regem os factos da Física. Por que o homem, em seu viver social, fugiria à férrea lei da natureza? Como poderia êle opor-se ao que já está determinado?

Contudo, tais perguntas já haviam encontrado há muitos séculos respostas precisas e esclarecedoras. Mas que poderíamos esperar da ignorância filosófica que se apossou do mundo depois do século XVI? Ademais estávamos, no tempo de Marx, em plena ascensão do empresário utilitário, da sua escala de valor, e a sua cosmovisão dominava grande parte da intelectualidade incipiente. No exame que fizemos do empresário utilitário, chamamos a atenção para o viciamento do acto humano pela ignorância, êsse vício de certo modo vencível, mas que ainda domina grande parte da sub-intelectualidade que povoa hoje postos de relêvo das letras e da cultura. O materialismo histórico é a filosofia típica do empresário utilitário quando toma consciência de si e quer impor as suas reivindicações, ou conservar as suas conquistas. Explicar tudo pelo econômico, corresponde ao seu critério sôbre o valor, o custo e também o preço. Tudo tem um preço e tudo pode medir-se pelo sinal mais expressivo do empresário utilitário do ocidente: o cifrão $. O cifrão traduz a moeda, que é o sinal de tôda utilidade para a economia de tal tipo estamental. Êste vive plenamente o econômico, e são frioleiras, ficções, imaginação delirante tudo quanto tenha valor para o homem e que não se traduza em cifras; ou seja, em valias econômicas. Ora, o que se tornava mister era ter um sentido claro do econômico. E foi o que não se fêz. Se um homem é movido por uma necessidade fisiológica, como a fome de alimentos ou de sexo, e busca bens que a aplaquem, e realiza um esfôrço, que onera a sua acção para alcançá-los, não é a economia que o move, mas a fisiologia. O acto econômico é o acto realizado posteriormente com o intuito de atender a uma finalidade: satisfazer uma necessidade. Mas assim como os mesmos apetites podem desencadear acções diversas, de graus intensistas vários, também as reacções psicológicas se distinguem dos meros reflexos fisiológicos, porque, naquelas, há já a contribuição de esquematismos adquiridos, que nos explicam a heterogeneidade dos actos.

Se permanecemos no campo da Psicologia, notamos que as reacções não têm a mesma proporcionalidade que se verifica no campo da Fisiologia e muito menos no da Física. Há, realmente, na vida social humana, muitos factos que nos revelam uma relação de causa-efeito em muito semelhante à da Física, mas há outros que são muito diversos em sua proporcionalidade. No mundo humano, enquanto genuìnamente humano, há probabilidades, e o resultado não é necessàriamente proporcionado fìsicamente à causa, ou melhor ao motivo. É que o homem, de qualquer modo que o consideremos, é um animal distinto dos outros chamados irracionais. É êle capaz de abstracções, não só de primeiro, mas de segundo e de terceiro grau, e realiza o que chamamos o **acto humano**, cujo conhecimento jamais deveríamos esquecer e para onde remetemos mais uma vez o leitor. O acto humano nos revela relações diversas que as meramente físicas, biológicas e fisiológicas. O homem constrói um conjunto de crenças, de esquematismos cultos superiores, que cooperam nas suas reacções, marcando-lhes caracteres que os distinguem dos meros **actos animais**, como vimos.

Há no homem intenções e propósitos que estão ligados à sua vontade e à sua liberdade de escolha e, ademais, é êle sujeito a excitações desproporcionadas aos motivos.

Estas palavras de Rocker são bem expressivas: "Quando uma índia de Flathead comprime o crânio da criança recém-nascida entre duas tábuas, para que adquira a forma desejada, nisto não há nenhuma necessidade, mas sim um costume que encontra sua explicação na crença dos homens. Se os sêres humanos vivem em poligamia, em monogamia ou em celibato, é um problema de conveniência humana, que não tem nada que ver com as necessidades da evolução física. Se o homem é maometano, judeu, cristão ou idólatra de Satã, é assunto que não tem a menor vinculação com a sua existência física. O homem pode viver em não importa que condição econômica, pode adaptar-se a tôdas as formas da vida política, sem que, por isso, sejam afetadas as leis a que está submetido seu ser fisiológico. Uma falha repentina da lei da gravitação universal seria incalculável em suas conseqüências; uma paralisação repentina de nossas funções

corporais é equivalente à morte. Mas a existência física do homem não teria sofrido o menor dano por nunca ter sabido nada do Código de Hamurábi, das doutrinas pitagóricas ou da interpretação materialista da História."

Estamos numa época que corresponde à dos sofistas gregos, e sofistas, hoje, de matizes diversos, como os da antiguidade, instalam-se em todos os recantos do mundo, lançando aos quatro ventos as suas idéias abstractistas, seus erros palmares, e exibindo, sobretudo, a sua medíocre auto-suficiência. Reduzir o humano ao físico apenas, é desconhecer as formas, as leis de proporcionalidade intrínseca das coisas, que distinguem os diversos campos uns dos outros, e não permitem que se identifiquem os aspectos heterogêneos nem se univoque o que é equívoco.

A lei da causalidade expressa apenas a relação de dependência real do efeito à causa. Mas é mister jamais esquecer que, no efeito, há ainda a presença de alguma ou algumas causas. O efeito não é outro, absolutamente outro que as causas, como o demonstramos em "Filosofia Concreta". Todo factor, que é causa, do qual depende algo realmente para ser, é, por sua vez, efeito também de outro e, no efeito, algo da causa permanece, embora sob outra formalidade. No factor econômico, como em qualquer outro, há a presença ainda de suas causas, o fisiológico, o biológico e, sobretudo, os esquematismos intelectuais do homem, porque só há economia onde há inteligência.

Não há economia, pròpriamente dita, nos animais irracionais, mas apenas no homem. O factor econômico não é algo, portanto, puro, mas um producto híbrido de causalidades outras que o compõem. Ninguém nega, nem ninguém o negou em qualquer tempo, que a economia movesse o homem em muitos dos seus actos mais importantes. Mas tratar do factor econômico como algo puro, incomplexo, é de um primarismo indesculpável, sobretudo naqueles que se julgam no ápice da Ciência e da Filosofia, e que atribuem a si mesmos os mais elogiosos epítetos. O que se considera factor econômico é uma complexidade, uma totalidade de heterogeneidades, e não algo incomplexo, simples. E a direcção do próprio factor econômico depende dos factôres que o constituem. Aos poucos essa análise aumentará em profundidade e alcan-

ce, e permitir-nos-á evitar cair nos crassos erros sofísticos daqueles que, em nome de uma falsa ciência, têm perturbado tanto a paz humana e nada fazem em benefício da melhoria tão anelada por todos.

Quem se debruça sôbre a História, não apenas para contemplar os factos, o longo historial, mas que, com olhos de perscrutador, investiga as causas e os possíveis efeitos, desde logo constata que a relação, que aqui se estabelece, é distinta da que se verifica no mundo da Físico-química. Não é mister uma alta inteligência para tanto; uma mediana é suficiente para, desde os primeiros ensaios, concluir por uma distinção. Ademais, desde logo é fácil perceber a justeza da tese clássica, que colocava a Economia entre as ciências éticas, porque estamos num campo que se refere não só às relações humanas, como o é a Sociologia, a História e o Direito, mas também onde a frustrabilidade se dá e também o dever-ser, como examinamos na "Ética Fundamental".

Nas Ciências naturais, é fácil prever acontecimentos; na História, não. E não é a ciência do materialismo histórico que é capaz de dar essa previsão, porque os que seguem essa concepção foram os mais malogrados profetas de todos os tempos, e ninguém errou mais sôbre o futuro do que êles, como o demonstramos mais adiante e demonstram êles em todos os passos de sua vida ao apreciarem os acontecimentos possíveis. Precisar-se matemàticamente os acontecimentos humanos tem sido impossível até aqui, e todo o esfôrço do historicismo moderno, se tem contribuído com muitos e notáveis estudos, tem apenas apresentado um campo de probabilidades em que o imprevisto pode desmentir a todo momento o que era esperado como inevitável.

Julgaram os defensores do materialismo histórico que possuíam a chave capaz de abrir todos os compartimentos da História, mas os factos teimosamente desmentiram sempre suas previsões. Ademais, acontecimentos extraordinários e de grande influência sôbre os roteiros humanos não foram esperados nem hipotèticamente, como se deu com o fascismo, que nem de leve foi vislumbrado pelos corifeus do materialismo histórico, como ainda veremos.

Contudo, não nos filiamos ao lado dos que julgam que a História é imprevisível. Do mesmo modo que somos hoje capazes de, fundando-nos na educação e no ambiente de uma criança, no seu temperamento e no seu carácter, prever as possíveis atitudes futuras, também nos é possível, num exame da fisionomia da História, prever acontecimentos futuros. Mas precisamente os grandes profetas da Humanidade, e os que em algum instante previram com segurança os acontecimentos que adviriam, **nenhum, nenhum só**, se filiava à concepção materialista da História.

Não há dúvida que é um ideal belo e dignificante o daqueles que desejam construir com segurança o amanhã do homem, fundando-se nas possibilidades actuais, e disporem dos acontecimentos para com êles fundar os alicerces de algo melhor para a Humanidade. Respeitem-se os que estudam a História com êsse intuito, mas só aquêles que, sem se prenderem a dogmas e a postulados aceitos como axiomas, sem prévia demonstração, observam, examinam, comparam, meditam. Êstes são os verdadeiros **contempladores** da História, pois são aquêles que sabem que a **contemplatio** tem três fases importantem: a **lectio**, a licção, a captação dos factos, observação, investigação, a **meditatio**, a meditação, a comparação, a perscrutação, a análise em profundidade, sem a qual não há ciência e, finalmente, a **oratio**, discursam, afinal, sôbre o que está bem fundado e seguro. Êsses sim, êsses estudiosos merecem o respeito, e seria infâmia ultrajá-los. Mas aquêles que, fundados em esparsos estudos, em observações feitas com o vício espistemológico dos ressentimentos e dos ódios, mais movidos pela paixão do que pelo amor da verdade, estabelecem, depois, uma impiedosa mentira que não realizou nada, que errou sempre, que previu defeituosamente tudo quanto pertence ao futuro, merecem a admoestação dos primeiros e o repúdio de todos, sobretudo por, fundados em seus erros, terem empurrado a Humanidade para uma crise sem precedentes na História, na qual se joga o seu próprio destino.

Os materialistas históricos têm, para a ciência da História, a mesma significação e representam o mesmo papel, quanto aquêles astrólogos malogrados que valem quando acertam e que são esquecidos quando erram. O mesmo se dá aqui. E é mister não esquecer tal aspecto,

neste caso, porque não estamos num mero torneio de idéias, ou numa brincadeira intelectual; estamos num terreno de uma gravidade extrema, porque os incautos estão sendo arregimentados pelos falsos cientistas com a cumplicidade de medíocres sub-intelectuais, que emprestam a essas doutrinas um prestígio que realmente não têm, mas que muitos ingênuos julgam que possuem. Não desejaríamos citar exemplos em nosso país, mas se houver memória de nossa gente, é fácil reconhecer que em todos os tempos e em todos os casos, os seguidores de tal doutrina erraram em tôdas as suas previsões. E depois, como também os de todo o mundo, afirmam, numa auto-crítica, que "naquela época estávamos errados..."

Pôsto de lado a abusiva doutrina da identidade entre a física dos factos corpóreos e a "física" social, doutrina primária, de origem burguesa, própria da cosmovisão do empresário utilitário, não se deve, contudo, deixar de tentar realizar os estudos que nos permitam estudar com base filosófica a História. A História não está sujeita às mesmas leis da Física, nem da Biologia, nem da Fisiologia. Por essa razão, o emprêgo no universo de discurso da História dos têrmos da Mecânica, como dos da Biologia, só podem ser aceitos num sentido meramente analógico e nunca unívoco. O ideal será dar ao estudo da História uma terminologia própria. E realmente ela está adquirindo novos têrmos, mais precisos e unívocos, que permitem situar com maior cuidado os conceitos que se formam, sem o perigo de cair nas confusões típicas daqueles que põem num mesmo saco coisas tão diversas.

Se o homem luta pela sua melhoria neste mundo, é porque é êle um ser capaz de captar possibilidades de possibilidades, e apreciar valôres. Nenhum outro ser empreende qualquer modificação em seu modo de proceder, e os animais não passam por estágios evolutivos em seus costumes. O homem não; êle sonha, confia, espera, planifica e realiza.

Muitos defensores do empresário utilitário e do seu espírito dirão que graças a êle um povo consegue realizar um progresso no seu domínio sôbre as coisas e aumentar o seu bem-estar.

Examinando os estamentos sociais, segundo a nossa concepção, poder-se-ia dizer, e com fundamentos, que o

período teocrático funda a fé e as bases da ética, que regularão as relações humanas; o período aristocrático dá as normas de honra e de dignidade do homem enquanto homem; o período do empresário utilitário, o domínio das coisas e o aumento do bem-estar, embora não a todos. E poder-se-ia ainda afirmar que a fase democrática prepararia o terreno para as grandes conquistas populares, que seriam capazes de elevar o servidor ao bem-estar, como se realiza hoje nas grandes democracias do mundo, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Suíça, a Holanda, a Alemanha ocidental, a Suécia, etc. Outros poderiam ainda acrescentar que o socialismo é o melhor caminho para realizar esta conquista. No entanto, não se pode deixar de negar que há sempre um mundo que perece ao lado de um mundo que nasce, e que à proporção que a aristocracia vence e domina, a religião perde a sua pureza, e salva-se na especulação filosófica, e enquanto a democracia vence, os valôres nobres se aviltam e processa-se a invasão vertical dos bárbaros, em que elementos das baixas camadas ascendem aos altos postos. Se pensarmos nos negros brasileiros, que em suas escolas de samba procuram imitar a nobreza, com suas princesas e seus **"princeses"**, reis e rainhas, comendadores, etc., conservando um hábito que vem desde o Império, procurando imitar os padrões humanos por êles julgados mais altos, e que é uma tradição conservada sem a devida consciência; e também a tendência da alta roda burguesa em imitar os mais baixos padrões da vida civil brasileira, usando a gíria do malandro e do criminoso, procurando o trejeito e os modos dos mesmos, e as mulheres imitando os mais baixos espécimes da fauna social; se acompanharmos a especulação sôbre a baixa que se processa na sociedade, a exaltação do que é mesquinho, inferior, doentio, a predisposição a receber tôdas infecções morais possíveis, compreende-se que há também um mundo que perece aí. Também assim sucedeu com os gregos e os romanos, também sucedeu com os egípcios. O socialismo, e aqui queremos nos referir ao autoritário, ao socialismo dos cesariocratas, não empreende nenhuma elevação do homem, não une os cumes das montanhas, não concreciona o que de mais alto o homem realizou em tôdas as fases e em todos os períodos, mas vai buscar no armarinho do mercantilista uma ética, um modo de pro-

ceder, uma concepção, e não no arsenal do aristocrata a sua nobreza, nem no altar do teocrata a grandeza de um pensamento mais elevado.

Sempre houve e sempre haverá entre os homens aquêles que desejam melhorar a situação do ser humano, e desterrar a injustiça que uns cometem contra os outros. Salvo naqueles instantes em que se aceita o pauperismo como um castigo de vidas anteriores, ergueram-se sempre vozes e juntaram-se consciências, e uniram-se esforços no intuito de exterminar, de vez, tôdas as relações sociais negativas, que, como examinamos na "Sociologia Fundamental", são aquelas em que sempre uma parte é prejudicada em benefício de outra. A exploração do homem pelo homem sempre indignou aos espíritos bem formados. Se houve defensores dessas injustiças, muitos outros se ergueram para combatê-las.

Também o socialismo, como expressão de um desejo de melhoria humana, levantou-se na época do empresário utilitário para lutar contra a expropriação desenfreada, o lucro injusto, o pauperismo, conclamando a todos para uma luta infrene pelo bem da humanidade. Mas nem tudo que se apresenta com o nome de socialismo oferecia as soluções mais viáveis. Muitas injustiças foram e são cometidas, e muitas brutalidades ainda maiores foram praticadas.

Uma visão concreta da sociedade humana, que visualize os diversos períodos de um ciclo cultural, notará que em todos os estágios há positividades perfectivas, que podem e devem ser conservadas, apoiadas, estimuladas, para que possam trazer as melhores contribuições ao que constitui o maior ideal da humanidade. Não é separando o presente do passado, não é afirmando uma falsa superioridade de nossos dias em relação aos de nossos antepassados, que estaremos seguindo o melhor caminho. Há muitos caminhos, mas que afastam dos fins desejados e instauram novas ordens mais cruéis e mais injustas. Há muitos imprevistos na História, e muitas boas intenções gestaram monstruosidades. É mister um estudo seguro dos factos históricos e, sobretudo, do que se chama a **natureza** do homem, que é aquilo com o que o homem nasce, sua emergência, a sua constituição bio-físio-psicológica e potencialmente noológica. É mister considerar o homem sob todos os aspectos e captar o que de maior êle realizou, e buscar concrecionar as suas positividades.

Não é com obstinadas paixões, despertando invejas, ressentimentos e açulando ódios, que iremos alcançar a pureza do acto humano na glória da sua liberdade. É mister mentes frias e agudas, uma lógica e uma dialéctica seguras, uma visão ampla e positiva da Filosofia, uma análise cuidadosa dos aspectos fundamentais para que se possam estabelecer bases realmente sólidas para o progresso humano. Não devemos pretender outra coisa em nossos estudos, nem outra deve ser a orientação de nossa vida. Desejamos, sempre, no âmbito de nossas fôrças, contribuir para essa realização, sem apelos e demagogias de qualquer espécie, sem adular multidões, sem incensar os menos afortunados, sem dobrarmos a cerviz ante os poderosos, sem prestarmos insinceras homenagens a ninguém. Preferimos o trabalho, o trabalho constante, abandonando os prazeres e os divertimentos, para dedicarmo-nos exclusivamente ao cumprimento de um dever, que é maior que nós. Despertaremos oposições, teremos inimigos, postados nas sombras, que nos combaterão, que atirarão a mancheias suas infâmias e suas calúnias, que procurarão desmerecer o que fazemos, e que nos atribuirão intenções que sabem não serem nossas. Não podemos deixar de reconhecer que tais inimigos sempre existiram e sempre mancharam o caminho dos que lutam pelo bem. Não seremos os primeiros a sofrer dessas injustiças, nem seremos os últimos.

Que vociferem contra nós os que discordem de nossas idéias! Não impedirão êles que cumpramos o nosso dever. Que nos odeiem, por não rezarmos pelas suas cartilhas, por não nos deslumbrarmos na adoração de falsos messias e de falsos líderes, por não glorificarmos pigmeus, cujas sombras, no entardecer, parecem as de gigantes. Também Hitler parecia cobrir com a sua sombra o mundo inteiro. Ao crepúsculo, as sombras são enormes e durante a noite maiores ainda. Mas há madrugadas que despontam e meios dias de sol a pino que iluminam as coisas por todos os lados. A êsses homens de luz meridiana, a êsses apolíneos do espírito, a êsses luminares prestemos a nossa homenagem, e apenas a êles.

A FÉ E A ESPERANÇA

Não sendo o homem sujeito a uma lei férrea, que determine sua vida com a infrustrabilidade dos factos físicos, e por ser êle capaz de captar possibilidades de possibilidades e comparar o que é da sua experiência com a forma ideal, o que constitui a sua **tímese parabólica**, a sua apreciação de alguma coisa com a forma perfectiva suprema, que aquela participa, é que o homem sonha com o melhor, planeja e empreende realizá-lo.

Estudam os éticos essa virtude teologal que é a esperança. Consiste ela em confiar na actualização de valôres mais altos. Essa virtude não surge de um hábito, não é conquistada através de longas experiências, mas nasce conosco, sem que nossa vontade nela intervenha, nem para estimulá-la, nem para intensificá-la, nem para destruí-la. Não confiamos no melhor porque queremos, mas sim sentimos dentro de nós algo que nos convoca e nos faz confiar no que há de superior. Não a derruímos também dentro de nós pela nossa vontade. Não conseguimos, num impulso volitivo, fazê-la calar. A esperança nos ultrapassa, vence a imanência da nossa consciência, é como algo que nos supera e nos suplanta. Não somos a esperança, nem é ela algo que conquistamos. Ela brota em nós, senhora de si mesma, e nos ilumina sem que nada tenhamos feito para obtê-la. Também pode ela calar-se dentro de nós, sem que nossa vontade possa ouvi-la mais. Por essa razão, por não ser ela um **hábito**, por não ser ela uma virtude adquirida, diziam que era **teologal**, de **Theos, Deus.** E assim também a **fé.** Que é a fé senão o assentimento firme numa verdade não evidente de per si, sem receio de êrro, que em nós desponta sem que nada façamos para tê-la? A fé não a criamos em nós, nem a destruímos. Ela também surge espontânea, como surge a caridade, o amor ao bem dos outros. Amar o bem dos outros não é um hábito, não é algo que

possamos construir a golpes de raciocínio. Êsse amor é mais profundo, vem de algo mais distante que a nossa intelectualidade, que as raízes de nossa afectividade, que nos transcende até. Não podemos amar o bem de nossos semelhantes, sem que amemos o bem de nossos semelhantes. Podem muitos afirmar que amam, mas a caridade lhes falta. A fé, a esperança e a caridade são virtudes que surgem espontâneamente em nós, não são artefactos do nosso espírito, mas espontâneas realidades que emergem.

Pois bem, com tôdas essas virtudes, da actuação delas dentro de nós, é que muitos confiam em valôres mais altos, num bem maior (esperança), assentem com firmeza sem receio de errar que algo se pode fazer para alcançar-se êsse bem (fé), cujo bem é o bem amado dos nossos semelhantes (caridade). Também aquêles que desejam realizar o bem do homem, como os socialistas sinceros, também confiam nos métodos que propõem sem temor de errar (fé), também confiam nos valôres mais altos (esperança) e também amam o bem de seus semelhantes (caridade).

Por que, em vez de estudarem melhor a Ética, preferem ridicularizar o que também os anima, quando são sinceros? Por que discrepam de tudo quanto se fêz neste sector, apenas porque discordam de uma idéia religiosa sôbre a qual nunca se debruçaram para estudar como deveriam fazer? Por que, depois, proclamam aos quatro ventos a sua ignorância e a sua má fé, quando poderiam ser justos e analisar com dignidade o que pertence aos outros, e dar a cada um o que lhes cabe por justiça?

De onde surgiu o socialismo senão de lampejos de fé, de esperanças e de caridade? Quem poderia compreender a vida edificante de um Tolstoi, de um Proudhon, de um Malatesta, de um Saint-Simon, de um Considérant, de um Louis Blanc, de um Rocker, de um Gustav Landauer, de uma Rosa Luxemburgo, de uma Clara Zetkin, e tantos outros, sem admitir que em seus corações lampejaram as luzes da fé, da esperança e da caridade?

Por confiar o homem em valôres mais altos, por ter fé no emprêgo de métodos hábeis e por amar o bem de si e de seus semelhantes concebeu a possibilidade de melhorar a vida social. Todos nós somos testemunhas da

tímese parabólica que a tôda hora realizamos. Todos nós, quando vemos alguma coisa, podemos compará-la com a sua forma perfectiva máxima. Por isso podemos dizer que esta casa poderia ser melhor, naturalmente como casa; por isso podemos julgar que um saber poderia ser mais elevado, que uma virtude poderia ser mais excelsa. Todos nós podemos comparar o que constitui a nossa experiência com uma forma ideal, da qual não temos posse actual, por que não podemos criar a casa perfeita, a sabedoria perfeita, a beleza perfeita. Mas se não possuímos essa forma actualmente em nós, possuímo-la virtualmente, e tanto é verdade que podemos comparar as coisas que são de nossa experiência com as perfeições formais que não conseguimos delinear. Sabemos que poderia ser melhor, sem sabermos como é o máximo. Assim sabemos que a vida humana poderia ser melhor, mais perfeita, com graus de perfectibilização constante, sem têrmos a visão nítida e final da perfeição absoluta. Contudo a temos virtualmente, porque, do contrário, como poderíamos dizer que algo poderia ser melhor e mais perfeito?

Pois bem, é essa capacidade que contribuiu no homem para que êle desejasse, anelasse por uma vida social melhor.

Alguém que se sente inferiorizado ante seus semelhantes, alguém que conhece as mais elementares necessidades, levado apenas pelo factor econômico, aspiraria apenas ao ganho maior para si, obter maior soma de bens, custasse o que custasse. E a vida está cheia de exemplos daqueles que passam por tôdas as infâmias, que são capazes de tôdas as baixezas até para alcançar um pouco mais de bens. Não trepidam em afrontar os direitos alheios, em explorar os seus semelhantes, em pôr em risco vidas e valôres para alcançar os seus desejos. São como animais, que se atiram à prêsa, que lutam com os outros, que disputam com os outros os restos, que se ferem numa luta cruel, para alcançarem os proveitos que almejam. Há homens assim.

Mas o socialismo, senhores socialistas, não nasceu dêsse espírito, nem foi provocado por tais factôres apenas. O socialismo nasceu de um ímpeto de amor, de caridade, de fé nos meios que poderiam ser empregados e na esperança de valôres mais altos.

Seus apóstolos foram homens dêsse tipo e não do primeiro. Não manchem os socialistas de hoje a história do seu próprio movimento, atirando sôbre os seus apóstolos a infâmia de serem apenas móveis impulsionados por apetites utilitários. Um homem como Tolstoi, empregando tôda a sua fortuna para educar crianças pobres, um Malatesta, doando todos os seus bens em benefício de hospitais para pobres, o primeiro trabalhando depois como sapateiro remendão, para ganhar sua vida, e o segundo vendendo sorvetes numa carrocinha na Itália, não são exemplos do primeiro tipo. Nêles houve amor e muito amor, houve fé, esperança e caridade.

Faça-se o malabarismo intelectual que se quiser, mas jamais se explicará um São Francisco de Assis, um São Lázaro e um Schweitzer como impulsionados apenas pelo factor econômico. Não será com urros, uivos e impropérios que se argumentará em contrário (1).

Não poderia o homem aspirar a uma melhoria de sua vida social se não pudesse comparar o que vive com o perfectivamente superior, se não fôsse capaz de realizar uma tímese parabólica. Ademais, não compara apenas o que há com o que poderia haver, mas, o que há de certo modo com o que há de outro modo, mas de grau superior. Se o homem fôsse regido apenas por leis "imprescriptíveis", como as da Físico-química, ou mesmo as da Biologia e da Fisiologia, e, apenas elas, seria como os animais que nada empreendem para transmudar as suas condições de existência e substituí-las por outras. E assim, como já o mostramos no "Tratado de Economia", que os animais não são capazes de realizar o acto econômico conscientemente, também não o seria o homem se

(1) Ésses senhores socialistas. de envolta com grã-finos malandros e jovens débeis mentais transviados, socialistas dos cafés pseudamente parisienses, dos clubinhos de sub-literatura e de artistas medíocres, prèviamente superados, desmentidos pela sua impotência e improductividade, de cambulhada com semi-delinqüentes e depravados maconheiros, é que lançam, constantemente, afrontas aos que amam o bem do seu semelhante. Êles apenas odeiam e nada mais sabem fazer que odiar. Seu socialismo é producto de ressentimento e de um marginalismo social provocado por desajustamento psicológico. Quando o seu socialismo vencer, contribuirão, por sua vez, para glória do «paredón», que seus «amigos» criarão e, como em tôdas as revoluções dessa espécie, serão trucidados por aquêles que hoje reverenciam.

fôsse como aquêles apenas movido pelos factôres naturais físico-químicos ou biológicos ou fisiológicos. No acto econômico, há a presença da inteligência, e o próprio Marx, na "Ideologia Alemã", obra pouco conhecida por seus seguidores, submetia a economia à inteligência, e sabia que o homem era capaz de construir uma economia porque era um animal inteligente; em suma, porque era um **animal racional.**

Conseqüentemente, a actuação que os factôres econômicos podem realizar sôbre o homem é sempre proporcionada à natureza humana, ou seja, à sua composição psico-somática (psiquismo e corpo). Se como ser bio-fisiológico está submetido às leis naturais, e não pode ofendê-las sem maiores prejuízos, e tem de se conformar com elas e sôbre elas fundamentar o seu progresso científico, no entanto, na vida social, sua conformação não está sujeita a uma imprescriptibilidade, mas por ser o campo da Ética, portanto da frustrabilidade, não está determinado a paralisar a sua vontade e pode realizar, alcançando a maior grandeza do acto humano, modificações que suplantem sua insuficiência e abram novos roteiros de uma vida melhor e mais justa. Se por sua concepção do mundo aceita a vida como algo imprescriptível, se admite que as condições actuais são eternas e irremovíveis, tal não implica que não possa transmutá-las. Há crenças que proíbem ao homem uma mutação na sua maneira de existir socialmente. Mas são crenças apenas, porque na verdade há nêle o poder de desviar dos caminhos e modificar os seus hábitos. As leis do cosmos não são obra humana, mas a sua vida social em grande parte é.

O que caracteriza o espírito humano é a sua capacidade de dizer não. Êsse **não**, essa capacidade negativa, é a porta aberta também ao pecado, o pecado original do homem, que êle traz desde a origem: a capacidade de actualizar uma desobediência, a capacidade de dizer não, de recusar. Os animais não dizem não à natureza, seguem-na. Mas o homem pode contrariá-la. E essa capacidade opositiva é a da escolha entre possibilidades ou actualidades. O poder escolher **(lec) entre (inter, inter-lec, intel-lectus)** é o intelecto, a racionalidade dos antigos, o poder de preferir isto àquilo, segundo uma escolha intelectual. É o poder de fazer e de deixar de fazer, de realizar e deixar de realizar, de preferir isto àquilo, de errar na

avaliação e na comparação dos valôres. Por poder preferir o bem menor ao bem maior, e até o mal ao bem, o homem é livre, e por ser livre, peca. Só o homem peca, e peca apenas quando pode usar a sua capacidade de escolha pela sua vontade. Não peca por desejar ardentemente o alimento que lhe aliviará a fome do corpo, não peca quando em sua vida animal é comandado pelas leis da sua natureza, não peca quando apreende a realidade exterior, peca quando a sua vontade livremente escolhe entre o que deveria fazer e o que resolve fazer, peca quando prefere o vituperável ao digno, quando prefere o vício à virtude, quando escolhe o êrro à verdade, quando se nega a cumprir o seu dever. Digam o que quiserem sôbre o pecado original do homem, e podem-no ridicularizar os que nunca foram capazes de demorar seu pensamento no que há de superior. Contudo, não poderão negar essa capacidade negativa do homem que não a têm os animais, essa capacidade de dizer não. Não é êsse **não** que cria o espírito, como afirmam muitos, mas êsse **não** é o testemunho do espírito; é por ter um poder criador, dentro de si, que o homem pode dizer **não**. É por poder escolher entre valôres, depois de avaliá-los, que pode dizer um não até aos seus impulsos.

Muitos, que sempre confundem o pensamento religioso com as práticas das religiões, procuram ridicularizar as idéias que formam o contexto das grandes crenças. Mas tais pessoas revelam ignorância apenas, e também grande incapacidade em penetrar no que há de mais profundo e positivo nas crenças religiosas (1).

---

(1) Não podemos deixar de reproduzir aqui uma notícia publicada nos jornais de 10 de setembro de 1961. Reproduzimo-la **ipsis-verbis:**

KRUCHEV: TITOV E GAGARIN NÃO VIRAM O PARAÍSO — NOVA YORK, 9 (ANSA) — No decorrer da entrevista que manteve com o primeiro-ministro Nikita Kruchev, o jornalista Cyrus Sulzberger, depois de receber as impressões do entrevistado sôbre os principais problemas da atualidade, formulou inesperadamente ao primeiro-ministro soviético uma curiosa pergunta, que deu oportunidade a êste último de fazer uso de sua conhecida verve humorística. Sulzberger perguntou se os comunistas — que são ateus e não acreditam em uma outra vida — não deveriam por isto mesmo temer muito mais a guerra do que as «pessoas religiosas que acreditam em uma forma de existência depois da morte». Kruchev recebeu a

A capacidade do espírito humano em recusar, faz-nos compreender desde logo que aquela está contida na capacidade criadora, na capacidade de **escolher entre**, de preferir e preterir, que estudamos na "Noologia Geral", no "Tratado de Esquematologia" e em "Ética Fundamental". É êsse espírito que permite ao homem realizar o acto econômico, é êle que gera a criação utópica, cuja gênese, significação e alcance já estudamos, e que lhe provoca o anelo de realizar as positividades que lhe faltam. Ademais o ser humano não actua sempre assim, mas, na maior parte das vêzes, no sentido de atender os seus interêsses pessoais, de grupo, de classe, de esta-

---

pergunta com indisfarçável satisfação e respondeu prontamente: «Vivi muito e vi muitas coisas. Vi a guerra e vi a morte. Mas nunca vi ninguém, nem mesmo entre os religiosos, que tivesse pressa de entrar no outro mundo».

Depois de uma ligeira pausa, durante a qual o costumeiro sorriso de zombaria aflorou em seus lábios, Kruchev prosseguiu: «Os imperialistas, os monopolistas, os capitalistas, que dizem crer em Deus — embora estejam bem mais perto de Satanás — não têm pressa de ir para o outro mundo. Mandam soldados para a guerra, prometem-lhes o paraíso depois da morte, enquanto preferem ficar aqui mesmo ao lado de seus cofres cheios de ouro e de seus dólares». Neste ponto os intérpretes, ajudantes e secretários que acompanhavam a entrevista, explodiram numa estrondosa gargalhada.

Kruchev continuou então no mesmo tom, dizendo que o povo soviético, tendo ouvido falar no paraíso, resolveu um dia saber do que se tratava. «Enviamos ao espaço um explorador, Yuri Gagarin. Êle deu voltas em tôrno do globo e não encontrou nada no espaço. Disse que tudo lá em cima é escuro e não há nada que se pareça com o paraíso. Decidimos então mandar outro. Dissemos para Titov olhar bem. Êle foi e voou durante um dia todo. Quando voltou, confirmou as conclusões de Gagarin: nada de paraíso».

Estas palavras são do mesmo quilate que as daquele famoso cirurgião francês que dizia: «Jamais vi a alma na ponta do meu bisturi». É notável a ignorância de pessoas que alcançam altos postos do mundo, e ainda o mais notável é a pujante auto-suficiência com que expressam e proclamam ao mundo a sua ignorância, passando a si mesmos o mais completo atestado de estupidez e de debilidade mental. São sinais de nossa época, de ascensão dos mais baixos espécimens aos postos mais elevados, época em que notáveis e ilustres analfabetos, rematados loucos, débeis mentais e idiotas assumem tais postos, extraídos, por essa enxurrada, das mais baixas estratificações da inteligência humana.

Já deviam alguns dêsses senhores, numa época como a nossa, em que a Ciência já avançou tanto, saber que o modo de ser sensorial não é o único modo de ser, como poderia pensar aquêle primário que julga que apenas existe o que os seus olhos vêem, as suas mãos to-

mento, e do povo ao qual pertence. Luta também pelo aumento do seu prestígio pessoal e dos seus ascendentes, como o aristocrata luta pela conquista dos bens que lhe asseguram maior poder e maior prestígio.

É unilateral e abstracto considerar que a História é apenas um producto do factor econômico, e que, em conjunção com outros, é êste o predominante, o que é, por sua vez, afirmar a unilateralidade.

É o que examinaremos nesta obra.

---

cam, os seus ouvidos ouvem, as suas narinas cheiram. Numa época em que as experiências eletrônicas nos apontam o limite da materialidade e o da imaterialidade, quando já vislumbram outras dimensões, que não as três fundamentais do espaço, por que pensariam tais senhores que o pregado pelas religiões seja alguma coisa corpórea que um Gagarin ou um Titov, heróis ocasionais, poderiam ver, fotografar? Essa maneira de conceber a realidade é própria da cosmovisão do empresário utilitário. Êle não acredita em outros valôres que os **reais**, e real para êle é o que tem consistência à vista, ao tacto, ao sabor, as coisas que tocamos, ou os documentos que se referem às coisas que tocamos. Quando o sr. Kruchev afirma que a religião é burguesa, é coisa dos ricos, desconhece tôda a formação do Cristianismo e da sua luta contra os ricos e os poderosos. Se não desejam a morte imediata para ir para o paraíso, o sr. Kruchev deveria compreender que nenhum religioso pode desejar a morte, porque é de sua ética viver a vida e cumprir aqui o seu dever. Nem como piada as palavras do sr. Kruchev têm valor. Se à sua volta, seus auxiliares riram à vontade, também em qualquer emprêsa burguesa os empregados riem desbragadamente das piadas sem gôsto de seus patrões. É a subordinação que leva ao aplauso, como eram aplaudidos os senhores poderosos pela sua «entourage», composta também de subordinados fáceis ao riso, como os inteligentíssimos burocratas que cercavam o sr. Kruchev. E assim como há patrões que despediriam de bom gôsto o empregado que não ri das suas piadas, que se diria se tais palavras provocassem um gesto de comiseração, como na verdade mereciam, daqueles que os cercam?

Também houve filósofos que queiram encontrar o mundo-verdade de Platão, o mundo das formas, nalgum lugar, mais para cá, mais para lá. Também julgavam êles, e o faziam com uma gravidade catedrática, que o **mundo das formas** de Platão estava localizado em algum lugar do espaço. No entanto, se maior tivesse sido sua especulação saberiam êles que lugar (**topos**), espaço são apenas aspectos relativos, e que há outros modos de ser que não apenas os cronotópicos, os tempo-espaciais. Alguns, querendo fazer ainda humorismo do mesmo quilate, perguntavam que tamanho e que dimensões teriam a forma da justiça ou da sabedoria. O sr. Kruchev, sem dúvida, tem importantes companheiros do seu lado, **notáveis** filósofos, que também escrevem coisas como tais.

A VONTADE DE PODER

Um dos factôres predominantes nos factos maiores da História é a **vontade de poder**, essa **manifestação crática da vontade de potência** de Nietzsche. Ao examinarmos as fases cráticas da História, em "Filosofia e História da Cultura", verificamos que tôdas as classes sociais desejam o poder, e lutam por conquistá-lo nas diversas formas que êle pode manifestar-se.

Mas essa origem deve buscar-se mais longe, porque nenhuma manifestação social deixa de ter suas raízes mais distantes na psicologia humana. Se o homem **separa** o âmbito das diversas ciências, nós sabemos que elas se formam quando se distinguem nìtidamente o objecto material (que pode pertencer a várias ciências) e o objecto formal (que é a forma pela qual é tomado o primeiro). Dêsse modo, **materialmente**, tôdas as ciências têm pontos de fusão fundamental, embora **formalmente** se distingam. Como formalmente podemos tomar um mesmo objecto material sob diversos aspectos formais, é êle, por sua vez, idêntico em diversas ciências, mas apenas pelo lado material, como o homem que, materialmente, é o mesmo objecto da Psicologia, da Sociologia, da Biologia, da Fisiologia, da Anatomia, da Antropologia, etc., enquanto é tomado, formalmente, de modo distinto por essas disciplinas. Do mesmo modo ao estudar-se o homem anatômicamente ou fisiològicamente, não se pode prescindir da raiz biológica, também não se pode tratar do homem psicológica e sociològicamente sem se considerarem as raízes que são objectos das ciências implicadas naquelas. A presença dessa interconexão das diversas disciplinas não implica a negação do especialismo, que tanto vem dominando desde o século XVIII até nossos dias, mas apenas aponta a orientação deficiente que o

mesmo tem, e indica o que é mister fazer para evitar os malefícios que dêle podem surgir. A especialidade é uma imposição da época moderna, mas o especialista não pode colocar-se estanquemente ante o conhecimento, sob o perigo de **parti-lo** (a formação dos partidos, na política, também é um sinal daquele século em diante), e de construir as deformadas visões unilaterais abstractistas, que têm provocado tantos males para a cultura humana e que são causas das grandes controvérsias e, sobretudo, das incompreensões que dominam o nosso século.

Dêsse modo, é mister considerar, no campo político (que é um campo ético como o demonstramos), um factor sociológico de magna importância, que foi por nós examinado em "Sociologia Fundamental", que é o **apetite de prestígio humano.** Todo ser humano deseja, anela e luta pelo **prestígio social,** cuja raiz está no **ímpeto de perfectibidade humana,** que decorre da capacidade humana da **tímese parabólica,** como o expusemos na "Noologia Geral", que surge, por sua vez, da capacidade humana de captar as possibilidades, através da comparação mental das formas actualizadas com as formas perfeitas, que o homem eidèticamente capta, sem a posse actual, mas apenas virtual das mesmas.

O roteiro, portanto, dêste estudo, é o que vamos seguir, para melhor compreensão do que desejamos tratar.

O animal pode, e muitas experiências parecem nos indicar a validez dessa afirmativa, captar algumas possibilidades **imediatas,** decorrentes da própria experiência. Assim o cão **sabe** que pode pular o obstáculo para alcançar o desejado; assim a abelha **sabe** que **aquêle** objecto (flor) lhe dará o que é mister para realizar o mel. A cognição animal segue-se imediatamente à existência; não é, contudo, formal e muito menos judicativa nem reflexa.

A abelha não possui o esquema eidético da **flor,** enquanto flor, pois busca todos os objectos que àquela se assemelham. A experiência mostra-lhe quais lhe fornecem o pólem, quais não. Guia-a a inteligência da espécie, inteligência que funciona imediatamente à experiência. O animal não classifica o universo, não homogeneíza a heterogeneidade universal por meio de esquemas noético-eidéticos, e tal é evidente, como vimos na "Noologia Geral", porque, do contrário, decorreriam outras funções inteligentes, que não se verificam no animal.

Não é capaz de juízos mediatos (operação judicativa), ou seja, não tem a capacidade de construir juízos por meio de esquemas noético-eidéticos, os conceitos, como o juízo lógico, no homem, que já implica uma operação mediata, que emprega, portanto **meios.** Não se pode negar que o animal é capaz de uma primária actividade judicativa e de uma actividade estimativa, porque há exemplos eloqüentes. Tomás de Aquino, como vemos em "Tratado de Esquematologia", admitia essa possibilidade. O de que não é capaz é de juízos lógicos, que exigem uma operação, um **medium** que sirva de comparação entre esquemas noético-eidéticos, como os realiza o homem.

Ora, a actividade reflexa implica a judicativa, porque reflectir (raciocinar, reflexionar), implica tais juízos, pois essa operação se realiza pela comparação formal, como se vê na Lógica e como o mostramos em nossos "Métodos Lógicos e Dialécticos". Faltando-lhe a simples operação **formal,** conseqüentemente lhe faltam as outras.

A comparação de possibilidades formalmente estatuídas é uma operação humana. E a razão é simples: tal operação implica a comparação mental do que formalmente é nesta coisa com a formalidade tomada como perfeição fora da coisa. O homem compara esta **cadeira** com o conceito de **cadeira,** tomado em sua perfeição, como compara o saber dêste homem com a **sabedoria,** tomada em sua perfeição absoluta. Por isso, pode o homem comparar aqui de um modo diferente do que faz com o que é meramente quantitativo. Também as medidas são diferentes, porque mede-se o quantitativo com uma unidade menor da sua espécie, pois mede-se o tamanho de uma coisa por um tamanho tomado como unidade. O mais é medido pelo menos. Mas, no que é qualitativo, a medida é a perfeição qualitativa. Assim, diz-se que algo é mais ou menos verde por comparação a um **verde ideal** (que é intencionalmente a formalidade do verde em tôda a sua perfeição formal). Ora, tal formalidade perfeita não a temos actualmente, mas virtualmente. As perfeições formais são possuídas por nós virtualmente. Sabemos o que é a sabedoria em sua perfei-

ção formal; não, porém como ela é. Temo-la de **modo quo** e não de **modo quod.** Nossos esquemas referem-se intencionalmente a essa perfeição, sem que a tenhamos actualmente. Contudo, essa posse virtual, que é evidente, permite-nos comparar o que (**quod**), é como o que poderia ser (**quo**). Podemos, assim, dizer que uma coisa é, ou melhor participa da perfeição formal, sem ser o que aquela perfeição formal é em sua plenitude. Assim sabemos que João é **homem,** não, porém, a plenitude da hominilidade. Era nessa posse virtual da perfeição que se fundava todo o pensamento platônico genuinamente considerado. A perfeição formal era a **verdade** da coisa, verdade que podíamos desvelar, retirar alguns véus, perscrutando a sua beleza formal, sem jamais alcançar a visão directa e plena da sua perfeição. Tôdas as coisas participam de perfeições. Nenhuma, porém, das coisas finitas, que são participantes daquelas perfeições, alcança a pureza perfectiva da forma. Em "Filosofia Concreta" mostramos de modo claro e apodítico a validez desta tese platônica.

Pode, assim, o homem visualizar a perfectibilização de alguma coisa, porque é da sua natureza e do seu espírito essa capacidade de alcançar ao perfectível. Ora, êsse ímpeto, que é fundamental do homem, manifesta-se no seu **apetite para o bem.** Ora, também os animais revelam um apetite para o bem, sem dúvida, como o revela tôda a vida. Contudo, no homem, toma características distintas de as verificáveis nos outros sêres vivos. É que o homem dirige seu apetite não para o bem simples, mas para o bem perfectivo, para a máxima perfeição do que lhe falta.

O prestígio social manifesta, no campo da Psicologia social, êsse ímpeto, êsse anelo. Todo ser humano quer ser mais do que é. Nietzsche sentiu com agudeza êsse **mehrwollen,** êsse querer mais e melhor, que êle encontrou sinais em tôdas as coisas cósmicas, essa vontade de potência (**Wille zur Macht**), que, no homem, se manifesta em **vontade de poder,** de **domínio,** de superação, de perfectibilidade, de prestígio sôbre os outros. Assim, para êle, o santo, que se inspira por uma vocação intrínseca, por um anelo intrínseco de alcançar a perfeição virtuosa, manifesta êsse desejo de mais, êsse anelo de perfeição. Mas o anelo de mais e de perfeição, quando se manifesta no campo social, quando tende a impor-se aos outros, quando pretende parecer ou ser ante os outros mais do que é normal, é o **apetite** de prestígio social. Ora, o prestígio social se manifesta como ímpeto, como uma decorrência dêsse anelo, mas exterioriza-se segundo os períodos e fases da História, no que transparece ao homem como algo prestigiado. Assim a criança anela ser um chofer, um aviador, um motorneiro de bonde, aquilo que para ela revela o prestígio social imediato aos seus olhos. Muitos aspiram à beleza física, ao corpo atlético, para impor-se aos outros. Alguns se vestem de modo a aumentar o seu prestígio, outros falam de modo a dar-lhes valor, e muitas atitudes e posturas são sinais do anelo do prestígio social. Alguns aspiram às riquezas, porque elas lhe darão prestígio, aos postos-chaves, aos cargos políticos e até ao crime, porque lhes **prestigiam.** O cartazismo moderno, que tanto é anelado por muitos, é um sinal da nossa época. Não importa que a glória seja rápida, mas quem pode negar o prestígio, embora momentâneo, do fogo de artifício no instante supremo de sua actualização? Quantos, dominados pelo anseio do cartazismo, caem nas realizações mais medíocres, mas que lhes abrem as portas para a glória passageira, e a possibilidade de viverem o fastígio, embora momentâneo, do prestígio social? Ser herói de um dia, de uma tarde, de uma hora, de um instante já satisfaz a muitos. O olhar duro, o rosto fechado, a austeridade são exteriorizações manifestas do desejo de prestígio perante os outros, igualmente o ser secretário do sindicato, o lider do movimento, o membro qualificado do partido, como também da quadrilha, do bando, do crime. E também há lugares onde o cinismo prestigia, onde a canalhice prestigia.

Olhemos os diversos períodos, com suas fases, de um ciclo histórico. Estamos na fase teocrática, o prestígio é dado pela austeridade religiosa, pelo ascetismo, do qual tantos falam com admiração, a prática constante da virtude, e eis muitos afanarem-se em alcançar os momentos mais altos. Eça de Queiroz em seu extraordinário "São Cristóvão", nos dá um exemplo de santos ansiosos de prestígio social, que realizam práticas ascéticas ainda não ultrapassadas, para que possam os que as presen-

ciarem relatar ao mundo a surpreendente façanha, que causará admiração, pasmo e inveja.

São Cristóvão vê tais homens, perdoa-os, mas dêles se afasta em busca de algo superior.

Eis um exemplo do prestígio social que actua no homem religioso. Não se julgue que nossas palavras queiram desmerecer a grandeza dos grandes santos e dos grandes virtuosos. Mas os grandes, realmente grandes, nunca buscaram o prestígio pela prática da virtude, mas sim porque eram levados pelo domínio e pela consciência do dever. Na verdade, a consciência do dever supera em muitos casos o anelo do prestígio social. É um ímpeto para o mais, ímpeto genuinamente puro. Nem tampouco queremos negar o valor do ímpeto de prestígio social, considerando-o como algo que o homem deveria rejeitar. Êsse ímpeto não é um anelo vicioso, desde que desejamos o prestígio pelo que realmente perfectibiliza o homem, e não pelo que o torna deficiente e fraco. Se, no romantismo, as faces pálidas, a anemia, eram fontes de prestígio social, tais manifestações eram doentias, eram mórbidas até. O prestígio, buscado por alguns doentes, que exibem a mazela ou os defeitos para assombrarem os seus semelhantes, é uma manifestação patológica, profundamente mórbida, do prestígio.

Na fase aristocrática, o prestígio é pela emprêsa guerreira, pelo feito cavalheiresco, como na teocrática é obtida pela emprêsa religiosa. Os homens que são fundamentalmente virtuosos buscam a emprêsa virtuosa, como os fundamentalmente aristocráticos buscam a emprêsa nobre, que os prestigiará ante seus semelhantes.

No período democrático, o prestígio é dado pelas riquezas, pela posse da moeda que as significa. O prestígio está nos bens, na posse. O crédito do homem virtuoso do período teocrático é a sua santidade: do período aristocrático, é a sua **honra**; do período democrático, os haveres materiais. No período cesariocrático, quando as massas de servidores são manejadas hàbilmente pelos demagogos que as desesperam, o prestígio é o político, e o crédito é fundado na base mais ou menos sólida dêsse prestígio.

Ora, o período democrático e o cesariocrático, por nêles prevalecerem a primazia dos bens econômicos, a

visão normal da vida está vinculada sempre à Economia. O empresário utilitário é um homem que vive num âmbito predominantemente econômico, pois seu prestígio depende da economia. O empresário político, manejando as massas de servidores, que vivem agudamente o problema econômico, tende, naturalmente, para a visualização econômica à qual se vincula estreitamente. Não é de admirar que as interpretações econômicas da História prevaleçam nesses períodos.

Platão acentuava, e com profunda base, que tôda sociedade entra em decadência quando as suas maiores preocupações são as econômicas, quando tudo gira em tôrno da Economia, quando as razões econômicas prevalecem sôbre as outras. O acirramento da classe dos servidores, a provocação e o despertar dos ressentimentos naturais são os grandes meios empregados nesses períodos para as grandes manobras políticas, que permitem a ascensão de mediocridades aos altos postos. São também os períodos em que homens de menor porte alcançam os fastígios da fama. É a época do cartazismo, do prestígio rápido, dos heróis passageiros, dos fogos de artifício, das glórias conquistadas por manhas e processos escusos.

É admirável notar que, nesses períodos, em sua quase totalidade, os homens, que ocupam os postos socialmente mais elevados, estão aquém dêstes. Nunca os cargos são mais altos que os homens, nunca mediocridades tão completas, deficientes mentais tão evidentes, alcançam postos de prestígio social tão elevado. Uma simples revisão da nossa história, retornando ao nosso passado aristocrático-agrário, nos revelaria desde logo que a estatura dos homens públicos do século passado era muito superior à dos tempos actuais. Observa-se até uma curva descendente impressionante, pois os nossos parlamentos, hoje, não revelam senão, numa percentagem mínima, o grau de elevação que já teve.

O êrro fundamental do materialismo histórico consistiu em não considerar tais aspectos. Não é que faleçam totalmente razões à interpretação econômica da História. Absolutamente, não. Como sabemos que há sempre a presença dos quatro estamentos em tôda sociedade, porque têm êles raízes mais profundas no temperamento

humano, houve sempre quem contribuísse para um facto histórico com apetites distintos, com intenções diversas. Quatro homens podem entregar-se à realização de uma mesma obra, movidos por interêsses diversos. Quatro homens constroem uma escola. Um dêles vê, nela, principalmente, o templo elementar do saber, o primeiro degrau do conhecimento, o caminho aberto à elevação de jovens, é o homem virtuoso, o homem religioso; outro considera a elevação do conhecimento para tornar os homens mais valiosos, mais constructivos e empreendedores, é o aristocrata; outro visualiza uma esprêsa econômica, uma obra que dará um ganho, um lucro, é o constructor, o empresário utilitário; outro, enfim, vê nela, principalmente, um ganha-pão, um emprêgo que lhe assegure meios necessários à sobrevivência, é o servidor, o trabalhador, o pedreiro, o servente.

Contudo, o aristocrático pode ver também a elevação do homem para Deus, e também o empresário utilitário poderá senti-la assim, e também o servidor. Cada um poderá ver aquela escola também pelo ângulo que o outro vê, mas num grau menos acentuado, porque todos nós somos, temperamentalmente, de certo modo, um pouco de santo, um pouco de aristocrata, um pouco de empresário utilitário, um pouco de servidor. Há em nós também tendências para cada estamento.

Contudo, um intérprete econômico da História veria nessa escola apenas o quê? No homem teocrático, apenas o interêsse de formar homens mais hábeis à producção econômica, se fôr uma escola para proletários, ou então para formar dirigentes da sociedade mais aptos, ou sacerdotes mais competentes, para servirem à sua crença; no aristocrata, apenas o desejo de formar homens mais aptos para ambos misteres; no empresário utilitário, o constructor, o desejo do lucro que a obra lhe pode dar, no servidor, afinal, nada mais vê que o ganha-pão, que aquela obra lhe oferece. Aquela escola é apenas um producto superestructural de um apetite econômico.

Mas isso é abstractismo da pior espécie, porque o homem não é apenas um **ens oeconomicum**, não é apenas um ser da Economia, mas um ser da Biologia, da Fisiologia, da Psicologia, da Noologia, da Ética, da Sociologia, etc.

Interpretar assim é interpretar abstractistamente. Mas dirá o defensor de tal posição, que não nega a influência de outros factôres, mas que essa influência é mínima. As Cruzadas foram vistas por religiosos como uma emprêsa religiosa, como uma façanha da fé, e pelos venezianos, empresários mercantis, como um bom negócio. Não é evidente a presença da maneira de conceber os factos históricos em função do estamento a que se pertence? Mas o defensor da interpretação econômica da História dirá que o factor decisivo é o econômico. Na oposição dos factôres, a resultante será sempre dada pela Economia. Mas é mentira; a História não diz isso. Ao contrário; a História diz que a direcção econômica prevalece naqueles em que ela já prèviamente tende a prevalecer.

Neste ponto, os argumentos de Rocker têm a máxima validez, embora sob alguns aspectos tenha exagerado històricamente o papel da Igreja, atribuindo-lhe a culpa de certas atitudes, provindas da deficiência de certos sacerdotes.

Ninguém poderia explicar o gesto de um São Lázaro, de um São Francisco de Assis, de um São Francisco de Paula, sacrificando tôda a sua devoção, o seu esfôrço, a sua humanidade, em benefício dos necessitados como producto de um factor econômico, a não ser que se queira tomar as necessidades humanas como meramente econômicas. Ora, nesse caso, o homem jamais se afasta da Economia. Nesse sentido, poder-se-ia dizer apenas o seguinte: o animal, enquanto tal, não é um ser econômico, mas o homem é, porque o homem produz para satisfazer suas necessidades. O homem é um ser econômico, por excelência. Mas sucede que não é apenas um ser econômico, e considerá-lo como tal não implica excluir tudo o mais. Nesse sentido, sempre a economia nos acompanha, porque ao erguermo-nos de nossa cama, que é um bem econômico, lavamos nossos dentes com uma pasta e uma escova, elementos da economia, na prática de um acto econômico de consumo, como também o é o nosso vestir e o tomarmos a nossa refeição matinal, e o lermos o nosso jornal matutino, e tomarmos a nossa condução, e fumarmos o nosso cigarro, e dirigirmo-nos para o nosso trabalho, e ali empregarmos a nossa actividade, e vol-

vermos à nossa casa, e consumirmos a nossa refeição, e prosseguirmos na nossa função productora, e volvermos, afinal, para o descanso, repousando numa poltrona, após o consumo da nossa refeição, ou procurando um divertimento ou a leitura de um livro, que adquirimos numa operação econômica, até volvermos ao leito. Em tudo isso praticamos uma seqüência de actos econômicos, sem dúvida. Mas a nossa vida não está apenas movida por êles. Será que alguém pensaria assim, pensaria que quando amamos, que quando desejamos saber por saber, que quando desejamos o bem aos outros, quando elevamos nossas preces ao Senhor, que quando simpatizamos ou antipatizamos, somos apenas um efeito da economia, senhora absoluta de nossa vida a apontar num destino férreo a todos os nossos actos, a tôdas as nossas aspirações e a tôdas as nossas esperanças?

Essa doutrina sempre existiu na humanidade, em todos os ciclos históricos, mas só encontra ressonância nos períodos em que predomina o empresário utilitário e na cesariocracia, em grande parte. E dizemos em grande parte, porque em países cesariocratas, como o foram a Alemanha Hitlerista e a Itália Fascista, e o é hoje a Rússia Soviética, a própria economia não dirige os acontecimentos. Não. Nesse período, quem dirige é a **política**, é a aspiração do prestígio social político que a dirige. Quem pode negar que o prestígio político dos chefes nazistas não marcou a direcção dos acontecimentos históricos da Alemanha e da Itália? Quem pode negar que o prestígio político de Stálin marcou o destino e a realização de tanta brutalidade na Rússia, como o confessou Kruchev?

Aí temos neste senhor, um herói que passará como passam todos os heróis tempestuosos, todos os fogos de artifício da História, como passaram Stálin, Malenkov, Trotsky, e outros.

Não estêve a Rússia, durante todo êsse longo estágio estalinesco, dirigida pelas aspirações políticas? Não foi a política que dirigiu a economia? A economia só dirige a História no período em que o empresário utilitário domina. Suas guerras são guerras econômicas, e só interessam enquanto econômicamente vantajosas; ou seja, enquanto possam produzir benefícios econômicos. Por

isso os mercadores estão sempre prontos a fazer acordos, estabelecer um **modus vivendi** que preserve a paz. A guerra de 1914-1918 foi provocada em grande parte por tais intenções, e foi o grande momento do período do empresário utilitário no mundo ocidental. Mas a guerra de 1939-1945 já foi uma guerra cesariocrática, uma guerra ideológica, uma guerra inevitável para os mercadores. A próxima, que nos ameaça, é também dessa espécie. Os mercadores não a desejam, e como perdem cada dia seu poder político, pois o Estado moderno cada vez mais se torna possuído pelos políticos cesariocráticos, e é até um óbice aos empresários utilitários, não conseguem evitá-la (1).

E é a tomada de consciência dessa inevitabilidade que desespera a juventude e desespera a todos. Não surge no horizonte da humanidade nenhuma esperança. Só pensam todos como transferi-la, como prorrogá-la, sem que ninguém saiba como impedi-la.

E será inevitável, porque nada se faz de seguro para evitá-la. Esquecem que a primeira providência consiste precisamente em saber quais os factôres que a tornam inevitável. Conhecendo-os, poderíamos, depois, fazer ou tentar fazer alguma coisa para desviá-los. Mas quererão realmente os homens realizar essa obra de cognição? Estarão as mentes humanas despejadas dos preconceitos que obstaculizam êsse desejo?

Examinar tais factos, tais factôres, e indicar algumas soluções, é o que tentaremos fazer nesta obra.

---

(1) Kennedy sabe que Kruchev não quer a guerra, como Kruchev sabe que Kennedy também não a quer. Todos os russos, no fundo, sabem que os americanos não querem a guerra, como os americanos sabem que o povo russo também não a quer. Contudo, **ninguém** hoje consegue desfazer a impressão de sua próxima deflagração. **Ninguém** parece hoje capaz de impedi-la.

O CAMINHO HUMANO

Inúmeros são os acontecimentos históricos aos quais não se pode atribuir o predomínio do factor econômico. Sabemos, e já o demonstramos, que o econômico jamais nos abandona, porque vivemos imersos no âmbito da economia, mas daí afirmar-se que tal factor é o decisivo sempre, é um postulado que não encontrou até hoje uma demonstração cabal, recebendo, em compensação, desmentidos dos mais formais e decisivos.

Como se poderia explicar a aventura de Alexandre como condicionada pelos factôres de producção? Por que, então com a sua morte, tôda a sua emprêsa desmoronou, se não era êle o factor principal? Se as suas aventuras guerreiras estavam "històricamente condicionadas pelas necessidades econômicas", a sua morte teria sido apenas um accidente que não afectaria a essência da grande arrancada. Sabemos que Alexandre tinha um ideal helenista e desejava propagar pelo mundo a civilização grega. Sua imensa ambição, quase mórbida de poder, fazia-o morder os lábios de raiva, quando jovem, ao tomar conhecimento das grandes façanhas dos grandes capitães anteriores a êle, e até do próprio pai, temeroso que nada lhe deixasse para realizar e conquistar. Tôda a sua juventude foi uma afirmação constante do que realizaria quando tivesse às mãos as rédeas do poder. Foi uma longa e anelada vigília para o dia glorioso em que suas hostes irromperiam pelo mundo antigo, para, pela espada, imporem aos vencidos a nova ordem que êle desejava implantar. Quem nega, sem querer desmerecer a sua gigantesca figura histórica, que um mórbido anelo de poder o dominava e que êsse anelo foi o que caracterizou tôda a sua formação e tôda a sua vida? Foi sempre a vontade de poder de algumas minorias organi-

zadas, disciplinadas, e sobretudo activas, que realizaram as grandes façanhas guerreiras e as grandes transformações históricas. Que seria da revolução bolchevista na Rússia sem a organização férrea de um pequeno partido comunista, que era pequeno-forte, e não grande-fraco? Noutros países, cujas condições econômicas para a revolução bolchevista eram mais favoráveis, os partidos eram grandes-fracos e a revolução malogrou? Por acaso não foram a decisão de Lenine contra os companheiros indecisos e a obediência cega de alguns de seus partidários, que levaram à vitória uma revolução que deveria malograr se apenas se fundasse nas condições econômicas, favoráveis que eram mais para uma ditadura de direita?

Já vimos o exemplo das Cruzadas. Ninguém nega que houve motivos econômicos, mas sem a religião seriam êsses impotentes para gerar as grandes levas de guerreiros durante séculos, milhões de homens movidos por uma obsessão religiosa. Era tão grande essa fôrça da fé, que se organizou a Cruzada Infantil de 1212 em face dos malogros dos cruzados. Pais de todo o mundo cristão permitiram que seus filhos, meninos desarmados, fôssem conquistar apenas com a sua presença as terras santas em mãos dos infiéis. Aguardava-se o milagre, porque nenhum homem de senso objectivo e de visão utilitária, acreditaria que tais jovens, por si sós, fôssem capazes de realizar a conquista que fortes exércitos aguerridos não foram capazes de conseguir. Também o papado, que a início vira com desgôsto a preparação das Cruzadas, terminou por apoiá-las, pelo imenso aumento de poder que poderia dar à Igreja. Se os venezianos consideraram-nas sob o aspecto utilitário, que eram êles senão utilitários? Por acaso, nas Cruzadas, não havia disparidade de considerações por parte de teocratas, de aristocratas e de empresários utilitários, e de cesariocratas à espera de alguma oportunidade?

Cada tipo estamental tem a sua maneira de visualizar os factos e de reagir segundo a sua conformação psico-caracterológica, considerando-se ainda as heterogêneas formas tipológicas, que já estudamos.

Ante o domínio dos lugares santos em poder dos árabes, um teocrata marciano e saturniano será um pregador como Pedro o Eremita, um marciano, combinado com terreno, será um Ricardo Coração de Leão, um jupiteriano tratará de reunir e afastar as divergências entre os senhores para que se unam numa só vontade e aceitem um só chefe; em suma, segundo os seus caracteres, reagirão êles diferentemente. Um empresário utilitário verá em tôda essa explosão religiosa uma oportunidade lucrativa, um aumento do seu poder econômico, como um cesariocrata uma brecha aberta para a sua conquista do poder e ascensão à custa das paixões desencadeadas. Uma explicação unilateral não explica nada, porque é uma explicação parcial e abstracta. Só uma explicação concrecionadora, que compreenda a conjunção dos factôres, que são ora predominantes nuns, ora predominantes em outros, poderá ter uma visão real e justa dos acontecimentos.

Também as cruzadas contra os albigenses exigem que se faça uma revisão da sua gênese. Sabemos que a Provença, naquela época, era a região mais rica e mais culta da Europa. Para lá haviam ido os remanescentes da cultura alexandrina, da greco-romana e dos círculos culturais do Egito e da Ásia Menor, em conjunção com remanescentes celtas, os quais criaram o grande esplendor ocitânico. Desenvolvia-se, ali, uma cultura elevada, uma indústria e um comércio activos. Surgiam ali **troubadours** e **trouvères**, uma arte vital e bela, mas também práticas religiosas das mais complexas e híbridas.

São Francisco de Assis defendeu os albigenses contra as acusações que lhes fizeram de heresia. Mas sabemos que a França do norte e seus dominadores desejavam a unificação de todo o país para aumento do seu poder. Também havia intuitos políticos de domínio da Igreja, em consonância com os condes do Languedoc. E a cruzada cruel, que destruiu aquela região, que aniquilou a sua grandeza, e submeteu aquêles povos ao domínio dos senhores, depois do extermínio de milhares e milhares de pessoas, não foi uma emprêsa movida por factôres econômicos apenas, mas por factôres de origem psico-caracterológicos, embora houvesse os que viam ali apenas uma emprêsa de conquistas utilitárias e de pilhagem, que não é, como já o demonstramos, um factor eco-

nômico, porque a pilhagem não pertence de modo algum à Economia. Ademais, já demonstramos que esta é por essência pacífica e criadora, e é confundi-la com outros motivos, formalmente distintos, atribuir-lhe o ímpeto guerreiro, cujas origens são outras. Muitos autores socialistas, que não rezam pelo catecismo do materialismo histórico, examinam a guerra de sete séculos entre espanhóis e árabes, e não encontram ali apenas factôres econômicos a determinar os factos.

Quando Fernando de Aragão casou-se com Izabel de Castela, ficaram lançados os alicerces da monarquia cristã na Espanha. Levantou-se, então, o estandarte da Igreja, mas foi o tremendo ímpeto religioso fanático das multidões que permitiu a vitória dos reis de Castela e Aragão e a expulsão constante dos árabes. A vitória dos cristãos não realizou econômicamente algo superior ao que já haviam realizado os árabes. Ao contrário, todo o sul da Espanha, que fôra nas mãos mouriscas um grande jardim, tornou-se uma região quase estéril e pobre, e as indústrias quase desapareceram, caindo a producção a índices espantosamente baixos.

Também a conquista das Américas pelos espanhóis não pode ser apenas explicada pela economia, porque não foi apenas a sêde de riquezas e de ouro que moveu a juventude espanhola e portuguêsa, acostumada à guerra de sete séculos com árabes, que conservava os esquemas guerreiros de seu povo. Para homens embriagados pelas glórias militares, a paz é sempre algo insuportável, e a nostalgia da aventura é um apêlo dos seus impulsos mais fortes. A pilhagem vem de eras longínguas e é tipicamente animal. Não é só o homem que a realiza, mas os animais também. Mas a pilhagem não é da economia. Açular as paixões pela pilhagem das riquezas não é pôr em acção um factor econômico, mas uma concupiscência violenta dos apetites humanos desencadeados. Prescott reconhecia que, na conquista espanhola, havia mais um ímpeto de cavaleiros andantes do que de concupiscentes à cata de riquezas. Se grandes povos americanos foram dominados por um punhado de cavaleiros, que punham em risco a vida, que desprezavam a própria morte, que tinha isso de comum com a prudência cautelosa do empresário mercantilista? O selvagem fanatismo de tais

homens, que sacrificavam o que de maior possuíam, a própria vida, poder-se-ia considerar como uma mera façanha econômica, que se caracteriza pela gestão planificada cuidadosamente?

Não eram êles outros don Quixotes? Ou seriam apenas Sanchos Pança em busca de vantagens lucrativas?

Quem pode negar que há quixotismo, no bom sentido do têrmo, nessas emprêsas que estremecem os homens de hoje, num Cortez, ao queimar as suas caravelas para que nenhum dos seus soldados considerasse mais a possibilidade de fuga ou de retôrno? Quem poderá negar a estructura psicológica dêsses marcianos-terra, empolgados pelas conquistas e pela glória, para apenas considerá-las à semelhança de prudentes caravaneiros mercantilistas em busca de bens? Sim, a pilhagem os excitou, sem dúvida, mas a pilhagem é um apêlo à concupiscência e às paixões, e não ao racionalismo de uma façanha mercantil.

E seria apenas levada por factôres econômicos, a gloriosa campanha da Companhia de Jesus, lutando pela liberdade do indígena e combatendo a exploração escravocrata, que pretendiam realizar os novos conquistadores? E pode-se apenas explicar pelo factor econômico a obra de um Anchieta e de um Nóbrega, erguendo escolas, reduzindo indígenas, levando-lhes os conhecimentos da técnica e da medicina de então, para erguê-los do estado primitivo? E a consideração que tinham pelas condições humanas e o respeito à esquemática dêsses povos, não exigindo dêles costumes que não poderiam ter, nem hábitos que desde logo não poderiam adquirir, respeitando, assim, suas condições humanas inferiores, e defendendo os seus direitos contra os escravagistas e opressores de então?

Por que se levantaram contra os jesuítas tôdas as vozes dos aristocratas escravagistas e dos empresários utilitários exploradores, lançando contra os companheiros de Loyola as maiores infâmias que registra a História? Leiam-se os sermões de Vieira, a obra dos grandes jesuítas espanhóis, para que fique bem patente que os animava um desejo de filantropia, um amor ao homem e um

respeito às suas condições. Sabiam os jesuítas que não era possível incorporar na civilização européia homens que traziam consigo milênios de esquemas diferentes. Como poderiam, nas reduções missioneiras, exigir a constituição da família cristã para sêres que durante milênios não tinham do matrimônio outra concepção que a meramente natural? Ao admitirem que os índios pudessem casar-se, sem as exigências do matrimônio cristão, criando até uma cerimônia religiosa que referendava a união provisória, foram acusados de sacrilégio contra aquêle sacramento, e de estabelecerem uma forma que ofendia a moral católica. Sim, ofenderia a moral católica se tais casamentos fôssem entre cristãos. Mas eram entre primitivos, selvagens que possuíam esquematismos completamente diversos. Era mister seguir degraus, palmilhar com segurança o caminho, e compreender que a incorporação do selvagem à cultura européia seria obra longa, demorada e, sobretudo, cautelosa. As acusações e as infâmias recaíram sôbre os jesuítas, afirmando-se até que desejavam dominar o mundo, e que a Companhia de Jesus nada mais era que uma emprêsa de domínio por uma minoria acobertada sob as vestes religiosas e sob o estandarte da Igreja. Foi fácil, depois, levantar multidões açuladas para lutarem e destruírem a grande obra que realizaram na América, e da qual ainda restam testemunhos impressionantes nas ruínas do sete povos das Missões, no Rio Grande do Sul, na região de **Misiones**, na Argentina, e também no Paraguai. Aí, sim, aí o empresário utilitário, unido ao aristocrata escravagista, com o apoio de políticos, empreenderam a mais tenebrosa campanha de difamação, e uma cruzada infame para destruir a obra grandiosa que aquêles homens realizavam.

Por si sós as conveniências econômicas não gestam as grandes transformações, se não houver condições psicológicas favoráveis. E se não fôsse assim, por que não conseguiram os socialistas alemães, nos períodos que sucederam à grande guerra de 1914-18, a instalação do socialismo na Alemanha? Por que malograram a revolução húngara, o trabalhismo inglês e os partidos socialistas da França? O que temos visto nos últimos anos é o contrário: é um socialista, como Mussolini, instaurar um regime de brutalidade; um socialista, como Hitler,

criar uma das maiores monstruosidades organizadas da História; um socialista, como Laval, aderir aos inimigos das liberdades humanas; um socialista, como Stalin, tornar-se um czar sangrento, segundo as palavras do sr. Kruchev; socialistas espanhóis apoiarem Primo de Rivera, comunistas cubanos, apoiarem Batista e lutarem com êle contra Fidel Castro, para, depois da vitória dêste, abiscoitar a revolução; comunistas e socialistas apoiarem cesariocratas de baixa categoria como Perón ou como Batista. Que revela tudo isso senão que as condições psicológicas não eram suficientemente fortes, quando as condições econômicas eram tão favoráveis? Que condições mais favoráveis aconteceram na História que as que se encontraram na Europa depois de 18, nos Estados Unidos depois da crise de 29, e na Inglaterra depois da crise desta última guerra, quando ascendeu ao poder o Partido Trabalhista? Que países se tornaram "socialistas" senão aquêles onde o regime foi impôsto pela fôrça das armas e contra a vontade de seus cidadãos?

A social-democracia alemã cedeu aos interêsses dos grandes empresários utilitários, e apesar de todo o seu internacionalismo proclamado, caiu nas mãos dos nacionalistas e abriu as portas ao fascismo nascente.

Todos os socialistas no poder nada mais fizeram que reformas incapazes de assegurar o bem das massas de servidores, e as promessas de um futuro risonho próximo tornaram-se dolorosas realidades. A dependência econômica, a administrativa e a técnica tornaram-se escravidão ao Estado omnipotente, e as massas de servidores caíram nas mãos de falsos líderes, que nada mais eram que cesariocratas ambiciosos de mando político, que não trepidavam em trucidar os companheiros que discordavam de seus métodos ou idéias.

Jamais o socialismo pregou o aumento da dependência, mas, sim, a liberdade. Os opressores transferiram-na para os decênios próximos, como Stalin prometia para o fim do primeiro plano qüinqüenal, e outros para os planos sucessivos. Também não é liberdade o mero suprimento que satisfaça as necessidades fundamentais. Também um pássaro prêso numa gaiola pode ser bem alimentado e bem protegido, mas é escravo. Um homem,

que recebe apenas o alimento, o divertimento, e um pouco de bem estar material, não é ainda um homem livre, nem o mero "conhecimento da necessidade é liberdade", se não houver a capacidade de escolher livremente e erguer-se acima da sua situação.

Também o capitalismo de Estado poderia dar essa solução, sem contudo libertar os homens. Não basta satisfazer as necessidades do corpo para que o homem se afirme na plenitude de si mesmo. É mister libertar-se também de preconceitos intelectuais que o oprimem, da ignorância que o esmaga, e da falta de fé que o angustia.

A afirmação do homem e da sua dignidade é ao que mais alto um ser autônomo aspira. Se há cães satisfeitos, mau grado as coleiras, porque têm alimento e abrigo, nem por isso são livres. Na verdade, o que ainda mantém alguns socialistas sob o domínio do totalitarismo despótico é a esperança da libertação. Mas o caminho que lhe oferecem não gerará a liberdade, porque jamais tigres gestarão pombas.

Também foi um êrro, e do qual podemos acusar os antigos gregos, de que uma disciplina de quartel e a uniformização dos homens sob o mando de chefes poderosos assegurassem ao homem o que êle anela de mais alto.

Tôda tirania é infame, cruel e repelente. E muito bem dizem os socialistas libertários que a tirania do burocrata é a mais indigna de tôdas, além de ser a mais brutal. A omnipotência do Estado é uma degeneração, porque é a vitória da máquina sôbre a inteligência, da norma preestabelecida sôbre o poder criador, da fôrça sôbre a criação espiritual.

O caminho do homem é o humano, e êste está na realização plena do **acto humano.** Não pode haver um ideal mais alto e mais digno de nós do que êste. Só almas de escravo, de acaudilhados, podem desejar tornar-se numa ferramenta social e obedecer ao arbítrio dos poderosos. Razão tinha Sarmiento ao dizer que mais senhores haviam feito os escravos que escravos os senhores. São aquêles que desejam o paternalismo pleno que geram os senhores, que criam o ambiente favorável aos senhores prepotentes. Ora, sabemos quão pressionada

pela dependência se encontra o estamento dos servidores econômicos. O proletariado de nossos dias não é uma classe revolucionária, absolutamente não é, nem pode ser. Ao contrário, o seu infrene desejo de paternalismo econômico e estatal não gera homens livres, mas escravos. Para que o proletariado se tornasse uma classe revolucionária deveria, antes de tudo, aspirar à ascensão, à plenitude do **acto humano.** Em nenhum momento da história as massas de servidores outra coisa fizeram do que apoiar os cesariocratas e estimular os ambiciosos de mando e de prestígio social para explorá-las, fingindo-se líderes de sua libertação. Não há nenhuma vocação revolucionária, desejosa de transmutar as condições de opressão por condições de liberdade, por homens que têm os olhos voltados apenas para a dependência em que vivem. Para que o proletariado se torne realmente revolucionário é mister que tenha consciência que só a prática da liberdade é o caminho da liberdade, que tenha consciência de que é sòmente erguendo-se aos valôres mais altos, unindo os cumes das montanhas, captando a fé profunda e bem fundada dos melhores hierocratas, o desejo do melhor e do mais digno dos aristocratas, o sentido prático e realizador do gestor econômico, e o amor ao bem de si mesmo e de seus irmãos, sem a intransigente posição num êrro contra outros erros, sem o desejo da aniquilação física de seu semelhante, que alcançará o mais alto. É mister aceitar o debate honesto e empreender o exame cuidadoso dos grandes temas, e concrecionar o que de mais elevado a humanidade já alcançou, pois só assim poderá marcar um destino melhor para si e para os seus. Se aceitar um determinismo, que o precipita no fatalismo, e se admite que o pior que sucede é uma porta aberta ao melhor, se aceita as novas algemas pela satisfação de ter perdido outras menos cruéis, não poderá guindar-se ao mais alto.

Não é o socialismo autoritário, despótico, totalitário, que dará ao homem senão sangue e lágrimas sem vitórias. Lutar contra a injustiça social, contra a opressão é um dever de todos os espíritos bem formados, denunciar a exploração dos baixos sentimentos e apontar tudo quanto vicia a plenitude do acto humano é um dever dos verdadeiros revolucionários, dos que desejam alcançar

estágios superiores. Mas apoiar cesariocratas prepotentes, demagogos que exploram as angústias e os desesperos populares, burocratas empedernidos, que desejam implantar apenas outra brutalidade organizada, é trair o homem, é assassinar a humanidade.

Como poderão construir a liberdade aquêles que apenas crêem num determinismo férreo, e que aceitam os factos como inevitáveis? Como se pode admitir a falsidade filosófica que afirma que causas inadequadas produzem certos efeitos? Como admitir a eqüivocidade entre a causa e o efeito, quando tudo na natureza afirma a analogia ou a univocidade? Fundado em que se pode afirmar que a opressão gere a liberdade, se esta é a negação daquela?

Sem dúvida que o factor econômico está presente em tôdas as guerras, como está presente em todos os actos humanos, mas daí afirmar-se a sua preponderância, é julgar que aquêles jovens que lutaram contra o nazismo e o fascismo fôssem apenas levados por um factor econômico, e que os russos que apelavam pelo amor à mãe pátria, que pregavam a defesa da Rússia, e não pròpriamente do bolchevismo, foram apenas movidos por factôres econômicos.

Quem poderá negar a influência dos factôres psicológicos e morais na defesa da Inglaterra, na obstinação de Churchill, no ímpeto heróico de jovens aviadores, arriscando suas vidas para destruir a potência do hitlerismo? Qual o bolchevista que queira negar o ímpeto psicológico e o amor à pátria e às suas idéias, que levou tantos homens ao holocausto para salvar a Rússia das mãos do invasor? Por acaso tais factôres psicológicos e morais foram tão fracos para tais actos de heroísmo serem apenas movidos pelas condições econômicas? Por acaso os jovens alemães, que resistiam inùtilmente, e morriam obedientes e disciplinados às ordens de seus chefes, fizeram o sacrifício de suas vidas movidos apenas por condições econômicas? Quem é tão fraco de mente para afirmar tais coisas? No entanto, há quem o afirme para escárneo da inteligência humana.

Por acaso os socialistas, que cederam aos apelos nacionalistas, e covardemente recuaram ante os poderosos,

em vez de lutarem pela libertação, foram movidos por condições econômicas ou por factôres psicológicos e morais viciados? Por acaso aquêles socialistas franceses, que se tornavam colaboracionistas ao lado de outros socialistas franceses, que ingressaram nas fileiras dos "maquis" para lutar contra o invasor, não foram movidos pelas mesmas condições econômicas, e então por que seus actos foram tão distintos? Acaso a coragem, a valentia, o amor é igual em todos? Por acaso a obstinação, a firmeza numa idéia, o ímpeto na luta, o sacrifício consciente de sua própria vida ou a fuga desenfreada, a submissão inglória, a covardia criminosa são produzidos por factôres econômicos ou por psicológicos e morais?

É possível deixar de reconhecer o valor de tais factôres e a predominância dêles em momentos tão grandes da vida humana?

Se a covardia e a ambição de mando do socialista Laval levou-o a trair a sua pátria, enquanto outros morriam por defendê-la, num acto livre de escolha, quais eram os factôres econômicos senão os mesmos, ao lado de temperamentos e caracteres diferentes e antagônicos?

É fácil enganar os incautos e os deficientes mentais com tais doutrinas, não porém, aquêles que visualizam a História concretamente.

Examinemos a guerra de 14-18. Lenine, ao estudar a actuação dos socialistas, afirmava que a maioria dos partidos socialistas havia cedido ante os senhores da guerra, por covardia, por mêdo da responsabilidade. E que factor é êste? É o econômico?

Surgiu aquela guerra, dizem os defensores de tais doutrinas, por um concêrto dos "grandes chefes de indústria", no intuito de aumentar desmedidamente os seus lucros, ou, então, para subsistir ante a arrancada dos partidos socialistas. Mas, por acaso o capitalismo não poderia subsistir a tais arrancadas, como subsistiu nos países vitoriosos? Há outros factôres que é mister considerar.

O resultado da guerra de 14-18 não foi favorável ao capitalismo, e se houve capitalistas que desejaram essa

guerra, que a estimularam e dela tiraram vantagem, a maior parte dos empresários utilitários não tinha nela nenhum proveito, nem a desejava, porque, em sua maioria, tais tipos estamentais não desejam as guerras, mas o intercâmbio livre, fonte de maiores benefícios.

Depois da Revolução Francesa, Napoleão tentou reerguer a França, que se abismara numa crise econômica sem precedentes. Contudo, tinha seus passos embargados por "aquêle país de mercadores", como êle chamava a Inglaterra, que dominava então os mares e as rotas comerciais mais importantes fora do continente europeu. Sua luta contra a Inglaterra ocasionara um ataque a todo o sistema inglês, incluindo suas colônias e possessões. Tôda tentativa de entrar no âmbito comercial da Inglaterra, por parte de países europeus, tinha fatalmente que merecer a reacção britânica. Napoleão tinha que encontrar pela frente a barreira da Inglaterra. Derrotado Napoleão, a França ergueu-se mais tarde com Napoleão III, que tentou outra vez abrir a barreira comercial. Sua derrota ante Bismarck, afastava-a da competição internacional, mas fazia entrar na liça um novo país altamente desenvolvido, com uma indústria nova, mais poderosa, a Alemanha unificada sob os Hohenzollern. Desejava esta penetrar no mercado mundial, ameaçando o predomínio inglês.

Realmente havia, na explosão daquela guerra, motivos econômicos indubitáveis, razões econômicas indiscutíveis. Não surgiu, porém, pròpriamente de um acôrdo entre capitalistas, mas do desejo de domínio de um grupo nacional ou de **nações** sôbre outras. A Inglaterra não tolerava que a sua hegemonia fôsse ameaçada, e os alemães, que haviam chegado tarde na História, já encontrando o mundo colonial dividido entre os poderosos, só tinha um caminho a seguir: que era a conquista à fôrça. Mas a guerra de 14-18 foi uma guerra do período do empresário utilitário e a influência do factor econômico era evidente e predominante em muitos sectores, sobretudo nos daquele, embora outros factôres psicológicos e morais tivessem influenciado no seu advento. Entre mercadores, tenta-se sempre o acôrdo, as **negociações**. Mas há outros factôres que precipitam os acontecimentos, embora aquêles desejem outros caminhos, mais seguros e menos arriscados.

Quando se examina a história dos partidos que aceitam o materialismo histórico, e busca-se a gênese dos mesmos, revela-se desde logo que justificam a sua organização para apressar os acontecimentos e não para criarem uma situação nova. Os bolchevistas afirmam com fé que o destino lhes pertence. A lei da direcção foi descoberta por Marx, mas a lei da velocidade lhes escapa. O partido nada mais é que o factor de velocidade, cuja função é apressar o advento do que já está determinado.

As conclusões que se podem tirar do que examinamos até aqui são as seguintes:

1) que o factor econômico está sempre presente na actividade humana;

2) que actua ao lado de outros factôres, ora predominando, ou seja, ora marcando o vector, ora não;

3) que o factor econômico é, por natureza, pacífico, e que as guerras, que surgem, são factoradas pela cooperação de factôres psicológicos e morais;

4) que há homens que põem no ápice da sua escala de valôres outros valôres que não os utilitários, e são capazes de sacrificar êstes para não sacrificar outros, como já se demonstrou;

5) que a doutrina da predominância absoluta do factor econômico não é de Marx nem Engels, mas apenas dos marxistas, que se tornaram mais marxistas que Marx;

6) que o factor econômico marca a direcção, ou seja, tem um papel decisivo naqueles que o colocam no ápice da hierarquia dos valôres, e não nos que colocam outros em tal lugar.

No decorrer dos capítulos próximos, teremos oportunidade de examinar outros aspectos em abono de nossas teses.

DEMONSTRAÇÃO DE UMA TESE DE FILOSOFIA CONCRETA

Tese: **O factor econômico é predominante nos tipos e grupos que o colocam no alto de suas escalas de valôres e actua em cooperação com outros, além de sofrer a actuação de outros.**

Desde logo nos assalta o espírito uma pergunta: se houve e há tantos defensores do materialismo histórico, como se explica a sua existência se é falsa tal doutrina?

E ainda poder-se-ia perguntar: será que não cabe qualquer positividade aos que afirmam a predominância do factor econômico? Será que não lhes assiste algum fundamento? Ou é tudo irremediàvelmente falso, de modo que deva tal doutrina ser completamente desprezada?

Ora, as respostas a tais perguntas exigem uma análise cuidadosa, o que procuraremos fazer, seguindo os velhos métodos heurísticos da filosofia clássica, acompanhada de argumentos dialècticamente construídos segundo o nosso método.

Não podemos prosseguir sem primeiramente examinarmos o que significa **factor econômico.** Desdobremos, primeiramente, os dois têrmos **factor** e **econômico**, para, a seguir, analisar os têrmos expressos na tese acima, seguindo, posteriormente, o roteiro do método heurístico.

Factor, em sentido etimológico, é o que faz, do verbo **facere**, e refere-se tanto à pessoa humana como a alguma coisa. Na matemática, significa um dos têrmos, que, multiplicados um pelo outro, constituem um producto. Na linguagem moderna, tomado em sentido amplo, é tudo quanto concorre para determinar um efeito, e é empregado, hoje, nas ciências culturais. Nesse amplo sentido,

o têrmo é usado sinonìmicamente como **causa**. E tal se deve por uma razão muito simples. Nos séculos XVIII e XIX, alguns filósofos, por não terem devidamente compreendido o conceito de **causa**, exposto por Aristóteles e os escolásticos, puseram-se a combatê-lo, e de tal modo, que muitas mentes desprevenidas recearam continuar usando-o, o que levou alguns a porem de lado o seu emprêgo, substituindo-o pelo têrmo **factor**. Portanto, para que se tenha uma clara visão dêste têrmo é mister analisar prèviamente o conceito de **causa**, evitando os erros freqüentes que filósofos modernos cometem. Já temos em nossas obras nos demorado no exame de tal conceito, e poderíamos remeter o leitor a êsses trabalhos. Contudo, preferimos fazer aqui uma sucinta exposição do verdadeiro conteúdo dêsse têrmo, facilitando, assim, a melhor compreensão do que iremos examinar. Todo ente contingente, o que não tem em si sua razão de ser, e que para existir necessita de outro que o **faça**, implica, necessàriamente, uma **causa**, o que o ponha em causa. O ser contingente é um ser dependente de outro, mas essa dependência deve ser **real**; ou seja, a sua existência depende **realmente** de outro, a sua realidade **pende realmente** de outro. Êste do qual o segundo, que toma o nome **efeito** (de **ex-factum, effectum,** efeito) pende realmente, é a sua **causa**. Se são várias, de cuja cooperação pende realmente, êstes, dos quais pende, serão suas **causas, concausas.**

De modo algum se deve compreender como **causa** apenas o que antecede, como pensou Hume, que daí pôs-se a combater esta idéia. Absolutamente não é apenas a antecedência, ou a prioridade, que é a essência da causa, mas sim a **dependência real.** Por não ter compreendido claramente tal aspecto, Hume e os que beberam em suas obras tais idéias, puseram-se a combater moinhos de vento, e não o verdadeiro conceito de causa. Diz-se, assim, na Filosofia, que a causa é a razão ontológica (dá razão, **logos**, do ser **on, ontos**). Contudo, não se pode dizer o inverso; ou seja, que tôda razão ontológica denote uma classe de causalidade, porque a relação razão-conseqüência (como se vê nos raciocínios) pode existir com identidade efectiva e, portanto, sem dependência ontológica real, já que causa e causado (efeito) nunca são plenamente idênticos, porque existe entre êles uma relação real de dependência. Admitir a identidade entre causa e efeito foi o que realizou o panteísmo, como o vemos em Spinoza (Deus é igual à Natureza, a Natureza é igual a Deus, **Deus sive Natura, Natura sive Deus**). Por ter uma dependência real da causa, o efeito é, necessàriamente, dependente, o que não se pode atribuir, necessàriamente, a tôda e qualquer causa, porque a fonte e origem de tôdas as coisas (chamem-no Deus, energia, matéria, ou o que quiserem) não pode ser dependente; ou seja, não provém, não pende de outro, porque, então, êsse outro seria o primeiro princípio de tôdas as coisas.

A dependência real do efeito à causa nos permite compreender claramente o têrmo **condição**, que também, na penumbra do pensamento moderno, é empregado muitas vêzes unìvocamente como causa. Muitos consideram que a **condição necessária** é causa. Contudo, cabe uma distinção. Se a condição necessária é indispensável para a producção de um efeito, não influi, contudo, sôbre êle. Assim, se lemos estas palavras, a luz é condição necessária para que possamos fazê-lo, não, porém, a causa da leitura. Conseqüentemente, também não é causa uma condição qualquer, não necessária.

Se se observarem as causas, verificamos desde logo que algumas se incorporam ao novo ser, constituem parte dêsse ser, enquanto outras não. Assim, o vidro, que compõe a matéria dêste copo, não é uma condição necessária para que haja êste copo, mas sim, como êste depende realmente do vidro que está aqui, e que influi **(flui in, flui em)** no seu ser, é êle uma **causa.** Por sua vez, como êste copo é um objecto da cultura, e foi feito por um agente, também sem êle não existiria. E a dependência real, que tem do agente, cuja presença está revelada no copo, como um artefacto, um ser cultural, é também causa e não mera condição. Mas há uma distinção entre a primeira causa e a segunda. Uma é **intrínseca** ao copo, e a outra é **extrínseca.** Daí a distinção que se faz entre **causas intrínsecas** e **causas extrínsecas.**

Já se pode agora estabelecer duas interrogações que passarão a ser respondidas oportunamente:

1) Será o que se chama **factor econômico**, apenas uma condição e não causa?

2) Será o factor econômico uma causa intrínseca ou extrínseca, caso seja realmente uma causa?

Como a resposta a tais perguntas exige que se esclareçam muitos outros pontos, prossigamos na análise do conceito de causa, depois **factor** e finalmente de **econômico**, para que **descubramos** os juízos virtuais implícitos no que ficar apurado através de nossa análise, e nos conceder, assim, elementos hábeis para posteriores análises.

Entre as **causas intrínsecas**, temos de distinguir a **forma** e a **matéria**, cuja unidade constitui a **natureza** de uma coisa contingente, como o vidro dêste copo (**matéria**) e a **forma** de copo constituem a **natureza** dêste artefacto. Entre as **causas extrínsecas** colocavam os antigos a **causa eficiente**, que é a causa em sentido restrito (como a entendem os modernos, para os quais causa é apenas a causa eficiente), que é a que **realiza**, que dá a forma à matéria e, finalmente, a **causa final**, que aponta ao para que tende o efeito, pois tudo quanto é tende para um têrmo final próximo ou remoto. Em tôrno da finalidade das coisas, que é o tender da coisa para o que lhe convém ou para o qual é feita, permite-nos distinguir a causa final intrínseca da coisa, que está na sua natureza, e a causa final extrínseca, a que lhe dá a causa eficiente ou o agente, que do efeito se apropria. Quando alguns filósofos modernos combatem a causa final, confundem a causa final intrínseca da coisa com a extrínseca. Assim a finalidade intrínseca do trigo não é tornar-se pão, mas é uma causa extrínseca, que lhe é dada pelo agente, que dêle se apropria, o homem. Quando aquêle pseudo-filósofo francês, cujo nome não iremos reproduzir, dizia que as pulgas eram escuras para mais fàcilmente serem percebidas nos lençóis brancos ou na roupa íntima, dava uma finalidade intrínseca à côr da pulga, absolutamente improcedente.

Se um religioso afirma que o trigo tem a finalidade extrínseca de tornar-se pão para o homem, e essa finalidade lhe foi dada por Deus, quer apenas dizer que, como nada contingente acontece sem a causa eficiente primeira, esta providenciou (de **pro** e **videre**, ver adiante) que assim fôsse, porque, do contrário, tal não poderia acontecer. É da **natureza** do trigo (das suas causas intrínsecas) ser apropriado à alimentação do homem. Não poderia ser apropriado à alimentação do homem, segundo certas condições, se não fôsse providenciado, pela causa eficiente primeira, que surgisse, em dadas condições, o trigo, capaz de ser alimento do homem. Nenhuma propriedade, nenhuma positividade de nenhum ser vem do nada absoluto, porque êste não há, nem é, nem existe. Se alguma positividade acontece ou acontecerá, esta já estaria prèviamente contida na eminência da causa e, conseqüentemente, na eminência da causa eficiente. Por isso, nada acontece, nem aconteceu nem acontecerá, que não esteja contido na eminência da causa primeira, porque, do contrário, viria do nada. Assim é o mesmo para o materialismo, que aceita a matéria como a primeira causa de tôdas as coisas, e que não admite outro ser que a matéria, porque o que não é matéria é não-matéria, é imaterial, e, então, afirmaria o dualismo de sêres principiais, o que o materialista não admite. A matéria deve conter, eminentemente, tudo quanto acontece, aconteceu ou acontecerá, senão teria sua origem na não-matéria, no imaterial. E também, para o que afirma como primeiro princípio de tôdas as coisas o que quiser, como energia, Natureza (?) ou outro nome que desejar dar, seja o que fôr que acontece, aconteceu ou acontecerá, já está visto, dado, com antecedência (**pro — videre**) **providenciado.** Restará apenas uma diferença: é que, para o materialista, a matéria, como é inconsciente, desprovida de inteligência, não escolhe, não prefere isto àquilo, e sua providência é, portanto, cega, inconsciente. Ora, como a inteligência é a actualização de uma perfeição não contida no primeiro ser, fonte dela, é uma perfeição vinda do nada, que, "sùbitamente tornou-se consciente", como já se expressou um poeta, o que é afirmar a producção do ser vindo do nada.

A luta contra a **teologia** (**logos**, razão, do **telos**, do fim, a razão do fim), que em muitos filósofos modernos é um cacoete, e que alguns do alto da sua auto-suficiência procuram ridicularizar, surge da confusão entre finalidade intrínseca e extrínseca. Como é muitas vêzes ridícula a finalidade extrínseca, é fácil depois negar validez a tôda finalidade. A finalidade de uma coisa é a tendência pa-

ra o que é adequado à sua natureza, o que convém a essa natureza. Assim ser soldado não é uma finalidade do homem, nem ser político, nem ser marxista, nem ser operário tampouco. A finalidade intrínseca do homem é realizar o que é adequado e conveniente à sua natureza, que é a unidade analogada da sua causa material e formal, a unidade de suas causas intrínsecas, do que, na nossa linguagem, compõe a sua **emergência.**

A distinção entre as causas finais intrínsecas e as extrínsecas é importantíssima para a compreensão do econômico, como teremos ocasião de verificar mais adiante. Ademais a classificação das quatro causas aristotélicas não esgota, porém, tôdas as causas, mas apenas aponta as principais. A falta de melhor compreensão do que pretendia Aristóteles classificar com elas, motivou uma série de críticas infundadas, pois baseavam-se, precisamente, no que, na verdade, o estagirita não desejava afirmar.

Como nesta obra não nos cabe tratar de tais assuntos, apenas nos demoraremos no que é imprescindível para a melhor inteligência da matéria que tratamos neste trabalho, e só incidentalmente trataremos de matérias que pertencem a outras disciplinas.

Como muitos autores modernos consideram causa apenas a causa eficiente, o têrmo **factor,** no sentido etimológico de o que faz, **o que é fazedor,** é comumente confundido com aquela. Neste sentido, factor é o que faz alguma coisa, e factor econômico seria o econômico capaz de fazer alguma coisa, o econômico enquanto causa eficiente.

Antes, porém, de prosseguir nessa análise, vejamos primeiro o que se entende por **econômico.**

Chamavam os gregos de **oikos,** a casa, a habitação, também o quarto de dormir, ora a sala de refeições, ora ainda os bens, a propriedade, o haver de uma pessoa. **Nomos,** por sua vez, significa norma, regra. Daí formaram o têrmo **oikonomia,** que significava a direcção de uma casa, a administração dos negócios de uma casa. Depois tomou o sentido de govêrno, e também o de ordenação, distribuição. **Oikonomikôs** era o administrador de uma casa, dos seus bens, o que conhecia a arte de administrar uma casa e seus bens. Chamava Xenofonte de **Oikonomiká** a arte de tratar da administração de uma casa, e Aristóteles empregou-o no sentido também da arte de prover os alimentos em relação aos animais. Ainda modernamente se emprega o têrmo ecônomo, para indicar aquêle a quem é atribuída a função de administrar uma casa, provendo-a dos bens de que necessita.

No livro **Oikonomiká,** atribuído a Aristóteles, cuja autoria é negada por muitos, dizia aquêle, logo no início do Livro I, que o que distingue a ciência política da ciência econômica, não é apenas o consistir na administração de uma casa e uma cidade (como sujeito material, como muitos freqüentemente consideram), mas sim no facto de que a ciência da política inclui numerosos reguladores, enquanto a esfera do econômico é a monarquia, o govêrno de um só. O que interessa aqui é anotar o sentido clássico do têrmo: economia era a arte de governar a riqueza; conseqüentemente, produzi-la, distribuí-la, etc.

Não se poderia, porém, estabelecer o conceito de **econômico** e de **economia,** sem que se esclarecessem certos aspectos, que já tivemos oportunidade de estudar. Surgindo o têrmo da concepção grega, estêve sempre êle ligado à arte de governar os bens, quer do indivíduo, quer da família, da colectividade, da **polis.** No exame das providências, que devem ser empregadas para êsse bom govêrno, e pela hábil administração, diversas noções se tornaram claras e algumas regras foram precisadas. Ora, uma arte só se torna uma ciência quando consegue ela estabelecer as leis que regem os factos que compõem o objecto de seu estudo. Tomou assim a **economia** o sentido de uma arte (prática) e também teoria (pelas investigações que buscava e pelo conexionamento dos factos em estudo), tendentes a estudar e a regular as normas que deve proceder o ser humano, quer como indivíduo, quer como pessoa, quer como grupo social, para obter e dispor dos bens de que carece para satisfação das suas necessidades. Tais necessidades passaram a chamar-se de **econômicas,** e o adjectivo **econômico** tomou o sentido qualificativo de tudo quanto se refere à Economia, tomada naquele sentido. Carl Menger chamou de "tendência à economia", uma das que são bases da economia humana, e que nada mais é que a racionalidade da or-

ganização, que permite atingir o máximo resultado com o mínimo esfôrço. Ora, essa tendência ao máximo resultado com o mínimo esfôrço é universal, cósmica, que chamamos de "lei do bem", pois em todo e qualquer ser há um tender ao máximo conveniente à sua natureza, que é o seu bem, com o **ônus** do menor esfôrço. Assim se pode falar numa economia astronômica, físico-química, biológica, fisiológica e também animal e humana, social e até política, cujo nome é o mais comum. Tende tudo quanto é ao máximo proveito próprio com o mínimo esfôrço. Para muitos, êsse tender ao máximo com o mínimo de esfôrço, é a essência da **economia.**

Tomada esta em **latu sensu** é inegável, pois na essência de tudo quanto foi considerado **economia,** houve sempre presente esta constante, que é uma lei que orienta e deve orientar tôda actividade genuìnamente econômica. Conseqüentemente, o conceito de poupança está implicado no de economia, pois há um cuidado em poupar o máximo de esfôrço, de onerosidade, ao lado do intuito do máximo de proveito, de benefício, de bem.

Neste sentido, é que se fala em economia física, ou também em lei de economia física, aplicada aos factos da Físico-química.

No campo antropológico, como também no animal, a economia, em **latu sensu,** pode ser empregada, muito embora alguns prefiram aconselhar que o uso do nome devera apenas ser feito no que se refere à economia humana.

Como o que nos interessa é o ser humano, temos de partir do exame dêste. O ser humano tem necessidades que deseja aplacar, carências que tem de resolver, não só para manter a sua vida, como também para torná-la menos penosa e mais agradável.

Sendo o homem composto de corpo e de um psiquismo, carece êle de certos bens para satisfazer, aplacar as necessidades do corpo e também as do seu espírito, aqui tomado no sentido cultural, pois além de ser um ente do mundo da natureza é também um ente do mundo da cultura, das realizações, que trazem a marca da sua inteligência, da sua escolha, da sua liberdade.

Somàticamente, o homem é um ser bio-fisiológico, e tem necessidades de ordem vital e de ordem fisiológica, que necessita aplacar. Como ser psíquico, é um ser cultural, que tem necessidades de ordem cultural, que também deseja aplacar. Alimentar-se, cobrir seu corpo para protegê-lo das intempéries, construir abrigos, que se transformam em moradia, a manutenção da sua saúde correspondem à sua parte material, que é a corpórea. E como a matéria era, na classificação aristotélica, a substância primeira de um ser finito-corpóreo, e como se chamam **bens,** na economia, as entidades que aplacam essa necessidade, e considerada em sua generalidade tomam o nome de **gêneros,** chamam-se de **gêneros de primeira necessidade,** aquêles que servem para aplacar as necessidades de ordem somática, e bens de segunda necessidade os que se referem ao espírito em sentido cultural, que correspondem pròpriamente à forma, à substância segunda. Como o ser humano não é considerado de modo diacrítico, de forma que a parte somática seja total e absolutamente separada da psíquico-espiritual-cultural, essa divisão é apenas abstracta, formal, e não concreta, ou seja, concretamente há uma interactuação de ambas, pois, de acôrdo com a actuação da parte cultural, já é considerada a parte que se refere ao somático. Assim consideramos hoje como bens de primeira necessidade não qualquer bem que alimente, mas aquêles que constituem realmente um alimento superior que assegurem ao homem a sua saúde, e também que não desrespeitem a sua dignidade. Dêste modo, culturalmente, não se procura apenas proteger o corpo com trapos, mas com roupas adequadas e de uma apresentação mais agradável e mais cômoda, o que está a demonstrar a penetração do cultural no natural, e vice-versa. Ora, essa penetração do cultural no natural leva a tornar, a pouco e pouco, os chamados bens de segunda necessidade em bens de primeira necessidade, pois o saber, a cultura, o conhecimento, que é dado pelo livro, que é hoje o veículo mais efectivo de culturalização, considerado por tantos como um bem de segunda necessidade, passa a ser de primeira, desde que cuidemos de considerar as seguintes razões: para o maior poder de actividade humana, dada uma sociedade tecnizada como a nossa, em que o conhecimento é primordial para assegurar a maior eficienticidade do ser humano,

além de reintegrá-lo de modo mais seguro, assegurando-lhe maior domínio psicológico, impõe-se um conhecimento mais aprofundado da Psicologia, da Filosofia e da Ética, para garantir uma capacidade de julgamento, que o torne apto a escolher o melhor e evitar a confusão que a falsa-cultura, a falsa autoridade intelectual impregnou o mundo moderno, substituindo uns preconceitos por outros preconceitos piores e sem fundamento, e ademais perniciosos. A saúde mental, que o bom conhecimento pode dar, é fundamental para o homem. Por essa razão, certos bens considerados de segunda necessidade, para o estágio mais primitivo do homem, tornam-se hoje de primeira necessidade. E poder-se-ia ainda dizer que haveria uma sociedade humana justa no dia em que fôssem assegurados a todos os bens de primeira necessidade da melhor qualidade e também os bens hoje chamados de segunda necessidade.

Na divisão dos bens, os antigos, cujo poder de análise era mais seguro e criterioso, dividiam-nos em bens **necessários, deleitáveis** ou **agradáveis,** e os supérfluos, em cuja classificação se colocam os bens materiais, biológicos, nos primeiros, os psíquicos, pessoais e sociais nos segundos e nos terceiros. Os necessários são os imprescindíveis à manutenção da vida pura e simples, os deleitáveis os que oferecem satisfações agradáveis, e os supérfluos aquêles que representam maiores requintes do espírito humano, em sentido cultural, como o que em geral se chama **luxo.** Contudo, se todos estão de acôrdo que o fundamental na ordem social é assegurar os dois primeiros bens, o terceiro é considerado supérfluo, ou seja o que super-flui, o que flui sôbre os bens fundamentais, cuja carência não implicaria nenhum risco ao bem do homem, quer como indivíduo, quer como pessoa. Contudo, como é relativa a valoração do que é luxuoso (a barba feita diàriamente já foi considerado luxo; o auto usado, que para o operário entre nós é luxo, e que para o americano é mera pobreza), há uma elasticidade muito grande nessa conceituação, e a tendência é para considerar como luxo o emprêgo inconsiderado de bens supérfluos, além das necessidades normais e honestas do homem. O bem honesto é o que realmente aperfeiçoa o homem e lhe assegura a integridade que lhe convém, já que o luxo, naquele sentido, como ainda veremos, só tem

servido para corromper as pessoas e certas classes, levando-as à corrupção geral, embora certa valorização do luxo, em sentido honesto, estimula e tem estimulado um maior progresso técnico, científico e social, como se vê nas grandes democracias modernas.

Torna-se agora mister dar um sentido claro ao que seja o **acto econômico,** antes de que se possa estabelecer em que consiste o **factor econômico.**

Ao examinarmos, na Economia, o acto e o facto econômico, vimos que consistia o primeiro na acção realizada pelo homem, em escolher, num conjunto limitado de bens, alguns para com êles satisfazer sua necessidade de consumo, tirando dêles o maior partido possível. Ora, tais actos acompanham constantemente a nossa vida. Pelo acto econômico, há um dispêndio de energia (esfôrço) para obtenção do bem ou bens. É êsse dispêndio de energia que dá o carácter oneroso ao acto **(onus),** constitui o que custa, o seu custo. Para obter algo, êle dá em troca algo, um esfôrço. Há, assim, no acto econômico, uma troca. Facto econômico é o producto de tais actos.

À primeira vista tais conceitos são de uma simplicidade extrema, e em geral os economistas não põem dúvidas sôbre a validez dos mesmos. Contudo, aqui já devemos dêles tratar de outro modo, pois surge uma problemática muito grande, que exige solução. Vamos, pois, analisar os diversos aspectos, atentar para as dificuldades teóricas **(aporias)** que surgem, e após examinarmos as soluções oferecidas, daremos, afinal, a nossa posição, que será devidamente justificada e que nos permitirá ter do **factor econômico** um conceito mais claro e preciso, que evite maiores problemas, ou pelo menos que solucione os que surgem da postulação feita acima.

É em tôrno do conceito de **economia** que deve girar a análise, para que se possa, então, estabelecer com segurança o verdadeiro conteúdo do conceito **factor econômico.** Já vimos a origem da palavra **economia,** e o sentido que ela tomou. Contudo, quando se fala em **factor econômico,** fala-se no sentido da **economia política,** têrmo que foi criado no século XVII, como vimos, cuja primei-

ra intenção foi caracterizar a economia pública em oposição à privada. Outros propuseram o emprêgo dos têrmos **"economia social"**, por considerá-los mais expressivos. Já examinamos no "Tratado de Economia" êste conceito, e para que alcancemos o sentido claro dessa ciência, vejamos primeiramente como se tem considerado o **factor econômico.**

1) Para muitos, êsse conceito é indefinível e apenas desperta o conjunto das relações do econômico e do social. Nesse sentido, refere-se apenas às relações entre o homem e a natureza ao extrair desta os bens de que necessita para satisfação de suas necessidades corpóreas. Neste sentido, é sinônimo de **fôrças econômicas.**

2) Outros empregam-no no sentido particular da técnica agrícola e industrial, e quanto ao desenvolvimento dos meios de producção e de circulação. Neste sentido, é sinônimo de **condições econômicas.**

3) Outros empregam-no no sentido da repartição das riquezas e da divisão das classes, das modalidades de salário e dos modos de propriedade. Neste sentido é sinônimo de **relações econômicas.**

4) Os materialistas econômicos, incluindo a concepção marxista, dão um sentido amplo **(latu sensu)**, e neste caso poder-se-ia reduzir o factor econômico às fôrças, às condições, às relações econômicas, que são postas em causa pela necessidade invencível do homem de obter maior soma de proveitos pelo emprêgo do menor esfôrço (onerosidade mínima). Neste sentido, é sinônimo de **economicidade.** Considerado assim, é o factor econômico o mais elementar e o mais universal dos factôres sociais.

Considerando-o como a **infraestructura** da sociedade, então a Religião, a Ciência, a Política, o Direito, a Ética, a Filosofia, etc., são reflexos supraestructurais daquele, que determinam êstes.

5) Outros distinguem os factôres econômicos **activos** de os **passivos,** pois em todos os fenômenos econômicos há a incidência de factôres activos e passivos, como há em tôda realidade finita.

Tomados êsses cinco sentidos, podemos esquemátizá-los do seguinte modo:

factor econômico {
- fôrças econômicas
- condições econômicas
- relações econômicas
- economicidade
- actividade e passividade

Uma análise das quatro concepções primeiras, que são as que pròpriamente consideram o factor econômico em sua especificidade, já que a quinta é apenas classificatória, podemos tecer os seguintes comentários.

Se considerarmos as maneiras de visualizar em sua especificidade o factor econômico, desde logo se vê que a 1.ª a 2.ª e a 4.ª maneiras tomam o mesmo em sentido restricto **(strictu sensu)**, enquanto a terceira toma-o em sentido amplo **(latu sensu).** Não se pode negar que podemos considerar o factor econômico naqueles sentidos, das três primeiras concepções citadas. Resta, porém, saber se podemos considerá-lo no sentido da terceira posição. Que as primeiras afirmem verdade, não resta dúvida do campo da ciência econômica.

A terceira posição, que toma apenas o aspecto da **economicidade,** foge à esfera da economia pròpriamente, para submeter-se à esfera da Bio-físio-psicologia, porque nesse amplo sentido, como já salientamos, estamos todos de acôrdo que o **factor econômico, como economicidade,** é fundamental, e o mais elementar de tôda vida social, porque se refere, então, a tôdas as necessidades humanas (biológicas, fisiológicas e psicológicas, em todos os graus e aspectos), que **movem** o homem a buscar os bens (materiais e intelectuais) para satisfazê-las. Nesse caso, o estudo do Direito é uma necessidade humana para assegurar, ante a sua consciência, a jurisdicidade e a justiça das leis; a Religião é uma concatenação das mais profundas necessidades humanas de satisfação à sua fome de crer e a tranqüilidade que lhe traz o prestar uma homenagem ao que lhe é superior; a Ética, a satisfação da necessidade humana de estudar o **dever-ser (sollen)** humano, no cumprimento do que **tem de (de habeo, debeo, debere)** para alcançar a plenitude de suas relações con-

sigo mesmo e com seus semelhantes; a Filosofia atende à necessidade de aplacar a fome de saber e de resposta às magnas perguntas, e assim por diante. Nesse sentido, todos estão de acôrdo, e os materialistas históricos não dizem nada de novo.

Mas, na verdade, o pensamento materialista histórico se não define claramente e especìficamente o factor econômico, já que o toma num sentido combinado de biológico, fisiológico e psicológico, que realmente formam a concreção do homem como **corpo** e **mente** (alma, incluindo o conceito cultural de **espírito**), é contudo, na **praxis**, tomado em sentido restricto. E é aqui que transparece, meridianamente, o sofisma fundamental dos materialistas históricos. É o que vamos ver.

Quando pretendem justificar o factor econômico, afirmam que o homem apetece ao que interessa à conveniência do seu ser, e busca os bens capazes de satisfazer a sua necessidade. Todos concordam com êste ponto. A seguir, afirmam que tudo quanto o homem realiza obedece a êsse interêsse, ou é movido pelo apetite que o espicaça para satisfazer tais necessidades, de modo que tudo quanto compõe a sua superestructura cultural (como a Religião, a Filosofia, a Ciência, a Política, o Direito, a Ética, e tôda a **episteme**, em suma) tem seu fundamento na eficienticidade provocada por aquêles factôres. Até aí ninguém poderia discordar em sã consciência.

Mas eis que surge o sofisma, o mau emprêgo da lógica e da dialéctica, ou de uma dialéctica falsa. Não são as formas de producção também factôres econômicos? A resposta, naturalmente é afirmativa. Não é a estructura econômica um factor econômico? A resposta também tem de ser afirmativa. Então (eis o sofisma), são elas que geram a superestructura cultural.

Mas a resposta a êsse sofisma é elementar em Lógica. Se as formas de producção são factôres econômicos (tomando-se o têrmo no sentido de **economicidade,** em **latu sensu** como o tomam os defensores de tal doutrina) a recíproca não procede tomada universalmente. Se tôdas as formas de producção são factôres econômicos, nem todos os factôres econômicos são fundamentalmente formas de producção. Naquela concepção, o têrmo **factor**

econômico é genérico e nêle podemos incluir, como espécies, várias outras. Assim, temos:

factor econômico
- apetites biológicos
- apetites fisiológicos
- apetites psicológicos
  - sensíveis
  - afectivos
  - intelectuais

Nesse sentido amplo inclui-se até a fome sexual que impele o ser humano à satisfação da mesma. Busca aí o máximo proveito com o mínimo de esfôrço. Há economicidade, sim, mas há economia? Não estaremos dando ao têrmo **economia** um sentido muito amplo, de tal modo que o tornamos um monstro, um desmensuramento da sua própria natureza?

Desde logo nos ressalta que é mister examinar êsse têrmo outra vez, pois, do esclarecimento de seu genuíno sentido, poder-se-ia, então, distinguir o factor pròpriamente econômico, de os outros factôres, como o biológico, o fisiológico e os psicológicos.

Vejamos primeiramente como entenderam os estudiosos da matéria o conteúdo legítimo e seguro do conceito de **Economia.**

Se consideramos como **factor econômico** a **economicidade,** o que se chama de Economia é uma estructuração cultural fundada naqueles apenas, e neste caso estamos dando um nome errado a tal factor. Fundado nessa afirmativa, a infraestructura é formada pelas necessidades biológicas, fisiológicas e psicológicas. Teríamos, assim, que distinguir **infraestructura, estructura** e **superestructura.** Os elementos componentes de uma estructura são infra-estructurais. O que compõe **o acto econômico,** segundo essa concepção, é o actualizar do apetite ao **produzir** (facto econômico) os bens adequados à satisfação da necessidade despertada. Tais apetites constituem a infra-estructura, os elementos compotentes da estructura do acto e do facto econômicos. A super-estructura seria constituída pelos reflexos que tais actos e factos (já culturais) realizam, e que são coordenados culturalmente.

Neste caso, a Economia é uma ciência cultural e fundamentalmente ética, tese que foi combatida por muitos por diversas razões, mas sem fundamento, como o demonstramos em "Sociologia Fundamental e Ética Fundamental" e como ainda demonstraremos.

Teríamos, então:

infra-estructura — constituída dos factôres bio-fisiológicos e dos factôres psicológicos (os da sensibilidade, da afectividade e da intelectualidade);

estructura — a constituição do acto e do facto eco nômicos (formas de producção e as relações de producção fundamentais);

superestructuras — os reflexos produzidos pela estructura em sentido cultural (incluindo as relações de producção já culturalmente fundadas).

E é justificada essa posição, porque as formas de producção são estructuradas segundo a actividade empreendida pelos factôres bio-fisiológicos e os psicológicos. Portanto, as formas de producção não constituem a infra-estructura do factor econômico, tomado **latu sensu**, como **economicidade**, no sentido amplo de **economia**, pois êsses são os **apetites** (de **petere ad**, de desejar algo, de tender para algo que se deseja), que são fundamentalmente, bio-físio-psicológicos. Constituiria a infra-estructura da economia, se tomarmos esta já como **cultural** (o que aliás é o verdadeiro modo de considerá-la) e não como **natural.** Seria uma manifestação de materialismo excessivo e ridículo querer incluir a Economia entre as Ciências Naturais. Se houve quem o tentasse fazer, tão pouca importância teve êsse empreendimento, que não vamos nem sequer citar seus nomes.

Mas observe-se que a conjugação do psicológico, incluindo a sensibilidade, a afectividade e a intelectualidade, com o biológico e o fisiológico dão à infraestructura um aspecto novo.

O biológico, o fisiológico e o psicológico tem anterioridade sôbre as **formas de producção.** Estas se constituem motivadas pelos apetites daquela origem, e pela **actividade inteligente** do ser humano. Poder-se-ia falar

em factor econômico, como **economicidade**, nos animais, pois êstes também são impulsionados por apetites bio-fisiológicos, e também fundamentalmente psicológicos, como os sensíveis, a obterem bens capazes de aplacar suas necessidades. Tomando o **factor econômico** naquele sentido, poderemos dizer que os animais são movidos em sua actividade por êles, e poderíamos **explicar** a sua actividade por aquêles. Psicològicamente, os animais têm necessidades de ordem sensível, de bens que satisfaçam os apetites sensíveis e até se pode admitir, de certo modo, que também buscam satisfazer apetites afectivos (necessidade de carinho, de amparo, por exemplo). Contudo, os animais procedem na obtenção de bens, obedientes sempre às mesmas normas de conducta. A lei do bem: maior proveito com menor esfôrço, também actua nêles, mas num sentido determinado, permanente, constante e formalmente imutável. Não se pode falar num progresso aqui. No entanto, no homem, tal não se dá. Êste constrói **formas de producção** diversas, porque as torna progressistas, pois percebe defeitos, experimenta novas maneiras de obter bens, aproveita outros como meios para atingir seus fins, organiza combinações de processos, constrói, enfim, **formas de producção** novas e diversas, e delas extrai normas de conducta, que lhe permitem construir uma ciência de certo modo normativa, que é a **Economia.**

Ora, intelectualmente, a esquemática do homem já inclui o cultural, o que culturalmente adquiriu esquematològicamente, que, por sua vez, vai actuar como esquemas acomodados para novas assimilações. Tal aspecto nos permitiria, então, distinguir a Economia:

Economia natural — obediente apenas à lei do maior proveito com o menor esfôrço, atribuível também aos animais; e

Economia cultural, aquela em que a intelectualidade actua sôbre o acto econômico, numa aplicação inteligente de maior proveito com menor esfôrço, pelo emprêgo sistemático de meios para atingir certos fins (técnica).

Poder-se-ia acaso atribuir a **técnica** aos animais? A economia humana já a inclui. Contudo, não se pode dizer

que sem ela não haveria economia para o homem, porque êste é fundamentalmente **animal**, e poderia existir como tal, sendo apenas um colector. Ademais o emprêgo de meios para alcançar fins também se pode verificar nos animais, como se vê nas térmitas e abelhas. Mas o que caracteriza o homem é o emprêgo sistemático de tais meios (técnica), pelo simples facto de não ser o homem apenas um animal, mas um animal com uma mente (racionalidade). Captador de possibilidades de possibilidades, capaz de inferir idéias de outras, de raciocinar, de construir modelos mentais, e depois executá-los, a sua economia já implica a acção da sua mente, e o que realiza, embora nem tudo o que realiza, traz a marca dessa mente, que é o que constitui o cultural. Assim o acto de respirar, o acto de beber água numa fonte directamente são actos de economia animal. Mas o acto de comer com o emprêgo de pratos e talheres, de beber água por meio de um copo, de respirar por meio de um balão de oxigênio já são actos de Economia, que implicam outros factôres, a inteligência e a Técnica.

Já apontamos aqui novos roteiros para a pesquisa especulativa sôbre êste ponto. Contudo, vejamos como os economistas têm estudado êste tema.

O CONCEITO DE ECONOMIA

Não tem havido até hoje uma concepção pacífica sôbre o conceito de economia, pois não se apresentou até agora uma definição que satisfizesse plenamente, embora algumas tenham satisfeito por certo tempo. Ora, tal se deve à maneira vária de considerar o **econômico**, em **latu** ou em **strictu sensu.** Jean Baptiste Say, tomando-o em **latu sensu,** só podia concluir que a Economia, como ciência, abrangia tôda sociedade, porque o acto econômico abarcava totalmente o sistema social. Se aceitamos como econômicas tôdas as nossas necessidades, nossas carências, incluímos as necessidades intelectuais, religiosas, estéticas, etc. Neste caso, o conceito de Economia, como ciência, permitiria a distinção entre o seu objecto material, o seu objecto formal motivo e o objecto formal terminativo.

Em sentido social ou político, a economia refere-se, então, apenas ao campo antropológico, e como tal é uma **ciência cultural.**

Tomada neste campo, ela foi considerada da seguinte maneira:

1) como ciência das riquezas em geral;

2) dessas riquezas, mas consideradas nas modalidades de sua formação e producção e de sua distribuição (J. B. Say);

3) o mesmo conceito anterior, mas acrescentando ainda o exame das leis da natureza humana, das quais dependem os primeiros (que é uma das definições dadas por Stuart Mill);

4) completando a concepção anterior, Stuart Mill, posteriormente, estabeleceu ainda que é a ciência que de-

lineia as leis dos fenômenos sociais resultantes das operações combinadas da humanidade, relativamente à producção das riquezas, enquanto tais fenômenos não são modificados pela consecução de um outro objecto. Esta última definição é a preferida por Stuart Mill.

5) É a ciência cuja finalidade **deve ser** a riqueza e não a felicidade **(Nassau).**

6) É a ciência que se dedica ao estudo do máximo de rendimento com o mínimo esfôrço (Pantaleoni). Neste caso, temo-la tomada **in latu sensu,** universal.

7) É um ramo da Política, dedicado apenas ao estudo dos meios de existência de uma Nação. Êsses meios são os indivíduos que a compõem e os recursos que servem à existência dêsses indivíduos (população e riqueza), em tôrno dos quais se ordenam todos os princípios da economia política (Malthus).

8) Ao conceito de Malthus é acrescentado ainda a finalidade de servir ao Estado, fornecendo-lhe uma renda capaz de não só mantê-lo, mas enriquecê-lo juntamente com o povo (Adam Smith).

9) É apenas a ciência que trata dos fenômenos do ponto de vista do preço (Davenport).

10) É o estudo do homem considerado em sua actividade de ordem material e situado em face da natureza, que lhe concede um concurso indispensável mas oneroso e limitado (Baudin).

11) É a ciência dos factôres que movem **(motives)** o homem (Marshall).

12) É a ciência que estuda os bens úteis ao homem, mas que possuem ao mesmo tempo um **valor de troca** (Mac Culloch).

13) É a ciência das trocas e do comércio em sua concepção mais ampla (H. D. Leod).

14) É a ciência, cujo objecto é o comércio (Condillac, Whately, Bastiat, Perroux).

15) É o estudo dos factos de troca, pelos quais uns cedem aos outros o que detêm, em troca do que desejam.

É a troca que estabelece a ponte de ligação entre a producção de riquezas e a satisfação das necessidades (Pirou).

16) Caracteriza-a não a satisfação das necessidades, mas a forma dos meios empregados para satisfação dessa necessidade, ou seja a troca onerosa (Perroux).

17) É a ciência do desenvolvimento das **relações sociais** das producções humanas, ou seja das relações econômicas. Ela explica as leis que governam a producção e a distribuição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes estágios de seu desenvolvimento. ("Manual de Economia Política Soviética", p. 10, cit. por "Dictionnaire des Sciences Economiques", Presses Universitaires).

Podemos agora esquematizar o que é atribuído como

Economia Política
- 1) apenas uma arte;
- 2) uma arte e uma ciência dos factos econômicos;
- 3) uma arte e uma ciência dos factos econômicos e também uma ciência normativa (ética).

A primeira era a concepção grega, seguida por muitos economistas ainda.

A segunda é a concepção de alguns materialistas, que a consideram apenas despersonalizada, com uma única preocupação que é a objectividade científica. Por isso alguns preferem chamá-la **Econômica (oeconomica)**, como a chamavam os escolásticos, mas referindo-se ao terceiro sentido. Nessa posição, estão alguns marxistas.

A terceira, considera-a sob os dois aspectos anteriores, mas que também serve e deve servir para guiar o homem na melhoria da sua situação e numa melhor justiça distributiva. Êste sentido é aceito por muitos marxistas. É o que vemos na ed. francesa de **Les problèmes économiques du socialisme en URSS, de Stalin,** na sua **Réponse à Iadochenko,** onde afirma a finalidade da Economia política, pois ela tem, necessàriamente, um fim político-social.

Êste também é o pensamento da Igreja. S. S. Pio XII, que ao receber o Congresso Internacional dos Economistas, em setembro de 1956, declarou:

"A ciência da economia começa a edificar-se como as outras ciências da época moderna, a partir da observação dos factos. Mas se os fisiocratas e os representantes da economia clássica acreditaram realizar uma obra sólida, ao tratar dos factos econômicos como se fôssem êles fenômenos físicos e químicos, submetidos ao determinismo das leis da natureza, a falsidade de tal concepção se revela na contradição gritante entre a harmonia teórica de suas conclusões e as misérias sociais terríveis que elas deixam subsistir na realidade. O rigor de suas deducções não pode remediar as fraquezas do ponto de partida: no facto econômico, não haviam considerado senão o elemento material, quantitativo, e negligenciado o essencial, o elemento humano, as relações que unem o indivíduo à sociedade, e lhe impõem normas não totalmente materiais, mas morais, na maneira de usar os bens materiais.

Desviados de seu fim comunitário, êstes se tornam meios de exploração do mais fraco pelo mais forte, sob a lei apenas da concorrência impiedosa."

Podemos agora estabelecer outro quadro esquemático do que é considerado como essência da Economia, segundo as diversas posições anteriormente examinadas:

objecto material	***objecto formal***
as riquezas em geral incluindo a população	modo de producção e distribuição segundo as leis da natureza humana; máximo rendimento, com mínimo esfôrço; o preço; a onerosidade e a limitação; os motivos humanos; o valor de troca; o comércio; a troca (câmbio); a troca onerosa.

Dêste modo, a Economia é a arte e a ciência que tem como objecto o estudo dos bens aptos a satisfazerem as necessidades humanas, enquanto tais, dos modos de sua producção e distribuição, segundo o interêsse humano, obedientes ao máximo de rendimento com o mínimo de esfôrço (onerosidade, expressa em custo e, posteriormente, em preço). Não é uma definição ainda da Economia, mas apenas um enunciado, no qual incluímos todos os aspectos positivos salientados pelos diversos autores. Tôdas as definições propostas apresentaram defeitos, e seus próprios autores as criticaram. Modernamente, atribui-se à **troca** a característica fundamental da Economia. No acto econômico, há uma troca, pois o indivíduo dá algo do que dispõe (sua fôrça ou bens) para obter outros, que êle deseja. Não caracteriza para outros a satisfação da necessidade, mas a forma dos meios empregados para satisfação dessa necessidade, cujos meios apontam a onerosidade, como é o pensamento de Perroux.

Criticam alguns que seja a troca o essencial, salvo se se considerar como tal a cessão (onerosa, portanto) de algo para obter algo desejado, pois, no sentido comum do têrmo, seria válida apenas para uma economia mercantil e capitalista. A idéia de troca, neste sentido comum, implica mais de um indivíduo, e neste caso não haveria economia num ser humano que vivesse só e produzisse bens para satisfação de suas exclusivas necessidades. Se distinguirmos a **economia natural** de a **economia política,** poderíamos, então, admitir que, para esta última, a troca é essencial. Contudo Perroux, que defende a troca como essencial, alega que nem um indivíduo isolado deixa de considerá-la, pois Alain Gerbault, o famoso navegante solitário, quando só, procedia como um homem em sociedade, e procurava tirar dos bens limitados o maior proveito possível, realizando escolhas, comportando-se como um homem social numa economia de mercado. Contudo, outros podem objectar que o exemplo é improcedente, pois Alain Gerbault estava cercado de bens culturais e estava muito pròximamente ligado à nossa economia mercantil e capitalista, para que fàcilmente se libertasse da esquemática própria do homem ocidental. Se é possível uma economia individual, então a troca não é a essência da economia.

Quando se procura estabelecer em bases filosóficas algum estudo, é mister não esquecer o que é imprescindível para que tal estudo possa ser feito. Um dos pontos importantes é considerar com segurança o que é realmente essencial, e o que é meramente accidental, e até os diversos aspectos categoriais dos accidentes apontados.

O defeito a nosso ver, e defeito filosófico dos economistas, está em pensar que algo é essencial apenas porque é constantemente observado. Se o essencial é constante, nem tudo quanto é constante é essencial. Se perpassarmos os olhos pelo que já foi estudado até aqui, desde logo notamos os seguintes aspectos:

1) há em tôda natureza uma tendência à obtenção dos melhores resultados, sempre com emprêgo dos mínimos esforços. Na natureza não há superfluidades de esforços. É o que se verifica na Físico-química e também na Biologia, ou seja entre os sêres inanimados e os sêres animados, ou, na linguagem mais comum, tanto nos sêres materiais inorgânicos como nos orgânicos.

2) No campo antropológico, o homem é um ser que tem necessidades de ordem biológica, de ordem fisiológica e de ordem psicológica, que êle procura aplacar. É êle também movido pela mesma lei do maior proveito com o mínimo de esfôrço.

3) Considerados em si os bens existentes no mundo, que podem servir para aplacar as necessidades humanas, não têm a finalidade intrínseca de fazê-lo, ou pelo menos não podemos estabelecer dentro do âmbito científico essa finalidade intrínseca. A semente de trigo tem uma finalidade, a de produzir o arbusto, e daí a planta, que não tende intrìnsecamente a formar-se pão. Quando o homem planta trigo, planta-o com a finalidade de transformá-lo em farinha, e esta, depois, em pão. Esta finalidade é extrínseca ao trigo. Portanto, quando o homem se apropria de bens (pela colecta) ou os modifica, dando-lhes uma finalidade extrínseca, mas atinente à satisfação de necessidades daquele, realiza um acto distinto de uma mera apreensão qualquer, igual à que realiza a criança ao apreender um objecto que lhe chega às mãos.

Movido pela mesma **lei cósmica do bem** (maior proveito — menor esfôrço) procura reduzir ao mínimo o esfôrço que emprega para obter tais bens. Estimulado por êsses interêsses: a obtenção dos bens é o mínimo de esfôrço, realiza um acto de economia natural. Mas, o homem é um animal inteligente, e sua inteligência actua também, o que dá ao seu acto, além de uma intencionalidade natural, a capacidade de modificar-se pela intervenção da inteligência, sem a qual seria impossível a Técnica e o seu desenvolvimento, pois esta já implica um estudo das possibilidades e da melhor aplicação dos meios. Graças à inteligência, pode dar à sua experiência um papel criador, pois não se cinge sempre aos mesmos bens a sua actividade productora, e pode descobrir nêles outros valôres e os novos elementos que êles podem oferecer para aplacar as suas necessidades. Além do mais, não se cinge apenas à satisfação de suas necessidades elementares, como ainda é capaz de reverter ao descobrir valôres, estabelecer necessidades apropriadas para êles, adequadas a êles. Sua capacidade de penetração permite-lhe visualizar possibilidades de lhe trazer benefícios. Como tôda necessidade bio-fisiológica aplacada dá um prazer pelo alívio da carga desagradável, provocada pela carência, satisfeita essa exigência, sobrevém o prazer. A tôda satisfação, a todo aplacamento de uma necessidade, no grau de sua exigência e à proporção que é aliviada, oferece um prazer até o momento da total satisfação, embora provisória, tornando-se, desde então desprazeirosa. O homem busca bens que lhe dêem agradabilidade também.

Chamou-se **natureza** ao conjunto dos bens disponíveis capazes de contribuírem como **causa material** para a satisfação das necessidades humanas, sob todos os aspectos. Como, para obtê-los, há a exigência de uma acção, esta implica um agente que realiza o acto de apropriação, que é a **causa eficiente**, que realiza o esfôrço, em gr. **erg (trabalho)**. Mas nem todo bem, que é apropriado ou modificado pelo homem, é um bem capaz de satisfazer-lhe uma necessidade. Uma pedra, na natureza, por si só, não é um bem econômico, enquanto não é aproveitada para um determinado fim; ou seja, a satisfação de uma necessidade humana. Uma pedra na natureza é apenas potencialmente um bem da economia, quando pode ser aplicada para realizar um bem econômico, capaz de satisfazer uma necessidade. Ora, o esfôrço do homem em tomar bens da natureza pode dar-se sem a intenção de satisfazer uma necessidade.

A satisfação da necessidade é a finalidade **(causa final)** da actividade humana em se apropriar dos bens da natureza. Temos, assim, já delineadas, a causa material, a eficiente e a final. Falta-nos assinalar a causa formal. Sabemos que o objecto formal de uma ciência é o aspecto formal pelo qual o objecto é considerado, pois um mesmo objecto pode ser objecto material de várias ciências. Assim o homem é objecto material da Física, da Química, da Biologia, da Fisiologia, da Antropologia, da Anatomia, etc. Mas é formalmente considerado, ora em seus aspectos físicos, ora em seus aspectos químicos, ora em seu aspecto biológico, etc. Um bem da natureza, quando considerado pelo seu aspecto de valer para satisfação de uma necessidade, indica-nos o objecto formal da economia, sua **causa formal.** Assim temos:

o acto econômico implica:

a) um objecto material, um bem apropriável (causa material);

b) cuja obtenção implica um esfôrço para obtê-lo, oneroso portanto, implicando, ainda, uma troca, pois dá-se algo para obter-se algo **(causa eficiente);**

c) cujo objecto é considerado, sob seu valor de aptidão para satisfazer uma necessidade **(causa formal);**

d) com a finalidade de aplacar uma necessidade humana directa ou indirecta **(causa final).**

Como a lei do bem é universal e cósmica, ela actua como componente imprescindível do agir da causa eficiente.

Nessa concepção, estão contidos todos os elementos que foram assinalados pelos economistas: **a riqueza** é composta dos bens apropriáveis, que **valem** para satisfação de necessidades; na obtenção dêsses bens, há uma **troca,** pois há o dispêndio de um esfôrço ou de algo que o representa (onerosidade); êsse esfôrço é intelectualmente orientado, e busca o máximo proveito com o mínimo de esfôrço; e tem a finalidade de satisfazer necessidades humanas (os motivos humanos); e como ao empregar o

esfôrço, por ser o homem inteligente, pode usar êle meios instrumentais, temos também a **causa instrumental, a técnica;** ademais os bens apropriados podem ser cedidos em troca de outros desejados (câmbio, comércio), ou oferecidos indeterminadamente (mercado).

Ademais, como há inteligência no homem na realização do acto econômico, é êste um acto cultural. Podemos, agora, estabelecer uma definição do acto econômico:

> é o acto cultural, por meio do qual o ser humano realiza um esfôrço tendente a realizar um bem capaz de satisfazer uma necessidade humana, incluindo-se, também, tôdas as providências para alcançar essa finalidade.

Facto econômico é o resultado do acto econômico, o que dêle decorre, o seu producto.

Factor econômico é, então, tudo quanto motiva o homem a realizar actos econômicos.

Neste caso, restaria uma pergunta: são os factôres econômicos os productôres do que está classificado como superestructural? De certo modo sim, e de certo modo não.

A inteligência humana não é um producto da Economia, mas sim a Economia é um producto da inteligência humana. A especulação filosófica, a formação e desenvolvimento da ciência, a busca da jurisdicidade dos factos, o estabelecimento das relações humanas, etc., podem sofrer, e realmente sofrem, a influência dos factôres econômicos, mas êstes não são causas suficientes para realizá-los. Os factôres econômicos cooperam com outros para realizar a superestructura, como cooperam para realizar a Técnica, o que é mais fácil de perceber. Também outras vêzes são apenas **condições,** pois favorecem a realização de um efeito, como o haver luz aqui é condição para que se possa escrever ou ler estas páginas.

Os defeitos do marxismo (não pròpriamente de Marx) consistiu em notar que a presença imprescindível do acto econômico e do seu facto correspondente (tomado em **latu sensu),** em tudo quanto realiza o homem, fôsse, por sua vez, a garantia de que é o **único** factor de tudo quanto

o homem realiza, quando é apenas **um** factor ou uma mera condição.

Também podemos agora estabelecer a definição da Economia de modo a incluir tôdas as positividades da mesma, sem excluir o que compõe fundamentalmente a sua essência:

A Economia é a arte e a ciência cultural que estuda descriptivamente e também teòricamente a producção dos bens apropriáveis (riqueza) e distribuíveis, graças ao esfôrço humano, aptos a satisfazerem necessidades e com o intuito de satisfazê-las.

AS FORMAS DE PRODUCÇÃO

A maneira de proceder, na producção econômica, é que dá a **forma de producção.** Ora, esta está dependendo de muitos factôres, pois o homem deve ser considerado em sua emergência e em sua predisponência. Em sua emergência, é êle corpo e psiquismo (mente), e como tal dependente dos esquematismos herdados, biológica e psicològicamente; predisponentemente, é êle dependente do histórico-social, do técnico, do ético, da estructura cultural, da sociedade em que vive com o seu esquematismo próprio, e das condições ecológicas, nas quais devemos considerar o clima, a meteorologia, a geografia econômica, a geografia física, a fauna, a flora, as condições geológicas, pois as **formas de producção** dependerão da cooperação de tais factôres.

Ora, se as formas de producção são dependentes de tantos factôres e de factôres biológicos, fisiológicos, psicológicos, históricos e ecológicos, não se deve considerá-las como fundamentais, infra-estructurais, mas estructurais.

Os factôres primários do econômico são os factôres infraestructurais da estructura econômica, que são os emergentes, que motivam o actuar humano ao acto econômico. Os fundamentos emergentes e predisponentes primários constituem a infra-estructura das formas de producção. Estas, como formas, são as leis de proporcionalidade intrínseca da actividade econômica, mas motivadas pela infra-estructura bio-físio-psicológica do ser humano. Então temos

infraestructura, formada dos elementos que motivam a actividade econômica, factôres **do** econômico;

estructura econômica, as formas de producção;

superestructura os esquematismos coerenciados pela cooperação de todos os factôres sociais, emergentes e predisponentes do ser humano. A Economia, em sua estructura, actua como factor predisponente, e é ela um exemplo típico e bem dialéctico da cooperação e da interactuação (reciprocidade) do emergente com o predisponente.

Em suma, a economia é, portanto, um producto cultural em sua objectividade, no seu processo também, e não uma realização natural. Ela exige, prèviamente, o homem com todos os seus esquematismos emergentes, e os resultados esquemáticos da reciprocidade dêstes com os predisponentes.

É, portanto, abstractismo da pior espécie separar o econômico e torná-lo um **deus ex machina** da vida cultural humana. A Economia não se separa da vida cultural, é um producto desta, mas nesta também actua. O homem não é um producto da Economia, mas a Economia é um producto humano, que actua, por sua vez, sôbre êste, numa interactuação proveitosa e estimuladora.

Assim também a Técnica, que actuada pelos motivos econômicos, estructura-se para actuar por sua vez sôbre a própria Economia, como actua sôbre a História.

É êrro abstractista considerar que, tudo o que, por deficiência de nossa mente, somos obrigados a separar mentalmente para estudar e realizar a análise, seja, por sua vez, separado real-fisicamente e até abissalmente separado: **sunt diversa in eadem, são diversos no mesmo.**

Com essa exposição, embora longa, demonstraremos o fundamento da nossa tese por partes:

1) Se se consideram como factôres econômicos as **formas de producção**, estas pertencem à estructura da Economia, e não à infraestructura, motivadora desta. Quando Marx escreveu estas famosas passagens, que sintetizam o seu pensamento filosófico, expunha com clareza a posição do materialismo histórico:

"Na producção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, **relações de producção**, que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas **fôrças productivas** materiais. O conjunto dessas relações de producção constitui a **estructura econômica** da sociedade, a base concreta sôbre a qual se eleva uma **superestructura** jurídica e política, à qual correspondem **formas de consciência social** determinadas. O **modo de producção** da vida material **condiciona** o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é, ao inverso, seu ser social que determina a sua consciência" ("Contribuição à Crítica de Economia Política", ed. Giard, Prefácio).

Em suma, para o materialismo histórico de Marx, temos:

a) o homem, como os animais, têm necessidades a aplacar;

b) mas o homem difere do animal, porque produz **socialmente;**

c) essa producção é constituída de um complexo econômico-técnico-social;

d) nessa producção, estabelecem-se relações entre os homens. Todos são consumidores, nem todos, porém, são productores. A repartição do producto é, contudo, estabelecida de modos diferentes; ou sejam, as relações de producção são várias, mas para Marx dependentes apenas do grau de desenvolimento das **fôrças productivas** materiais;

e) essas relações, que se instituem na sociedade, fundam a **estructura econômica** da sociedade, o relacionamento entre o que se chama natureza, trabalho, capital, etc. na Economia;

f) sôbre essas relações, fundamenta-se a superestructura jurídica e política da sociedade;

g) a essa superestructura correspondem as **formas de consciência social**; ou seja, estas são determinadas por aquelas;

h) o **modo de producção** da vida material **condiciona** o processo da vida social, política e intelectual em geral;

i) assim como é o homem em seu ser social, é a sua consciência. Esta é determinada pelo seu ser social, e não determinante daquele.

Analisemos êstes diversos itens:

a) é o homem movido a buscar bens para aplacar o estado de desagradabilidade causada pela sua carência, e o perigo que lhe ameaça a sua integridade física. Se de nada carecesse para a manutenção normal de sua existência, não se moveria em buscar nada fora de si, salvo para aumento de sua agradabilidde, bens prazeirosos e supérfluos, e não os necessários, dos quais não careceria. Procede do mesmo modo que os animais para assegurar o que é elementar à manutenção de sua vida.

b) Mas o homem é diferente dos animais, porque produz socialmente, ou seja, seu trabalho é associado a outros. Contudo, as térmitas e as abelhas também realizam uma producção social, com divisão de trabalho. Ora, a inteligência humana é uma actividade que acompanha os actos humanos mais diversos, e o homem procede como homem, com a capacidade de escolher, julgar, apreciar valôres, revelada desde criança, antes de se tornar um elemento activo na economia social. O que, na verdade, distingue o homem dos animais não é o produzir socialmente, mas é transformar o acto econômico, que realiza, num acto cultural, pela presença e caracterização de seu espírito (mente) pela actuação da sua inteligência, que permite escolher meios e criá-los, a fim de facilitar a producção, aumentar a productividade.

c) É o que se revela no complexo econômico-técnico-social, pois a técnica exige a inteligência, sem a qual é impossível realizar-se, já que é uma sistematização dos meios a empregar ou empregáveis para obter os resultados desejados, embora dirigidos pela lei do bem (maior proveito-menor esfôrço). Os animais não constroem uma Técnica, nem muito menos são capazes de realizar uma Tecnologia. O homem distingue-se dos animais pela racionalidade, a sua capacidade de inteligência criadora. A Técnica actua sôbre a Economia, como esta sôbre aquela. Mas essa interactuação é presidida pela inteligência humana, sem a qual seria impossível estabelecer o complexo

econômico-técnico-social. Êste ponto importante foi virtualizado por Marx, obstinado no seu desejo de explicar tudo pela concepção materialista, e dar um papel secundário e totalmente subordinado à inteligência, embora seja admissível uma certa subordinação da inteligência à Economia.

d) Estabelecem-se relações de producção entre os homens, relações de trabalho, de ordenação das funções diferenciadas. Mas o producto é por sua vez destinado ao consumidor, ou a quem dêle se apropria. E por que meios uns se apropriam dos productos realizados por outros em maior escala, ou expropriam outros do que produziram, para dêles se apossarem para seu benefício? Onde encontraremos, na divisão do trabalho, as razões dessa expropriação?

Eis que nos encontramos agora em face de certas perguntas importantes, cujas respostas exigem certa análise. Partamos do casal humano: homem-mulher. Dadas as condições biológicas e fisiológicas, à mulher cabe a gestação da prole e o cuidado mais directo desta. Ao homem, como não está sujeito à gestação, sua actividade é mais livre. A mulher liga-se directamente à conservação da espécie, enquanto o homem mais à conservação individual. Mas a prole é improductiva, apenas consumidora. É preciso obter bens para aplacar as necessidades dela. O homem e a mulher colectam, caçam, pescam, plantam, etc. Mas o papel econômico mais activo pertence ao homem, enquanto cabe mais à mulher a prestação de serviços. Dadas as suas condições biológicas e fisiológicas, o homem é mais forte, normalmente, em sentido físico, que a mulher. Esta se inferioriza ante êle, e em geral, nos primitivos, é dominada por êle. O homem exerce um *domínio maior* sôbre a mulher. Seu poder facilita-lhe abusos. E poder-se-ia ir mais distante e verificar que o poder facilita abusos e expropriações. A expropriação econômica **encontra no poder seu fundamento.** O homem, em geral, aspira ao prestígio social, ao desejo de impor-se de algum modo ante os seus semelhantes. É um ser que normalmente tende a valorizar-se. E por quê? Porque o homem é um ser que aprecia valôres, capta valôres e, por isso, deseja impor-se aos outros. Êste impulso é fundamentalmente psicológico, e êle actua nas

relações entre os homens, gera a variedade destas. Só mesmo uma total falta de exame poderia deixar de reconhecer a validez do que afirmamos, que é de uma evidência palmar, observável quotidianamente junto às crianças, desde a mais tenra idade. Nestas, também se manifesta o liderismo. Ademais, os adultos são prestigiados pelos menores, como os filhos na primeira idade prestigiam exageradamente os pais, e alguns se impõem ante a admiração de outros pelo prestígio adquirido pela sua valentia, pela sua capacidade, pela sua fôrça. Por outro lado, nas lutas, uns vencem outros, e povos vencem outros povos, dominam-nos, subjugam-nos, transformam-nos em productores a seu favor. De tudo isso se esqueceu Marx. Não considerou êle o **factor político**, a capacidade resultante do que dispõe do **kratos** social. As relações entre os homens, se tem sua origem **também** na producção, não a tem **apenas** na producção. Conseqüentemente, essas relações não dependem apenas das **fôrças productivas materiais**, mas também dos factôres psicológicos em tôda a sua gama de idade, sexo, temperamento, carácter, etc. A economia, os modos de producção e de distribuição passam a ser dirigidos pelos interêsses políticos sociais. É a **política** que actua e dirige muito mais a Economia, que esta aquela. Que realmente as **condições econômicas** têm um papel actuante na política é inegável. Ora, uma se ordena à outra, nunca, porém, apenas uma subordina a outra. A forma de producção e de repartição depende essencialmente da forma política. Esta pode sofrer modificações por actuação daquela, e uma forma pode corromper-se pela actuação de um processo econômico, como também um processo econômico pode sofrer a acção da política. Basta que os marxistas observem a história econômica da Rússia, onde tantas experiências foram feitas por imposição política, e onde muitas conheceram malogros tremendos. Leiam a crítica dos próprios marxistas às imposições arbitrárias dos políticos, as acusações feitas a Stalin, por exemplo, e também a outros chefes soviéticos, por quererem **determinar** formas e modos de producção, acusados de intervirem, indevida e erradamente, na economia. Todo o sovietismo é um exemplo da intervenção política do Estado na economia. E não só o sovietismo, mas em tôda a história humana a intervenção da política é patente. Ainda traremos provas no exame da História a favor da nossa posição. Filosòficamente, porém, essas provas são apodíticas, porque o homem, dadas as suas condições esquemáticas bio--fisio-psicológicas é um anelante de poder político (**kratos**), mesmo quando religioso, aristocrata, empresário utilitário e até como servidor, como vimos ao examinar êstes quatro estamentos fundamentais de tôda sociedade humana.

e) Aceita Marx que essas relações constituem o fundamento da **estructura econômica** da sociedade. Se essas relações estão em parte subordinadas aos factôres bio-físio-psicológicos, aos políticos, também estão subordinados algumas vêzes ao econômico. A estructura econômica da sociedade é constituída elementarmente pela infra-estructura bio-físio-psicológica, em reciprocidade com as condições econômicas da sociedade, incluindo o seu ambiente ecológico. A Economia não pode ser considerada dentro do abstractismo bem tìpicamente burguês de Marx, mas segundo a concreção dialéctica superadora, que se liberta dos limites impostos pelos interêsses criados dos estamentos sociais.

f) A superestructura encontra fundamentos nessas relações sem dúvida, mas actua por sua vez sôbre êles. A estructura política e jurídica da sociedade não é apenas um producto da Economia, mas também actua sôbre esta. Há, assim, uma reciprocidade bem dialéctica, que a dialéctica de Marx esqueceu, e com êle seus discípulos.

g) Conseqüentemente, se o **modo de producção** da vida material **condiciona** o processo da vida social, político e intelectual em geral, nada há a obstar, desde que se tenha do têrmo **condição** o mesmo conceito clássico. A condição distingue-se da causa. Esta, em relação ao efeito, expressa uma dependência real desta àquela. A condição não expressa uma dependência real, mas apenas uma dependência, que pode ser eventual. Contudo, a condição pode entravar, auxiliar ou modificar a causação. O efeito é de certo modo a sua causa, pois a contém já outra, como a causa material, que está no efeito, mas já informada de modo distinto. A condição, quando é **sine qua non**; ou seja, quando sua ausência não permitiria que um efeito determinado se realizasse, é ela

considerada então, por muitos, **causa.** Mas o modo de producção não é causa do processo da vida social, porque aquêle não antecede ontològicamente a êste, já que a vida social do homem não é um producto da economia, mas da sua bissexualidade e do apoio da prole. Contudo, realmente condiciona a vida social, política e intelectual, como é condicionada por esta. Ainda aqui há uma interactuação, que pode ser estudada dialècticamente, e que a dialéctica dos marxistas esqueceu.

i) Se há homens, e em sua maioria, cuja consciência é determinada pelo seu ser social, há outros que não o são, e que não se sentem incorporados aos estamentos nos quais nasceram ou vivem. Se assim fôsse, as consciências humanas apresentariam uma heterogeneidade muito menor, e os tipos estereotipados seriam mais numerosos do que são.

Em suma, nossa crítica à posição materialista da história comprova a validez desta parte de nossa tese: a **estructura econômica** é constituída das **formas de producção,** mas a infra-estructura é a bio-físio-psicológica, com a interactuação das que sôbre ela se estructuram. Em suma, o produzir realiza productos, mas êstes actuam nos modos de produzir. Essa reciprocidade acompanha simultâneamente a gestação dos novos modos de produzir e dos novos productos, e assim sucessivamente.

Portanto, se o factor econômico é a forma de producção, não é êste que apenas determina a História, embora tenha um papel activo determinante, mas em cooperação com outros factôres, que sôbre êle influem.

2) Justifica-se, assim, dialècticamente a nossa tese:

O factor econômico, muitas vêzes predominante, é um factor da História, não, porém, o único; e actua em cooperação com outros, e é interactuado por outros.

Afirma-se, pois, com fundamentos:

a) que o factor econômico é um dos factôres da História;

b) que é um factor às vêzes predominante, às vêzes não. (Esta posição também a aceitava Marx, pois Engels

criticou os marxistas mais marxistas do que Marx, que pretendiam **tudo explicar** pela economia);

c) conseqüentemente, o factor econômico não é o único factor da História. Aliás, filosòficamente se demonstra que todo ser finito tem mais de uma causa, e só o podemos conhecer devidamente na proporção que somos capazes de distinguir as suas causas. A verdadeira e melhor definição portanto, de um ser, como bem já o dizia Aristóteles, está em indicar, na mesma, o maior número de causas e, possìvelmente, tôdas. Aristóteles, quando apresentava a definição lógica, que a compõe do gênero próximo e da diferença específica, apenas apontava as causas emergentes (material e formal), que constituem a **definição metafísica.** Uma definição concreta implicaria, além das causas emergentes, as predisponentes.

Na interactuação das causas emergentes e predisponentes, que é tese da **filosofia concreta,** como temos exposto em nossas obras, situa-se a Economia nas causas predisponentes, pois esta depende directamente do histórico-social e do ecológico, mas também da emergência humana material, que é a bio-fisiológica e psicológica elementar, e da formal, que é a mente humana, seu espírito.

Portanto, de modo concreto,

a Economia é objectivamente o producto de uma interactuação recíproca dos factôres emergentes e predisponentes, e é teòricamente, como **episteme,** uma ciência cultural, em cujo objecto se incluem também os objectos materiais, físico-químicos.

CONCRECIONAMENTO DO FACTOR ECONÔMICO E DO POLÍTICO

A FILOSOFIA CONCRETA

Iniciaremos, portanto, nosso trabalho de concreção, buscando empreender o conexionamento de dois factôres: o econômico e o político, sem excluir a contribuição que nos oferece a análise do **acto humano**, fundando-nos no que já realizamos.

Não alcança o homem a pureza do **acto humano**, que é o mais alto que êle pode alcançar, enquanto aquêle fôr viciado pelas deficiências já apontadas. E um dos factôres mais poderosos para viciá-lo é de origem afectivo-temperamental, mas cuja raiz se afunda nas próprias condições da natureza humana, e mais longìnquamente, na vida animal, biológica, e até na própria existência cósmica.

É um postulado ontológico da **filosofia concreta,** e de validez universal; o que é **mais tem sempre um suprimento de ser superior ao que é menos, na mesma ordem ontológica.**

Dentro da mesma ordem ontológica, nada pode fazer que o maior não tenha um suprimento de ser que o menor não tenha. O postulado é de uma evidência palmar. Contudo, são as verdades palmares as mais esquecidas, ou as menos lembradas e, sobretudo, é sôbre elas que menos se têm meditado. Se assim não fôsse, poderiam muitos extrair os juízos contidos virtualmente nessa verdade, e tais juízos muito favoreceriam a compreensão de vários temas, que passam sem a necessária compreensão daqueles que melhor deveriam meditar sôbre êles.

Certa ocasião, num dos seus geniais momentos, Nietzsche advertia os homens de uma longa e profunda viagem que seu espírito fizera pelos arcanos do cosmos.

E dizia êle que se fôsse relatar quais leis regiam tôdas as coisas, talvez estremecêssemos de terror ao saber que subjuga tôdas as coisas uma lei férrea, tão férrea, que tôdas as nossas mais férreas leis empalideceriam ante ela. Atrás de tôdas as coisas, rege uma lei absoluta, a lei do ser, ante a qual a mais rígida das nossas tiranias é ainda suave.

Pois bem, entre essas leis, está a que enunciamos acima. E dela podemos captar muitos juízos virtuais, que aquêle postulado contém, verdadeiros também como êle, e da mesma rigidez maciça e absoluta. De dois poderes contrários da mesma ordem ontológica, e em iguais condições, o mais forte supera o mais fraco, inevitàvelmente, tanto na Física como na Biologia e em qualquer outra esfera que os consideremos.

Que se entende por **poder** senão a aptidão para o pleno exercício de ser? Se se diz que uma coisa **pode**, diz-se que tem ela aptidão para pôr algo no pleno exercício de ser (actualizar). Ou é activo ou passivo êsse poder, pois uma coisa **pode** realizar uma determinação, ou sofrer uma determinação, pode determinar algo, ou ser por algo determinada. Quando se diz apenas **poder**, sem se afirmar que é passivo ou activo, diz-se apenas aptidão para o pleno exercício de ser, e diz-se isso rìgidamente, de modo absoluto. O poder é em si absolutamente poder, é uma perfeição que não admite, tomada em sua estructura eidética, nenhuma restrição, nenhuma vacilação. Seu carácter perfectivo é o mais completo, porque é, considerada em si, uma perfeição sem mescla de contrários. Dêste modo, o **poder** (que é a potência no sentido de Platão, e não no de Aristóteles, pois o ser, para aquêle, era poder, potência, **dynamis**), é em si mesmo, pois qualquer falha não é mais poder, mas impotência. Não há meio têrmo entre o poder e a impotência, pois não há meio têrmo entre a perfeição genérica e a sua negação. Se um ser pode mais que outro, é que um tem mais poder e outro menos poder, mas o poder, tanto o de um como o de outro, enquanto poder, se univocam (1).

---

(1) O **poder**, tomado univocamente é apenas poder, anàlogamente é mais ou menos, oferece escalaridade. No primeiro sentido é tomado **in indivisibile**, no segundo, **in divisibili.**

Assim o sentia Platão e Sócrates, e assim também o sentiu Nietzsche. Poder e ser, nesse pensamento, se confundem, pois ser é poder e poder é ser. Do mesmo modo que não há meio têrmo entre ser e nada, porque menos que ser é nada, e mais que nada é ser, também não o há entre poder e impotência. Contudo, do mesmo modo que sabemos que há um **nada relativo**, que é a ausência de determinado modo de ser num determinado ser, também se pode falar num não-poder relativo, que é a ausência de um determinado poder num ser, que pode de modo determinadamente outro. O ser, que tem mais poder que outro na mesma ordem ontológica, tem um suprimento de poder maior que o outro. O **poder** afirma a si mesmo, como o **ser** afirma a si mesmo. E quando um poder tem mais suprimento de poder na mesma ordem ontológica que outro, aquêle supera a êste, na mesma ordem. Em si mesmas e por si mesmas essas leis são férreas, tão férreas que qualquer tirania mais férrea ante elas empalidece.

Todo o ser, todo o existir são afirmações de poder. Como o nada absoluto (o **nihilum** da **filosofia concreta**) absolutamente não há, porque há alguma coisa, só o ser há e só o poder pode. E ser é poder ainda, pois até Suarez, quando afirmou que **ser é aptidão para existir**, cuja expressão inclui o ser activo e o passivo, porque êste tem aptidão para existir, porque do contrário não é, também o poder tem aptidão para a actualidade. E do mesmo modo que fèrreamente só o ser é, também só o poder pode, e como só há o ser, só há o poder, pois o não ser absoluto não há e o não-poder absoluto também não há, e porque há alguma coisa, há, portanto, algum poder, e não a absoluta impotência.

Rege em tôda a natureza aquela lei ontológica, um dos postulados da **filosofia concreta,** e rege fèrreamente. Todo ser de mais poder que outro na mesma ordem ontológica supera o outro em poder e se as condições favorecem a actuação de um sôbre o outro, a superioridade de poder se manifestará na linha a que pertença o poder de ambos. Inevitàvelmente, o mais pesado, nas mesmas condições, terá um suprimento de pêso a mais que o menos pesado, o mais duro um suprimento de dureza que o menos duro. Seja como fôr, o poder se exercerá em

sua ordem ontológica. E para que um poder superior, na mesma ordem e nas mesmas circunstâncias e em possibilidades de actuar sôbre outro, não supere o menor, é mister um suprimento ao segundo de poder, que anule a diferença. Ninguém modificará essa lei universal, porque é uma lei coerente com o próprio ser, e o próprio poder, porque ser, em si mesmo, é plenamente ser, e poder, em si mesmo, é plenamente poder.

Tudo na natureza exerce o seu poder proporcionadamente às condições de seu campo de actividade.

Mas, assim como há sêres que têm poder, mas que nenhuma notícia têm de seu poder, como uma pedra bruta, há um ser que tem notícia de seu poder, que sabe que pode, que capta, portanto, possibilidades, não só de si mesmo como das outras coisas. E êste ser é o homem (1).

Ademais todo ser finito está constrangido em seu ser, dentro de sua estância de ser, pela limitação que os outros lhe oferecem, como um gás comprimido entre as paredes de um recipiente. Pressiona as paredes para que suas partículas se afastem mais umas de outras, e sôlto, evaporar-se-á pela atmosfera. Contudo, também se nota que todo ser finito, composto, o é de elementos (partes) que estão coactamente coerenciadas numa totalidade, numa coesão maior ou menor. Há, assim, um poder que une ante um poder que deseja separar-se, desunir. Êsse poder, que une, é uma **tensão**, que mantém coactamente unidas numa totalidade, e sob o domínio dessa totalidade, as partes componentes.

Em tôda a natureza há, assim, manifestações de poder, e um ser que não manifestasse poder seria total e absolutamente impotente, o que lhe negaria o ser.

Podem as leis científicas não alcançar a univocidade desejada, porque essas leis, no que apontam, incluem

(1) Poder tomado como perfeição **in indivisibili**, revela escalaridade. Há sêres de mais ou de menos poder que outros. Diz-se que não é de razão unívoca, como as perfeições accidentais: sabedoria, justiça, que são mais ou são menos, dentro da sua espécie. O poder é uma perfeição, que revela a mesma razão análoga, mas é, tomado em si, uma perfeição **pura** ou **simples**, que um ser tem-na num grau diverso que outro. Queremos, aqui, anotar a sua característica de **perfeição pura ou simples.**

também tôda a gama da accidência e das influências que exercem condições diversas, que modificam os resultados e apresentam, assim, variâncias. É que as leis científicas procuram expor o como, a modalidade de ser dos fenômenos. Ora, as modais são sempre accidentes, mesmo quando accidentes absolutos, portanto sempre variáveis. Já as leis ontológicas, como não descrevem o **como**, mas a razão dos porquês, atingem a perfectibilidade desejada. Assim é uma lei ontológica que todo ser, na proporção de sua actualidade, da sua intensidade de ser, tem um poder e exerce êsse poder sempre proporcionado à sua natureza.

Na natureza, todo ser exerce, indefectìvelmente, o seu poder, e êste, segundo suas diversas modalidades, poderá ser medido, contado, numerado. À proporção que avançamos na escala dos sêres, e alcançamos os sêres vegetais, nêles verificamos a incidência irrefragável dessa lei, até atingirmos os animais. Quanto mais simples, mais regular é a manifestação do seu poder, mas à proporção que avançamos no exame dos animais, segundo as escalas mais elevadas, e nos aproximamos do homem, verificamos que cresce, constantemente, a manifestação da autonomia, até atingir neste um grau tão elevado, que permite renúncias impressionantes. Já examinamos em vários trabalhos nossos, aproveitando as lições dos grandes naturalistas, que, à proporção que se desenvolve o cérebro, que êste tem um funcionamento cada vez mais independentizado da coluna vertebral, aumenta a autonomia do ser vivo, até alcançar no homem, entre os sêres vivos de nosso planêta, o mais elevado exemplo. Sabemos, também, que à proporção que se desenvolve o cérebro, desenvolve-se a capacidade psíquica, que, no homem, alcança a inteligência racional, a capacidade de intelecção mais elevada que conhecemos num ser vivo de nosso orbe.

Já examinamos o apetite de prestígio social no homem, e é desnecessário volver a examiná-lo. Todo ser humano, num sector ou noutro, busca impor-se axiològicamente aos seus semelhantes. Mas o homem também usa dos recursos que dispõe para exercer sôbre os outros o seu domínio num sector ou em outro. Êsse ímpeto de poderio, de domínio, é uma verdade psicológica que nin-

guém pode negar. Demonstra-nos a psicologia moderna, que a sua intensidade varia segundo o temperamento, e segundo as condições de cada indivíduo.

Pois bem, êsse desejo de poderio e de domínio, que é uma evidência ético-social e histórica, é um factor de origem psicológica, que actua de modo indiscutível na actividade humana, nas suas atitudes e até nas suas esperanças e nos seus desejos, incutindo-lhes um ímpeto maior, aumentando de intensidade os apetites, e dirigindo e orientando muitas acções.

Se fôsse o homem apenas um efeito das **formas de producção**, ou só do que se considerou, em qualquer sentido, o **factor econômico**, e se não conjugarmos êste com o apetite de poderio, de domínio, o apetite do **kratos**, veríamos o homem apenas por poucos aspectos, abstractamente ainda, enquanto se considerarmos o papel que exerce o apetite de poderio, poderemos ter uma visão mais concreta do homem e da sua História.

E como e por que o homem tem História, no sentido restricto que já examinamos, e também no sentido lato (**in latu sensu**), pelo qual podemos falar numa história cósmica, geológica, **natural**, a História cultural não poderia realizar-se sem a economia e a técnica, e estas não poderiam realizar-se sem a inteligência e o apetite de poderio e de todos os apetites, que são os grandes motivos das acções humanas. Porque nos prendemos a uma concepção que cheira a mecanicismo, e apenas considera um tipo de fôrça, como o faz a Física, quando, no homem, há a cooperação de tantas fôrças, de tantas origens, a se unirem para dar uma direcção, não como uma resultante da Física, como se vê no paralelogramo das fôrças, mas de outra espécie, como nos mostra a Psicologia, sôbre a qual, oportunamente, nos deteremos.

Como o ser humano é um ser que sabe e que tem consciência de seus ímpetos e de seus apetites de poderio e domínio, e como é êle capaz de reunir fôrças inibitórias aos seus ímpetos, consciente e intelectualmente mobilizadas pela sua vontade, é o homem um ser que pode superar, na accidência, a imprescriptibilidade dessa lei férrea, que examinamos no início, sem negá-la, em sua substancialidade. Sem negá-la, porque não vai aniquilar

em si seu ímpeto de domínio, mas o homem pode sublimá-lo, como nos mostrava Nietzsche, e a sublimação é hoje objecto de estudo da psicologia em profundidade. Só o homem pode vencer êsse ímpeto, canalizá-lo, de modo a não exercer êsse domínio para realizar relações negativas com seus semelhantes, respeitando-lhes os direitos fundados num princípio de justiça. Quando se fala assim, em direito e justiça, àqueles que só admitem que o direito provém da fôrça, nossas palavras podem soar ingênuas. Mas êsses mesmos não poderão negar que tôdas as coisas vivas aspiram espontâneamente a tudo quanto lhes é conveniente à sua natureza dinâmicamente considerada. Pois o direito é isso. O direito de uma coisa consiste em caber-lhe o que é conveniente à sua natureza dinâmicamente considerada. E o homem pode reconhecer nas coisas, e sobretudo em seus semelhantes, êsse direito, e pode respeitá-lo, como deseja que respeite o que lhe cabe. E terá que assim considerar, porque justiça é dar a cada um o que corresponde à conveniência da sua natureza dinâmicamente considerada. Não é apenas o cumprimento da lei estabelecida, porque pode ser ela promulgada e sanccionada pelo poder que o mais poderoso exerce sôbre o mais fraco. Essa lei pode ser **injusta**, não a lei que rege a natureza de cada coisa e também a do homem, a qual o homem pode captar, conhecer e respeitar.

O homem poderá realizar a justiça. E porque pode, deve realizá-la. Ainda é cedo para que provemos a validez desta máxima, mas já é tempo de perscrutarmos, na História, os factos que nos revelam o papel que exerceu sempre o **factor político**, que é o apetite de poder, o apetite de aumentá-lo e de conservá-lo, actuando em cooperação com os factôres econômicos, um papel decisivo em muitos actos humanos, não só individuais como colectivos. Dêste modo, começaremos, a pouco e pouco, a concrecionar a análise da História, libertando-nos desde logo das maneiras abstractas e unilaterais de interpretá-la, que vêem os factos por um só ângulo, e que geraram tantas controvérsias, provocaram tantas brutalidades. Por sua vez, também, êsse será um roteiro de libertação, um roteiro que afastará as maneiras abstractas e unilaterais, e permitirá que tenhamos uma visão mais global da História, sem necessidade de virtualizar os as-

pectos heterogêneos, sob a égide de uma falsa homogeneidade, que sacrifica a boa inteligência dos factos e não contribui com as lições potenciais que a História nos oferece. Só assim será ela uma mestra da vida, e só assim poderá o homem marchar com passo mais seguro para alcançar a liberdade, que é a sua mais alta afirmação, apesar daqueles que, demitidos da humanidade, preferem ser apenas "robots" intelectuais ou ideológicos a serviço de qualquer brutalidade sangrenta, em favor dos ambiciosos de mando, dos ébrios de domínio, dos alucinados de opressão.

A RELIGIÃO

Em "O Homem perante o Infinito", examinamos as diversas doutrinas sôbre a formação da religião, e defendemos a tese de uma raiz cósmica, que liga o homem ao superior. Poderiam não ter surgido na Humanidade organizações religiosas que congregassem grande número de crentes, sem que tal impedisse ao tipo teocrático de tender para a crença em poderes e valôres mais altos, reverenciar a fonte e origem de tôdas as coisas, e a fé na existência de um omnipotente organizador do mundo. Querer considerar a Religião sob todos os seus aspectos como o producto de uma casta ou classe dominante, desejosa de exercer o seu domínio, e que a constrói com o intuito de assegurar a sua situação político-social, é uma das interpretações mais ingênuas e também falsas que se tem proposto para explicar a gênese das religiões. Contudo, não se pode negar que os poderosos de todos os tempos, todos os que desejam exercer o domínio sôbre os seus semelhantes, sempre viram na Religião um freio às reivindicações, e um meio para subjugar as consciências e conformá-las a aceitar a opressão em que vivem. Improcedente, porém, é negar o ímpeto religioso, que é vivo em todos, essa tendência à fé, ao assentimento firme de uma idéia sem temor de êrro. É um estado afectivo-intelectual, que se dá em todos, em graus e matizes dos mais diversos, pois até os que se intitulam descrentes impenitentes, crêem piamente em alguma "verdade", na omnipotência do Estado, ou na omnipotência da matéria, ou de qualquer outro ser. Negar o sentimento do sagrado, a aceitação do cárisma, a visão mística, que é uma técnica de penetração através dos símbolos em busca dos grandes simbolizados, uma verdadeira estética do simbolizado, negar as manifestações de **shamanismo**, de

crença em poderes ocultos superiores às nossas fôrças, capazes de realizar efeitos surpreendentes; em suma, negar o que constituem os elementos vários e heterogêneos, que fundamentam as crenças, é querer ocultar uma evidência indiscutível. Por outro lado, julgar que tais manifestações sejam apenas producto das formas de producção, ou impostas pela vontade de domínio de castas poderosas, é não compreender essa raiz mais distante, que se manifesta até nos primitivos, constituídos em sociedades comunitárias, em que não há estamentos dominadores estratificados.

Já analisamos o homem religioso, e já vimos que há em todos nós uma chama religiosa. O ser humano, em tôdas as épocas, desde que a inteligência desabrochou, e sua mente foi capaz de apreciar valôres, sempre sentiu que poderes maiores e superiores se colocavam acima, não só dêle, como também das coisas que compreendiam o seu mundo cognoscitivo. Sempre algo oculto, e superior, foi aceito como superando tôda a fôrça que a natureza exibia. Também o moderno descrente não só crê, mas já sabe que o universo cósmico não se limita aos horizontes visuais de seu conhecimento, e que há poderes superiores que escapam à sua intuição sensível, que sua inteligência de leve perscruta, e que seu coração sente como uma afirmação indiscutível. Até quando crê apenas no império das leis que regem o cosmos, sente que uma **lei das leis** governa a imensidade cósmica, e que ela não é apenas a afirmação da impotência e da precariedade do transeunte, do passageiro, do movediço, do inerme, iluminados por uma consciência bruxoleante que vacila entre a curiosidade, o pasmo, e o amedrontamento.

Até os que não pertencem a uma confissão religiosa, que não ingressaram nas fileiras de uma igreja, e que pairam soltos pelos caminhos do pensamento e da pesquisa, sabem que há algo que nos supera e que é a razão de ser de nós mesmos. Se não estabelecem manifestações de respeito a êsse poder, por meio de rituais, conservam, contudo, dentro de si, uma posição de respeito para o que nos supera e nos mantém.

Há uma longa evolução no pensamento religioso, desde a concepção de poderes materiais, corpóreos, superiores a nós, ou que podem por nós serem dirigidos para o nosso bem ou para o mal, até alcançarmos concepções mais elevadas de poderes transcendentes, a quem cabe uma regulação do mundo.

No entanto, no que todos os homens sinceros estão de acôrdo, inclusive os religiosos, é na verificação do indevido aproveitamento sistemático das idéias religiosas pelos que exercem o poder político sôbre os seus semelhantes, e que também os expropriam do que lhes é de seu direito. Muitos homens religiosos, em todos os tempos, profligaram êsse abuso, denunciaram essa exploração, e lutaram para aminorar a vida de miséria de muitos, ao mesmo tempo que admoestaram os poderosos dos erros que praticavam, da falta de amor aos seus semelhantes.

Por muito respeito que nos mereçam as crenças religiosas, não podemos deixar de consignar tais factos, e não teremos contemplação em denunciar também, dentro dos limites da verdade histórica, sem nos deixarmos arrastar por acusações fáceis e mentirosas, aquêles, em tôdas as religiões, que por êrro intencional ou não, tantas vêzes puseram-se do lado dos exploradores do homem, aproveitando-se das idéias religiosas para abafar a revolta dos oprimidos e para justificar os **interêsses criados** dos dominadores.

Pelo facto das religiões reconhecerem e aceitarem a existência de um poder espiritual não era de admirar que muitos buscassem confundir a validez dêsse poder com a do poder político, justificando êste por aquêle.

Assim procederam todos os dominadores, provindos da teocracia e da aristocracia, e muitos chefes de Estado fizeram-se apresentar como de descendência divina, e alguns até a divinizar-se.

Se os sacerdotes de todos os ciclos culturais colaboraram e até apoiaram êsse uso indevido da religião, não é de admirar que tal sucedesse em períodos tìpicamente teocráticos e aristocráticos, porque é da cosmovisão dêsses estamentos sócio-caracterológicos, atribuir à autoridade humana a autoridade divina, afirmando que os chefes de Estado haviam sido investidos de seu poder por

uma graça divina, ou, então, eram justificados pela sagração, que emprestava ao seu poder uma origem e laços transcendentais (1).

Como a religião estabelece um laço de dependência real do homem ao ser superior, ou a poderes elevados, muitas vêzes desconhecidos e não devidamente delineados, e como em tôdas as religiões a vida humana, por essa dependência, pode sofrer influências benéficas e maléficas, podendo evitar estas e aumentar aquelas, a preocupação de todo homem religioso fixa-se aqui de modo intenso. Todo ser vivo busca o seu bem, e o homem busca-o com maior grau de consciência, ou menor, segundo a heterogeneidade que apresenta. E como o homem é *inteligente*, procura êle meios para alcançar o que deseja, caminhos mais seguros que lhe garantam a obtenção do almejado.

Em "Noologia Geral", estudamos as três fases fundamentais da inteligência: 1) a **inteligência imitativa**, que a têm as crianças nas primeiras fases de seu desenvolvimento, e que notamos nos símios superiores; 2) a **inteligência que emprega meios para alcançar os fins**, que se desenvolve na criança ainda no primeiro ano e, finalmente, 3) a **inteligência criadora**, inventiva, que é um grau mais elevado, que começa a manifestar-se nos primeiros esquematismos provenientes das descobertas imprevistas que a criança realiza e que fixam nela uma curiosidade posterior.

Ora, o homem caracteriza-se pela escolha de meios para alcançar os fins. Tem êle a capacidade de captar as possibilidades do emprêgo de algo, para alcançar possíveis resultados. Assim a Economia, a Técnica, tôda ciência do homem, como até a sua vida prática, está constantemente envolta na prática de meios para alcançar os fins, e quando essa prática se sistematiza em regras comprovadas, atinge êle as bases fundamentais do saber

(1) Na verdade, o que é considerado pela Igreja é o tríplice contracto entre o príncipe, que promete governar o povo, obediente aos princípios religiosos, comprometendo-se a obedecer a lei divina, e o povo, assumindo o compromisso de obedecer ao príncipe, porque êle se compromete a obedecer a lei divina.

culto, o saber científico no sentido genérico do têrmo (a **episteme**).

A religião também usa meios, e êstes são os rituais, práticas religiosas de carácter fundamentalmente mágico no sentido genuíno do têrmo. Fundamentalmente, todo ser vivo procura dominar as coisas assenhoreáveis de sua circunstância ambiental pelos meios técnicos. Quando êstes são insuficientes ou precários, procura os meios mágicos. O emprêgo de meios técnicos permite-lhe fundar a Técnica, a Economia, a Ciência prática, enquanto o emprêgo de meios mágicos, que consistem na crença de que é capaz de despertar fôrças para servirem de meios à obtenção de determinados resultados, cuja obtenção não lhe é possível pelos meios técnicos que dispõe, com êles fundamenta muitas das práticas e rituais religiosos.

Dêste modo, pela ausência de certo poder, pela não disponibilidade de meios capazes de domínio das coisas, o homem envereda, naturalmente, para o caminho do mágico. De certo modo se poderia dizer que a religião nasce de uma tomada de consciência da fraqueza humana, e as práticas que ela revela são os resultados de uma impotência. De certo modo essa tese é verdadeira, porque, em muitos, a religião nasce assim, da consciência de uma impotência de obter o desejado pelos meios naturais, e daí lançar mão de meios mágicos. Sem dúvida, há validez nessa afirmação, e pode dizer-se até que, na maioria das pessoas, a religião apresenta-se assim em todos os ciclos culturais, quer nos inferiores, quer nos superiores. Mas há ainda outra base da religião, que é dada pela capacidade de penetração mística, que é originada da capacidade hierática do homem, como ainda há o surgimento da religião pela fé vivida e ainda pela especulação intelectual que impele à certeza da existência de um ser superior, fonte e origem de tôdas as coisas, que termina por merecer a homenagem e a reverência do homem. Esta é a religião que nasce da Filosofia, do emprêgo dos métodos filosóficos, da especulação enfim, e que caracteriza a religião dos filósofos. Há, assim, quatro fontes da religião:

1) a mágica;

2) a mística;

3) a vivencial simples;

4) a especulativa.

Essas quatro espécies manifestam-se nos sêres humanos em graus diversos, o que nos permite compreender a heterogeneidade do modo de crer, as variações que se observam. E pode-se ainda dizer que em todos, sem excepção, êsses três aspectos se manifestam, em graus mínimos até máximos, pois o mesmo homem, que se julga descrente e irreligioso, guarda em si muito dêsses aspectos, que se manifestam em certas **superstições** próprias do descrente, muitas vêzes mais intensas que as que notamos nos religiosos.

É verdade que êsse têrmo **superstição** tomou um sentido pejorativo nos dias que correm. Mas examinemos, com cuidado, o seu conceito, para podermos prosseguir no estudo da influência do **factor religioso** sôbre o **factor político**, para concrecioná-los com o **factor econômico.**

O têrmo **superstição** tem uma origem controvertida. Mas seu conceito consiste na admissão da existência de poderes que podem ser usados em benefício ou em malefício do homem. Ora, admitir a existência de tais poderes é uma crença universal e justa. Mas, especìficamente, o têrmo indica a crença de que certas palavras, certos gestos, certas atitudes, certas coisas em determinadas posições, têm o poder de despertar fôrças benéficas ou maléficas. Conseqüentemente, o têrmo teve aplicações analógicas, podendo-se falar ainda da superstição de um método, da crença religiosa em geral.

Inegàvelmente, à religião se juntam muitas superstições, como há superstições, e das piores e mais primárias, em homens que se proclamam descrentes e irreligiosos activos. Contudo, devemos dar ao têrmo um sentido mais preciso, e vamos usá-lo aqui apenas nesse sentido, pois quando o usemos em outros, tomaremos o cuidado de explicitar qual o que tomamos. Devemos considerar como **superstição a crença em poderes benéficos ou maléficos que podem ser usados, despertáveis por meios naturais.**

Neste sentido, afastamos o pejorativo, e incluímos aí também a superstição do ateu, que não entra em casa com o pé esquerdo e que foge desesperado de algum gato prêto que encontra pelo caminho. No sentido geral que empregamos o têrmo, concluímos desde logo que a superstição acompanha o homem em tôda a sua vida e em muitos de seus actos, e nos é revelado em graus diversos. Se há manifestações grosseiras de superstição, as há elevadas, razão pela qual não se pode considerar tôda e qualquer superstição em sentido pejorativo, como o fazem os materialistas, cheios, também, por sua vez, de muitas outras superstições.

Sem dúvida que o têrmo já está irremediàvelmente comprometido, e melhor é admitir o de aceitação de poderes mágicos, no sentido de máximo poder, que podem ser despertados por palavras, como hoje sabemos, graças aos estudos da psicologia em profundidade, que extraordinário valor tem a oração, e que uma palavra pode marcar a mudança de uma vida ou comprometê-la perigosamente. Compreender-se-á melhor a magia se prestarmos melhor atenção ao emprêgo da palavra falada e escrita, da "manchette", das "palavras de ordem", da magia de certas palavras capazes de pôr em acção fôrças inesperadas e muitas vêzes tão poderosas, que são capazes de levar por diante todo e qualquer obstáculo que se lhe oponha.

Todo o descrente religioso, mas que segue a política e deseja dominar seus semelhantes, sabe que é impossível movimentar as massas humanas sem uma fé, e sobretudo, sem a **magia** de certas palavras de ordem. Todo o desejoso de poder tem uma preocupação apenas: saber empregar os têrmos, os gestos, de modo a despertarem poderes ocultos nas multidões, de serem capazes de transformá-las em obediente rebanho e prontas a seguirem os caminhos que êle indicar.

Não foi apenas a religião que foi aproveitada pelos dominadores, mas tôda espécie de fé, tôda espécie de superstição, tôda espécie de magia e de fatalismo. Acaso, pregar aos homens a inevitabilidade fatal de determinados acontecimentos vindouros não é o emprêgo de tais meios, a fim de enfraquecer as resistências e dar aos partidários a crença firme na vitória de sua causa? Sabem todos os poderosos que a fé na vitória é meia vitória, como a crença na derrota é meia derrota.

Em muitas religiões, os deuses são a perfeita encarnação do poder político, do mesmo modo que se tende a dar ao possuidor do **kratos** uma investidura e posse de um poder sobrenatural. Há aqui caminhos reversivos, que nos permitem partir do **kratos** político ao **kratos** religioso, e vice-versa, e sabem os poderosos que é fácil realizar a confusão entre o símbolo e o simbolizado junto às multidões e a todos os que não sabem distinguir bem o papel simbolizante do símbolo, e o simbolizável do simbolizado. Se podemos simbolizar o poder supremo do Ser Supremo ou o poder das fôrças superiores a nós, pelo exemplar que possui o **kratos** político, esquecem que há aí apenas uma certa analogia e não univocidade. Um dos mais primários e bárbaros processos de raciocinar é o de confundir o símbolo com o simbolizado. Contudo, a política usa dessa tática, e obtém os efeitos desejados, entre os que não estão devidamente acautelados para essas confusões perigosas.

Depois dos estudos de Schmidt, é impossível continuar pensando que o monoteísmo seja uma concepção religiosa surgida sùbitamente no Egito, com Amenófis IV, ou com Moisés e os judeus. O monoteísmo é universal, pois em tôdas as crenças, até nas mais primitivas, há a aceitação de um ser supremo ao qual se subordinam todos os outros. Contudo, vê-se, quando há a tendência à unificação política de vários povos, com religiões diferentes, tomarem-se duas atitudes:

a) deixarem-se livremente as crenças heterogêneas, enquanto não há resistências maiores à unificação, como aconteceu com os romanos no mundo em que dominavam, dando liberdade a todos os cultos, desde que não se opusessem ao poder de Roma, ou entre os muçulmanos, enquanto essas crenças estranhas não se opusessem ao domínio político e econômico do Islão.

b) Subordinação dos deuses dos povos subjugados a um deus supremo, que é o deus dos dominadores, como vimos entre os babilônios, caldeus, assírios, persas, egípcios, hindus.

Verifica-se que o monoteísmo, que é comum a tôdas as crenças, só é actualizado com energia, quando há tendência e desejo de unificar os povos sob a égide de um

poder centralizado e absoluto, como o é a monarquia em seu sentido absolutista, ou realizada com energia pelos cesariocratas, em todos os tempos, quando querem dar ao Estado todo poder, passando êste a ser a manifestação real e temporal do supremo poder da divindade.

Não são as religiões que criam as grandes brutalidades da História, mas são as crenças religiosas usadas e abusadas para servirem de esteio ao fundamento do **kratos** político, que tem uma origem muito distinta de a origem das religiões. E se homens religiosos, sacerdotes de muitas crenças, têm servido aos poderosos, não esqueçamos que são êles homens e, portanto, sujeitos a desfalecimentos e até a perversões monstruosas, mas é um grave êrro pensar que seja a religião a culpada de seus maus seguidores.

A religião não nasce para justificar o domínio de uma casta ou classe sôbre outras, porque há religião onde ainda não há castas nem classes dominantes, nem Estado político, no sentido que encontramos nas altas culturas. Que a religião tenha sido aproveitada para coonestar as graves violências cometidas por estatólatras impenitentes, é outra coisa. Há naqueles que julgam que a religião é uma **invenção** dos poderosos para subjugar os mais fracos, uma invenção dos dominadores para justificar o domínio sôbre os explorados, um êrro imenso e uma grande confusão sôbre os vectôres que nos apontam a gestação das crenças. A religião tem servido aos dominadores, sem dúvida, e muitas crenças foram criadas, mas accidentais à religião, para justificar o poder dos opressores. Contudo, não se pode dizer que a religião tenha sua origem na opressão. Aquêles que desejam denunciar o uso indevido da religião para justificar brutalidades históricas, não deviam esquecer êsse aspecto e não deveriam atribuir a gênese das religiões apenas aos interêsses de domínio, porque a formação das crenças, em sua substancialidade, não segue a mesma linha genética das crenças políticas, das ideológicas, etc. E o facto de muitos sacerdotes terem servido aos poderosos deve-se a outros factôres que não os puramente religiosos, do mesmo modo que vemos, em todos os povos, homens religiosos rebelados contra a opressão e lutarem pelos oprimidos.

No ocidente, no cristianismo, Bonald pode ter escrito palavras como estas, por muitos julgadas como a mais pura interpretação do sentido cristão:

"Deus é o poder soberano sôbre todos os sêres; o homem-deus é o poder sôbre a humanidade inteira; a soberania estatal é o poder sôbre os súbditos, o chefe de família é o poder no lar. Mas, como todo poder foi criado à imagem de Deus e procede de Deus, todo poder é absoluto."

Em primeiro lugar é preciso compreender que o poder supremo de Deus é um poder absoluto. Mas poder absoluto de Deus, para o cristão, significa que tudo quanto há, houve ou haverá tem a sua origem **positiva** na divindade, porque o nada não é criador de positividades. Quer dizer, tudo quanto acontece, aconteceu ou acontecerá está eminentemente contido na omnipotência do Ser Supremo. Mas, também, nesse poder, está contida a liberdade humana. Se considerarmos um poder humano, não contém êle, do mesmo modo, eminentemente, todos os poderes humanos, tudo quanto o homem pode fazer, realizar ou deixar de fazer ou de realizar. Nenhum poder finito pode gozar dessa absolutuidade, porque êle não tem paridade com a absolutuidade de poder do ser divino. Que essa doutrina falsa possa servir aos interêsses dos poderosos, concordamos, e talvez tenha nascido apenas com êsse intuito. Mas daí dizer-se que ela representa o genuíno sentido cristão, absolutamente não concordamos, nem que ao lado dela estivessem as mais categorizadas autoridades da Igreja Católica, porque é um tema de filosofia, e em filosofia só há uma autoridade: a demonstração. E nenhuma demonstração perfeitamente lógica alcançaria ou daria apoditicidade à tese de De Bonald, que é irremediàvelmente falsa. O poder dos homens não tem paridade com o poder divino. Há, sim, no poder dos homens, uma responsabilidade: a de proceder de modo que não ofenda à justiça e à magnanimidade do Ser Supremo. Mas todo e qualquer absolutismo humano é uma injustiça, e querer justificá-lo, por meio de falsas comparações ao poder divino, é mais que uma afronta, é uma blasfêmia à própria divindade. Em sua gênese, o poder político humano é um poder de investidura, enquanto o poder divino é um poder natural. O Ser Supremo não é investido de poder, é omnipotência. O ser humano não. É impotência, fraqueza, brutalidade, cegueira, orgulho, sobretudo orgulho, sobretudo vaidade, vaidade das vaidades. Quando ao homem é atribuído um poder político por investidura, não se queira cumpliciar a divindade em tais coisas, porque ao homem cabe um dever: conduzir-se com justiça em relação aos seus semelhantes e não para, sob o falso apoio de uma crença, querer justificar o seu apetite vituperável de poder, quase sempre fruto da sua fraqueza, do complexo de inferioridade que o anima, que o leva a desejar investir-se de um poder que, na verdade, não tem, que não constitui a sua natureza. Que se fale na autoridade de um médico na medicina, de um engenheiro em sua funcção, de um artesão em seu mister, admite-se. Mas essa autoridade nunca poderia ser absoluta, porque nenhum médico é a medicina em sua totalidade, nenhum pedreiro é totalmente absoluto em sua arte. Pode De Bonald ser caro aos que desejarem justificar a sua brutalidade organizada, com a coonestação da doutrina cristã, mas, como cristão e como filósofo, repudiamos essa doutrina, como repudiamos outras que buscam justificar a autoridade de investidura, mesmo quando defendida por grandes filósofos. E para combatê-la, não o faremos torcendo textos ou realizando analogias forçadas, mas sim através de demonstrações rigorosas. O cristianismo é por natureza libertário. Tome o leitor nota desta nossa tese, pois a ela ainda volveremos e desenvolveremos argumentos apodìticamente demonstrados, em oposição a todos aquêles que se serviram da Religião e da Filosofia para defenderem o maior crime que o homem cometeu em todos os tempos: o domínio sôbre seus semelhantes, justificando-o com a pureza das crenças religiosas. Que nos perdoem os adoradores do Moloque do poder, do Estado Omnipotente, em serviço dos adoradores do Bezerro de Ouro, que não pouparemos esforços para demonstrar a improcedência de suas teses sôbre a autoridade. Ainda volveremos a êste tema, depois de fazermos uma análise das sentenças em defesa do autoritarismo, emitidas por filósofos, e só nos apoiaremos na obra dos grandes, tentando justificar a brutalidade organizada na História, ou melhor a **desordem organizada**, que é em suma o Estado político, êsse monstro devorador de consciências e que

já trouxe tantos males à humanidade. Hoje, porém, desperta no mundo uma nova consciência. É ela ainda amorfa e informe, mas já anuncia uma nova aurora. Também sôbre êste tema volveremos em breve, para analisá-lo com o máximo cuidado, e com as bases mais seguras.

Também os babilônios coonestaram o poder dos seus reis pelo poder do Ser Supremo, como se vê no Código de Hamurabi, também entre os egípcios, o Faraó assumia a postura de um deus "Horus feito carne", também lá encontramos as mesmas palavras nas leis de Manu, e também no Zend-Avesta, também nos livros sagrados da China e na divinização de Fu-hi, o primeiro soberano do Império Celeste, também no Japão, no Mikado, a "Alta Porta", descendente da deusa solar Amaterasu, encarnação viva da divindade, também nos incas, com a lenda de Manco Capac, que é apresentado como Intipchuri, o filho do Sol, também no Tibete, no Dalai-Lama, também Gengis Khan apresentou-se como um ser divino, também Alexandre divinizou-se entre os gregos, descendente de Zeus Ámmon, também César quis divinizar-se, e Virgílio, na Eneida, servilmente, considerou Augusto um deus, e assim foi na Antiguidade.

Só com o Cristianismo deixou-se de divinizar os grandes senhores de Estado, mas, contudo, não faltaram os que lhe emprestaram poderes sobrenaturais. Carlos V, Felipe II, os Bourbons, os Stuarts, os czares russos não foram venerados como deuses, mas a sua autoridade foi venerada como instituída por **graça de Deus.**

Não foram poucas as vêzes que sacerdotes se uniram ao dominador e ao legislador. Contudo, uma análise honesta da História, como a realizou Alexander Ular (que não era católico e até se opunha ao catolicismo), em sua obra **Die Politik**, nos demonstraria, de modo seguro, que os papas não heréticos nunca pugnaram pelo poder temporal, tendo aspirado apenas ao poder espiritual. É certo, mas é inegável também que a Igreja admitiu o poder temporal, e deu-lhe o apoio necessário na medida em que representava êle a única maneira de poder dar uma forma à sociedade, a ponto de alguns filósofos considerarem que é a autoridade, ou o modo de ser a autoridade, a verdadeira forma de uma sociedade. Mas

os teólogos sempre afirmaram que os dominadores são homens, e, como tais, sujeitos ao pecado e ao êrro, e a sua salvação só poderia ser obtida pelo cumprimento estricto e justo de seu dever.

E a prova de que não é a religião a base do poder autocrático, do autoritarismo mais desenfreado, está em exemplos históricos de homens, que estabeleceram as formas mais cruéis de domínio, sem se apoiarem nas religiões e até zombando delas, como o vimos em Hitler, Stalin, nos bolchevistas e no próprio Mussolini, que tantas vêzes humilhou a Igreja e tôda religião, declarando-se, altissonantemente, como ateu, e procedendo como um ateu. Vê-se, com tais exemplos, a improcedência dessa doutrina, que não tem fundamentos históricos, nem muito menos ético-psicológicos, sociológicos nem filosóficos.

Quando um Napoleão III, impenitente ateu, lança mão da religião sob o argumento de que "a sociedade não pode existir sem a desigualdade das fortunas, e a desigualdade das fortunas sem a religião" e resolve aproveitá-la para fortalecer o seu poder, cujo fim ridículo foi uma das mais justas páginas da História, cometia uma infâmia. E é infame sempre aquêle que se aproveita da fôrça sincera da religião para servir aos seus interêsses econômicos e políticos, como os daqueles exploradores que se apressam a dar esmolas e subvenções às obras de caridade para, por êsse meio, conquistar uma impunidade e um acatamento moral que não merecem.

Ainda dizia êsse imperador dos franceses: "Quando um ser humano morre de fome junto ao que está farto, não poderia de modo algum resignar-se se não houvesse um poder que lhe dissesse: Deus o quer. É mister que haja pobres e ricos no mundo; mas depois, na eternidade, a repartição será de outro modo." Não são estas as palavras de um verdadeiro teólogo, nem as de um homem crente, mas a de um ateu impenitente, que não se pejava de fingir-se religioso para justificar a sua ânsia de poder e o fastígio de uma glória vã, como a dos poderosos dominadores do mundo. A História tem sido o relato dos fastos cruéis e dos dominadores, que não trepidaram em sacrificar tudo quanto há de nobre e digno no homem em proveito pessoal. Ainda não se escreveu a verdadeira história: a história não dos que destruíram, nem dos que

oprimiram, escravizaram e trucidaram seus irmãos, mas a História constructiva, a daqueles que ergueram o homem mais alto, a dos que empregaram a sua inteligência e a sua vontade em benefício de seus irmãos. Esta história ainda não foi escrita, mas um dia o será, e há de substituir, nas escolas, a dos feitos pseudamente heróicos, a dos falsos heróis, das façanhas mentirosamente narradas por biógrafos e historiadores bem pagos para mentir, mentir e mentir ao mundo a grandeza de actos não realizados, ocultando a verdadeira covardia, a má fé e a crueldade de déspotas caricatos, ridículos e medíocres, que povoam as páginas da História com relâmpagos de grandeza, que nunca tiveram.

Um dia há de se escrever a verdadeira História, a História que nos conta a vida de um Platão, de um Sócrates, de um São Lázaro, de um Francisco de Assis, de um Loyola, não o falsificado pelos inimigos da liberdade e da dignidade do homem, de um São Vicente de Paula, de um Schweitzer, de um Tolstoi, de um Pasteur, de um Cervantes, de um Camões, sem desmerecer os não citados; em suma, de homens que realizaram a cultura, e não daqueles sanguinários déspotas que exploraram seus semelhantes e que mobilizaram as idéias religiosas para justificarem a sua brutalidade e a sua ignomínia.

O KRATOS

Tôda a vez que a aristocracia alcança o seu período de absolutismo, e que se inicia a valorização fetichista do Estado, os poderosos apóiam-se na religião, para que ela justifique o poder absoluto que se instaura e que deseja perpetuar-se. Na época democrática de domínio político do empresário utilitário, então o Estado é a encarnação de uma concepção ideológica. Há ainda os resquícios de idéias religiosas, sofisticamente mobilizadas para justificar o poder discricionário das castas dominantes, mas buscam-se outras "razões superiores" para justificá-lo, como a necessidade de "imperar a lei" (a lei que favorece aos dominadores), o "interêsse nacional" (aquêle que é sempre esquecido quando entra em conflito com os interêsses dos grupos de dominadores políticos, que nunca sacrificaram os próprios em benefício da população em geral, em nenhum momento da História), "o bem do povo" (que sempre ocultou o bem dos grandes aproveitadores). Não fazemos afirmações gratuitas, mas fundamentadas, como veremos nesta parte crítica da História. Iremos alinhar, em breve, factos e mais factos, para comprovar o que afirmamos. Não somos originais em nossas idéias, e longe de nós querermos tomar uma atitude inédita. O que vamos citar está inscrito com letras de sangue nas páginas da História, e de lá não o apagarão mais os interessados. Mas são ocultadas, preconcebidamente, ao conhecimento dos homens e, sobretudo, silenciadas nas escolas, para que a juventude seja educada na ilusão e na mentira que interessa àqueles que não trepidam em sacrificar os seus semelhantes em benefício de si mesmos. Na verdade, a História é um "pesadelo de tigre", mas também é uma luminosa alvorada de promessas ocultadas, que abrem novas esperanças.

Não esqueçamos Rousseau, que depois de haver, no "Contracto Social", combatido o absolutismo, passou-se a defendê-lo e a aconselhar o uso da religião para justificar a opressão sôbre os povos. Não é uma infâmia que bôcas tão detestadas, que penas tão vis de tantos homens sem fé e sem amor ao próximo conclamem os homens religiosos a servirem de esteios para a prosperidade da brutalidade organizada? Robespierre, que lavou a França em sangue, não poupou os adversários, acusando-os de "vendidos a Pitt", como o fêz com os herbetistas, com a mesma e velha acusação de todos os tempos, e em todos os ciclos culturais, que consiste em acusar de vendido ao estrangeiro inimigo todos os nacionais que se opõem ao excesso de poder e de domínio de uns sôbre os outros. Êle, que não poupou vidas e não teve o menor estremecimento em mandar guilhotinar inocentes, que os acusava com falsas provas, também falou em altas palavras sôbre o papel da Religião. Também apelou ao Ser Supremo para justificar a esteira de sangue que deixava após si. O famoso discurso em que falou tanto do Ser Supremo e da justificação da sua política foi difundido por tôda a França, lido em todos os lugares. Deu à sua política atributos divinos, e levantou o culto à "nação". Arrancou do Templo a "deusa Razão", que os empresários utilitários, por intermédio de seus advogados, na Revolução Francesa, haviam entronizado como a nova deusa, e substituiu-a pelo culto ao Ser Supremo, dando assim à República uma auréola divina. Mas Robespierre era um ateu descarado, porque não titubeou em realizar uma farsa para obter o que desejava, como não titubeou Mussolini, outro ateu, em tentar usar a religião para justificar os sinistros intentos do fascismo. Ao nacionalismo, que pregou, dava-lhe côres religiosas para poder mobilizar os sentimentos do povo em benefício de seu poder caricato, que passou para a História como uma das suas páginas mais ridículas, terminando com aquêle fecho tragicômico de Milão, dependurado pelas pernas, e escarnecido pelas multidões revoltadas.

Caracteriza o poder (o **kratos**) o desejo de unicidade e de excludência, pois todo poder quer ser absoluto. Todo poder tende ao absolutismo, e se não o alcança, é porque lhe opõem obstáculos outros desejos, que limitam a acção dos que o encarnam. O poder quer vencer as

resistências, quer ultrapassar tôdas as limitações, e desmesura-se inevitávelmente. Já houve quem dissesse, para justificar o **kratos** absoluto, que Deus não admite nenhum poder que se lhe oponha. Como pode, pois o Estado admitir outro poder que se lhe oponha? Idéias tão descabeladas como estas não deveriam nem sequer ser citadas, se não tivessem sido elas emitidas por homens aparentemente responsáveis, e repetidas por outros, que deveriam ter mais respeito pela sua inteligência e pela dignidade do saber humano.

PODER E SER

Tôda história do Poder **(kratos)** tem demonstrado que nenhum poder estaciona espontâneamente. O poder é difuso e prepotente, insaciável e avassalador, tende a crescer sempre, e só a oposição de outro poder o restringe. O ser é difusivo, e filosòficamente se pode dizer que tudo tende a ser plenamente a si mesmo, além de seus limites actuais, da sua estância intrínseca, potencialmente **in infinitum.** Assim como se pode dizer hoje, ante os actuais conhecimentos da Física, que o campo potencial de um ente físico tende até os limites do universo, também se pode dizer que todo ser tende, enquanto ser, a avassalar tudo. Neste caso não há limites apenas em si mesmo, limites traçados por uma espontânea limitação de sua própria natureza, mas sim como conseqüência de uma cooperação dos obstáculos, que outros sêres, levados pelo mesmo ímpeto fundamental do ser, oferecem aos outros, cuja dinâmica nos explicaria a heterogeneidade do universo. Êsse poder difuso do ser é, tomado em si mesmo, limitado pela forma (e conseqüentemente, por sua natureza, como complexo de forma e matéria, no sentido clássico do têrmo), mas ilimitado em seu ímpeto afirmativo, não obstante contido em seus limites estáveis da forma e instáveis de sua accidência, pelos obstáculos opostos pelos outros sêres que, em idênticas condições, apresentam o mesmo antagonismo de ilimitação e limitação, que era a essência genérica dos sêres, na exposição filosófica de Pitágoras, como se vê pela definição que lhe deu Filolau. A contenção dentro dos limites obedece à lei da harmonia, que surge da subordinação das partes analogadas a uma normal dada pela totalidade, que é o producto dos opostos analogados em reciprocidade. Dêsse modo, há em todos os sêres a presença de duas leis **(logoi)** que os orienta: a lei da conservação e a lei da expansão.

A primeira tende a manter o equilíbrio dinâmico da harmonia, e a segunda é a tendência difusiva do ser em afirmar-se, que é o poder. Essas leis regem todo o mundo do existir e também a vida psicológica e social do homem. Todo **kratos** tende a conservar-se, mas também a expandir-se, e depois, a conservar as conquistas realizadas. Na vida social, o portador do **kratos** sente despertar-se-lhe o ímpeto primário e fundamental, e tende a aumentar o seu poder e conservar os postos obtidos, e pela contribuição da inteligência e da afectividade, apoiada nos temperamentos e caracteres, tende êle a criar tôda a gama astuciosa e cruel do aumento constante do poder.

Para muitos a doutrina que expusemos pode ser um argumento em favor do poder, porque êste encontraria a sua justificação em leis fundamentais do homem, leis ontológicas do próprio ser, pois sabemos, como nos demonstrou a **Filosofia Concreta**, que, não havendo meio têrmo entre ser e o nada absoluto, o ser naturalmente é afirmativo e absolutamente afirmativo, e como não pode ao ser, tomado enquanto em si mesmo, sobrevir o nada, sua afirmação é absoluta. Quanto à lei da limitação, é esta dada pela natureza específica do ser composto, que leva à subordinação das funções particulares ao interêsse da totalidade, de modo que tôdas as funções estão analogadas ao todo e obedecem à normal do interêsse dêste. Pode parecer que essa doutrina justificaria a opressão. Realmente, tal poderia acontecer e tem acontecido. Mas a humanidade não é formada de partes virtualizadas numa totalidade; ou seja, cuja subordinação seja total, a ponto de perderem a plenitude de sua forma, para constituírem apenas um elemento componente de uma totalidade. O ser humano é uma pessoa, e como tal possuidor de uma inteligência, de uma consciência e de liberdade, do exercício de escolha, embora pressionado por ímpetos diversos e dos mais poderosos. Os homens são mônadas de uma totalidade não física, porque a sociedade humana não é um organismo, como o é o corpo de um ser vivo. Se podemos falar de que a família é uma célula social, de que certos conjuntos funcionais da sociedade são órgãos de um grande corpo, tôda essa linguagem biológica e orgânica não é empregada unìvocamente, mas anàlogamente. A sociedade humana não é um organismo unìvocamente, como o de um ser vivo, mas apenas anàlogamente, porque

há aspectos semelhantes por entre aspectos diferentes, e não uma identificação formal. O homem é uma excepção no universo físico que conhecemos, e capaz de avaliar a si mesmo e seus semelhantes, e de escolher por entre modos de vida e de elevar-se em dignidade, não só pessoal como colectiva. A não cega obediência a uma lei universal não implica a anulação desta, mas, sim, a aplicação de uma outra lei, a lei da liberdade, que testemunha a inteligência e a capacidade de julgar, e, pela capacidade de acção, de executar o deliberado.

Até nos animais se manifesta o apoio-mútuo, a ajuda mútua. No homem tudo isso se torna consciente, e se os animais não podem ultrapassar os limites formais nem vencer os obstáculos opostos pelo emprêgo de meios hábeis para demover o que lhe impede a marcha ascencional, por carência intrínseca, o homem pode, porque é munido da mente, que lhe permite escolher, pesar e medir possibilidades, preferir e preterir, dar uma direcção aos seus actos e inibir-se por sua própria escolha.

Pois bem, aquêles que não são capazes de desviar seus ímpetos e de escolher entre a escravidão a um desejo, a um apetite, e a liberdade de escolha e de acção, não são fortes, não são os mais elevados exemplares da raça humana, mas fracos móveis de apetites irracionais. Grande é aquêle que é capaz de erguer o gládio poderoso e não deixar que êle se abata sôbre a cabeça do vencido. Grande é o que vence em si o ímpeto de domínio, de opressão, e reconhece o que é de direito (do que é conveniente à natureza dinâmicamente considerada de cada um de seus semelhantes), e procede com justiça, dando a cada um o que é de seu direito. Só assim o homem se afirma em tôda a sua grandeza. Podem muitos, de espírito obnubilados pelos sofismas filosóficos e políticos, julgar grande o poderoso opressor de seus irmãos. Mas essa grandeza é miséria e falsidade, porque é injusta, e ofende a plenitude do acto humano, cuja realização completa é o único ideal que pode erguer o homem em dignidade, e torná-lo realmente não um senhor do mundo, mas um criador de grandeza e não de mesquinhez.

Não resta dúvida que os apetites humanos, da ordem da sensibilidade e da afectividade, viciam a intelectuali-

dade humana, e levam-no ao acto vicioso. Mas tudo isso é fraqueza e submissão ao que é animal em nós, e não ao que é humano. É por amor e respeito ao humano que o homem deve superar seus apetites inferiores e realizar-se plenamente. Precisamos salvar o homem e não perdê-lo. Não temos mais oportunidade de descer a escala e animalizarmo-nos. Ou nos afirmamos como homens, ou pereceremos numa guerra de todos contra todos. A salvação humana é também colectiva, portanto.

A LUTA CONTRA O PODER

O ímpeto de poder **(kratos)** é avassalante, e tende a centralizar em suas mãos todo o movimento social e a subjugar as vontades livres. Tenta reunir em tôrno de si todo poder, e quer justificá-lo com a religião.

Veja-se a formação do Cristianismo, um movimento religioso, mas também social, um movimento revolucionário contra os fundamentos do Estado romano, que pregava a igualdade de todos ante Deus. A perseguição, que sofreu dos césares, era compreensível. Tentaram aniquilá-lo pela violência, porque se opunha à violência organizada. O Cristianismo foi uma doutrina libertária de afirmação da dignidade humana e de amor entre os homens. Tôda e qualquer modificação em suas linhas fundamentais é uma violentação covarde de sua pureza doutrinária. Os cristãos primitivos propugnavam a reunião de homens em assembléias **(ecclesia)**, em conselhos, nos quais todos dariam o melhor de seus esforços pelo bem comum. Não pregaram os cristãos a submissão ao Estado divinizado pelos césares, mas o apoio-mútuo, a cooperação e o amor entre todos. E foi tão forte o seu movimento, e tal o seu prestígio entre as massas, que Constantino, ao sentir vacilar em suas mãos o poder, não teve outro caminho senão aproximar-se dos cristãos e **legalizá-los** para garantir o poder de Roma, que se desfazia ante as oposições externas e a desagregação interna. O Cristianismo foi, em seus primórdios, anti-estatal, muito embora Paulo aconselhasse o contrário. Não se diga, porém, que fôra apenas contra o Estado romano, mas contra tôda brutalidade organizada sob o nome de Estado. Se cristãos, posteriormente, passaram a justificar o Estado, é outra coisa, sôbre a qual nos demoraremos em breve. Se Santo Agostinho, na "Cidade de Deus", pregou a unidade, fê-lo porque as fôrças

opostas em Roma, que pugnavam entre si, ameaçavam a destruição de tudo. Teve de ceder ante a necessidade de um poder unitário, que reunisse as fôrças dispersas e opostas, a fim de que elas tendessem para fins superiores. Queremos fazer justiça a Santo Agostinho, não, contudo, julgar que a única maneira de os homens conviverem seja pela brutalidade organizada. É mister uma ordem que una, um **consensus** que realize a harmonia, mas daí afirmar que o único modo de unir é a fôrça, não o diremos, nem o disse Santo Agostinho. O Estado, como a sociedade politicamente organizada (no bom e justo sentido de **política**), na qual todos, todos sem excepção, tenham uma parcela de responsabilidade e de actividade referente aos interêsses do todo, é algo muito distinto ao Estado abstracto, separado da sociedade, o Estado organismo à parte, omnipotente e cruel. A sociedade humana precisa de uma ordem, mas uma ordem em que todos participem, e não uma ordem em que alguns a instauram, para dela, depois, usufruir proventos à custa de seus semelhantes.

Ninguém de boa mente iria negar a necessidade de uma normal harmonizadora das oposições e antagonismos naturais entre os homens, mas daí julgar que a única maneira de enfrentar tais antagonismos e tais oposições é o uso da violência organizada sob o nome de lei, há uma distância muito grande.

O que Santo Agostinho pregou foi a necessidade do **consensus** religioso, da direcção da idéia cristã para unir os homens, a instauração da cidade de Deus, e não da cidade dos homens, a cidadela da violência. É verdade que êle aceitou o império das nossas contingências, e compreendeu a inevitabilidade de certos males necessários. Mas êses males não são absolutamente necessários, mas relativamente, ou seja, hipotèticamente necessários, pois decorrem da seqüência de acontecimentos que são contingentes. Dadas as condições do homem de então, a guerra, a peste, a fome eram inevitáveis, mas relativamente inevitáveis. Agostinho não disse que um fatalismo absoluto regia a nossa condição, mas apenas apontou ao que, segundo a visão da realidade de sua época, era inevitável ao homem.

Cabe ao homem vencer suas deficiências, porque é também da sua condição poder superar-se, e superar as

fraquezas que o tornam tão deficitário. No entanto, naquela época de degradação, era impossível. E para muitos é impossível hoje, para outros o será sempre. Jamais acreditam que o homem tem tesouros imensos a actualizar. Muitos só vêem em nós a fraqueza, a miséria, a impotência anelante de poder, a bêsta furiosa que se rebela com os obstáculos, e não quer ver em nós os impulsos benevolentes e constructivos, que também nos animam, o amor que guardamos latente em nosso ser, cuja actualização é sempre possível e tão dependente de nós mesmos.

Podemos examinar os primórdios do Cristianismo no ocidente, como o início do período teocrático do nosso ciclo cultural. Em tôrno do novo ideal, juntavam-se os tipos correspondentes ao teocrático, ao hierático e ao aretocrático.

A acentuada decadência da Roma Imperial, em que as disposições prévias corruptivas emergiam activas, ameaçando tragar, no turbilhão das disputas, o império que se havia estabelecido no mundo de então, prenunciava uma derrocada geral e a ameaça de abismar-se a humanidade outra vez na barbérie. As paixões despertadas, o desenfreamento das ambições desmedidas de dominadores de ocasião, de heróis transeuntes e ocasionais, a derrocada econômica e a revolta das províncias dominadas, que aspiravam a libertar-se do jugo dos poderosos, açuladas por outros tantos ambiciosos de mando, a degenerescência acentuada dos costumes e a falta de fé nos destinos de Roma, faziam ver aos olhos dos homens virtuosos e ainda sãos que só havia dois caminhos a seguir: ou tomar o rumo do estoicismo, da indiferença, da **apátheia**, ou, então, entregar-se à nova fé que surgia, a boa nova que enunciava um novo reino de paz e de amor, o Cristianismo, que vencera já a oposição violenta e a propaganda infame dos adversários. A nova assembléia dos homens virtuosos, a **santa ecclesia**, era a única fôrça capaz de conter a ameaça dos bárbaros e a degenerescência total, e dar ao combalido império a unidade desejada, única, aos olhos de muitos, capaz de assegurar a paz a que sempre aspirou o homem, já saciado de sangue.

Compreenderam muitos, e com grande senso de realismo político, que só a nova fé era capaz de assegurar a unidade ameaçada. Sem dúvida, ao Cristianismo nascen-

te se aproximaram muitos que não viram ali senão um meio mais apto de assegurar as bases sólidas de um novo poder. Não era de admirar que, nessas assembléias (**ecclesias**), ingressassem muitos, cujos verdadeiros intuitos eram mais de aumento de poder do que a aceitação pura e simples de uma nova fé sincera. A unificação das **ecclesias** passou aos olhos de muitos como o primeiro estágio da unidade romana e do mundo até então sujeito a Roma, as províncias. Não espanta que houvesse aí variedade de intenções: a dos que desejavam apenas unir os cristãos, para tornar mais poderosa a fé, e que eram os crentes sinceros e leais, e a dos que consideravam que essa unidade seria o esteio de suas manobras de domínio político. Portanto, não é de espantar que, no seio das igrejas, uma heterogeneidade de intenções, entre êsses extremos, formasse a variedade dos cristãos, no que se referia à maneira de visualizar a situação histórica que viviam.

De início, cada **ecclesia** tinha a sua autonomia e até maneiras muito várias de considerar a nova fé. Já nessa época tôda a variedade que posteriormente iria mostrar o Cristianismo nas diversas heresias, e, na Reforma, a eclosão das seitas protestantes, já eram visíveis nas **ecclesias**, que variavam entre si na maneira de considerar os temas, não só teológicos, como até os filosóficos, os religiosos, etc. Os concílios ecumênicos, que eram a reunião geral das igrejas (**ecclesias**) eram estabelecidos para resolver os problemas de fé. Com o Concílio de Nicéia, inicia-se a luta pela unificação, e Constantino, sentindo no Cristianismo uma fôrça positiva, capaz de lhe assegurar as bases para sustentar o seu poder, tudo envidou para conseguir a unificação entre os ortodoxos e arrianos, cuja disputa criava, além de outras tendências, um impecilho à unificação.

Mas o período teocrático teria em Gregório VII (1073--1085) a era da "igreja triunfante". É verdade que o papado sempre desejou garantir o poder espiritual, deixando o poder temporal aos elementos pròpriamente políticos, mas tudo fêz, sobretudo, com Gregório VII, para manter uma subordinação do poder temporal ao poder do papado, no intuito de conseguir, assim, a unidade do mundo cristão, que seria o caminho indicado ptra a obtenção da paz sempre aspirada e nunca obtida pelo ser humano. Negar-se que havia aí uma forte aspiração ao poder, seria negar uma realidade psicológica humana, da qual nenhum ser, nem o mais virtuoso homem do mundo, está isento, embora possa vencê-lo, dominá-lo e não sofrer a sua determinação fatal. Mais poder ainda teve Inocêncio III, êsse outro grande papa, que se impôs enérgico ante os nobres, que aspiravam a todo poder. Era o poder espiritual sobrepujando o temporal, era o teocrata lutando contra o nascente poder da aristocracia. Imensa foi a sua luta. Seria imenso descrevê-la, mas tememos, em face do que registra a História, sermos justos, já que as maneiras diversas de estudar a vida dêsse grande homem não favorecem um julgamento seguro. Que os grandes homens da Igreja tenham errado não é de admirar, porque eram homens, e seria ingenuidade julgá-los infalíveis. Mesmo a crença na infalibilidade papal é restrita, porque só em determinados momentos, e segundo muito especiais condições, é ela assegurada. Também ela se refere a um campo bem restrito, e não tão amplo como querem fazer crer os inimigos da Igreja Católica. Jamais esta, por seus homens mais eminentes, consideraram que tudo quanto sai do seu seio seja a expressão perfeita da verdade. Também aceita aí o engano, o êrro e as misérias da inteligência humana, e o malôgro de muitas intenções boas.

Referindo-se a si mesmo, disse Inocêncio III uma vez: "Não tenho ócio algum para ocupar-me de coisas supraterrenas; apenas encontro tempo para respirar. É terrível, tenho de viver tanto para os outros, que me tornei um estranho para mim mesmo."

Conta a lenda cristã que de tôdas as tentações de Satanás à natureza humana de Cristo, a mais forte foi a oferta de poder que o Tentador lhe fêz. "Tu serás o dominador de todos os povos da Terra, e reinarás sôbre tôdas as nações." Sabia Satanás que não havia mais terrível tentação do que esta, e deixou-a, por isso, para apresentá-la em último lugar, certo que ainda venceria a natureza humana de Cristo, embora soubesse que não poderia vencer a natureza divina.

Por sermos impotentes, desejamos a potência, e realmente todo o existir finito revela um anseio de mais, o **mehrwollen** de que falava Nietzsche, que é o anelo do mais,

Die Wille zur Macht, a vontade para poder, que em têrmos mais filosóficos seria **vontade de potência**, pois, por sua generalidade, inclui, no seu âmbito conceitual, tôdas as manifestações de poder.

Mas há poder e poder. Há um poder, cuja obtenção se faz por relações sociais positivas, e outro poder que se obtém por relações sociais negativas. O poder do que sabe, do que se esforça pelo conhecimento, do que empreende pelos próprios esforços erguer-se de uma situação inferior para outra superior, sem nada tirar dos outros, é o realizador de relações sociais positivas. Mas aquêle, cujo poder é a limitação da liberdade alheia, a restricção ao seu direito, é producto de relações sociais negativas, portanto vituperáveis; êste é o poder que infama e indigna.

Satã é o senhor do mundo, é a encarnação do mando. E sabia êle quão forte era a sua tentação à natureza humana de Cristo. Mas êste soube vencê-lo, e desprezou o poder que o Tentador lhe oferecia, e deu, assim, no campo religioso, o exemplo salvador. Tôda a vida humana de Cristo é um exemplo para demonstrar ao homem como pode êste erguer-se de tôda vileza, de tôda fraqueza, de tôda impotência, para afirmar a fôrça extraordinária de seu espírito. E aquêles que lutam pela verdadeira libertação do homem, que é a libertação de suas mesquinhas paixões, que viciam o seu **acto humano**, impedindo-lhe a plenitude de sua realização, vêem em Cristo o exemplo do que venceu. Venceu as tentações das riquezas, dos prazeres e do poder político, venceu os falsos sábios, os eruditos fariseus, denunciando a moeda falsa da cultura arrotada do alto das cátedras, confundiu os pseudo-sábios com argumentos simples, mas decisivos, enfrentou Roma com dignidade, sem dobrar a espinha ante os poderosos, sofreu a afronta dos corruptores sem lhes dar sequer o valor de odiá-los, sofreu as torturas do corpo com firmeza. Perdoou os que erraram, e a todos prometeu que não era tão pesada a cruz que êle oferecia aos homens, porque não exigia da nossa fraqueza façanhas de deuses, mas apenas façanhas humanas. Suas palavras de consolação não foram nunca um opiático para amortecer os rancores, mas sim para indicar o verdadeiro caminho, o de amar ao próximo como a si mesmo, e ajudá-lo a levar a sua cruz; em suma, a cooperação, a mais prática das virtudes cristãs.

Não é, pois, de admirar que tantos, vindos de tantos sectôres, reivindiquem Cristo para o seu lado. Tolstoi viu nêle o mais perfeito exemplo do libertário. Cristo jamais pregou a opressão, jamais pregou a escravidão, jamais pregou a separação das raças, nem da dos povos. Apenas pregou a paz entre os homens de boa vontade, unidos todos nêle, no pensamento da sua grande façanha, aquela que superava tôdas as façanhas, e salvara o homem pelo exemplo do homem, vencendo as suas fraquezas.

Sua palavra foi sempre de luta contra o poder, a ponto de negar-se a tocar numa moeda, o símbolo mais efectivo do poder. Nada quis, dêste mundo, senão perdoar, ajudar os fracos, levantar os combalidos, consolar os sofredores, auxiliar os que precisam de auxílio. Apenas pregou êle amor a Deus, ao Ser Supremo, amor ao homem com o mesmo amor que êle havia amado a todos, e o apoio mútuo, a cooperação entre os homens, que é a base da paz, e, sobretudo, a **boa-vontade**, ou seja, a vontade sã, vontade limpa das paixões, a vontade que se manifesta na plenitude do **acto-humano.** Jamais pregou ao homem algo que o homem não pudesse realizar. Continha o homem em si algo que o superava, e êle veio para afirmar essa superação, dando-lhe o exemplo.

Portanto, nada mais estranho ao verdadeiro e genuíno sentido do Cristianismo, que o poder opressor, e se cristãos oprimiram, se cristãos mataram e torturaram irmãos, se cristãos destruiram a paz, todos êles pecaram, também êles ofenderam as leis de Cristo e seus ensinamentos. Não se acuse o Cristianismo dos erros de cristãos, como não se pode acusar a instituição da família porque há lares corruptos. Quem peca é o pecador, e não as suas idéias. Não se diga que o socialismo está refutado, porque os socialistas erraram, mentiram e denigriram o homem. Podem ter malogrado todos os socialistas, sem que o tenha o socialismo, como poderiam ter malogrado todos os cristãos, sem que o Cristianismo deixasse de ser a mais profunda verdade.

Cristo foi o arauto da superação humana. O homem pode superar a si mesmo, porque o homem é o ser que supera a si mesmo. Mas superar não é transformar a natureza somático-psíquica do homem, a conjunção de cor-

po e mente. Superar não é deixar de ser o que é para ser outra coisa. Superar é realizar o **super**, o **sôbre**, o além de... É elevar-se na escala das suas possibilidades perfectivas; ou seja, em suas positividades; é diminuir suas carências e suas deficiências, é encher o vazio com positividades, é estimular a si mesmo a realizar o que parecia difícil e até impossível, é alcançar o alvo que parecia distante e inatingível. Ao homem não resta mais o caminho da reversão animal, e aquêles que o tentam ou o que o percorrem, demitem-se da humanidade e descem a escala. Quando Nietzsche combatia com tanta virilidade o Cristianismo, o que êle combatia era a caricatura que muitos fizeram da mais alta realização humana. Nietzsche via em Cristo apenas o sofredor, o fraco compadecido do sofrimento, o propugnador da compaixão para os que sofrem. Nietzsche não o havia entendido, nem a palavra de Cristo soara ante a sua consciência com o verdadeiro sentido que ela trazia. No entanto, em Nietzsche, Cristo velava em seu subconsciente, e a tal ponto que em sua loucura pôs-se a adorar o crucifixo, o crucifixo que êle partira, que êle destruíra, que êle ofendera e maculara. Hoje, a revisão que se faz da obra daquele que a muitos e até a si mesmo em sua loucura, que antecedera à loucura posterior, permite que se compreenda que era êle mais cristão do que julgava, e que suas doutrinas eram mais positivas em favor do bom sentido cristão que à primeira vista parecia. Não é de admirar hoje que conspícuos homens da Igreja peçam a revisão da obra de Nietzsche, pois nela se encontram lampejos geniais de um verdadeiro Cristianismo, que êle infelizmente não compreendera. Quando há vinte anos atrás escrevíamos defendendo tais idéias, e reivindicando o pensamento de Nietzsche para o cristianismo verdadeiro, e procurando isentá-lo da falsificação que os nazistas, com a cumplicidade de sua irmã, haviam feito de sua obra, para que ela servisse de esteio às suas idéias, muitos intelectuais se opuseram às nossas palavras, muitos nos acusaram de êrro, êstes mesmos que se calam quando Slechta vem a público trazer as provas da falsificação, vinte anos depois, e afirmar, hoje, o que afirmávamos então. Nós, porém, somos brasileiros, não alemães... e os colonialistas passivos têm sempre a mesma lógica.

Pois bem, a doutrina do super-homem (**Übermensch**) não afirma uma transformação do homem no sentido filosófico do têrmo; ou seja, que o homem, com a forma que tem, deixasse de ser o que é para ser outra coisa, ou que o homem, como êle é hoje, fôsse apenas a matéria para uma nova informação, como uma massa de barro pode ser informada, ora pela forma de um vaso, e, depois de amassada, tomar a forma de uma panela. Se em algumas passagens da obra do solitário de Sils-Maria há trechos pouco claros, que podem levar a tais conclusões, debite-se à certa fraqueza filosófica do autor, pois era êle incipiente em muitos pontos, e insipiente em muitos mais. Mas o que vale aí é a intenção. Êste homem é a ponte do super-homem, é o fio que liga o animal ao super-homem. Êste é uma superação não só da animalidade, como da actual hominilidade. Mas tal estágio não significava que negássemos em nós o que em nós é fundamental. Tôdas as vêzes em que tratou dêste tema sempre afirmou a mesma coisa. Nietzsche não era um nihilista em relação ao homem, não queria aniquilar o que somos hoje para sermos o que devêramos ser amanhã. Apenas afirmava que em nós estava o germe do super-homem, o germe de nossa superação, mas sem trairmos a nós mesmos, sem demitirmo-nos do que somos. Queria-nos mais fortes, mais poderosos no saber e na virtude. Tôda a sua obra é uma promessa de alcançar um nível de plenitude do acto humano, equilibrado, eficiente e liberto das paixões que o viciam. Também êle jamais pactuou com o poder político. Denunciou-o sem dó. Dizia no "Crepúsculo dos Deuses":

"Ninguém pode dar mais do que tem: isto se aplica ao indivíduo como se aplica aos povos. Se se entrega alguém ao poder, à grande política, à economia, ao tráfico mundial, ao parlamentarismo, aos interêsses militares: se se entrega tanto de razão, de seriedade, de vontade, de auto-superação, o que há dêste lado, falta, então, do outro. A cultura e o Estado — não cabe enganar-se neste ponto — são antagônicos: "Estado cultural" é só uma idéia moderna. Um vive do outro, um prospera à custa do outro. Tôdas as grandes épocas da cultura são tempos de decadência política; o que é grande no sentido da cultura, é apolítico, melhor ainda, antipolítico."

Dizia êle no "Assim Falava Zaratustra" que "ali onde termina o Estado, começa o super-homem.".

Mas era preciso lançar a calúnia sôbre a doutrina de Nietzsche. E ninguém mais favoreceu a calúnia que os próprios nazistas e fascistas que **transformaram-no** em seu precursor. Dêste modo, era fácil despertar a desconfiança sôbre as suas idéias, e acomodar esquematismos intencionais que favoreceriam as assimilações desejadas. No entanto, sua obra era realmente positiva e nobre, e genuinamente cristã em muitos aspectos.

Sempre houve, e haverá ainda por algum tempo, os que se iludem com a política no sentido em que sempre foi ela realizada. Muitos ainda acreditam que devemos delegar poderes aos outros para fazer o que nos caberia fazer. Ninguém vai delegar poderes a outro para beber a água que lhe matará a sêde, nem para que estude por si, nem para que se case realmente por si. No entanto, julga-se que alguns sêres privilegiados, e quase sempre os mais baixos exemplares de um povo, exemplos de indivíduos corruptos e mal intencionados, sejam capazes de bem governar as coisas e os homens. Convencer-se que a coisa pública é de todos nós, e que cada um de nós tem de desempenhar um papel activo, segundo a nossa capacidade, na governança das coisas e dos homens, e não apenas ter a função de escolher entre os ruins os menos piores, quando não é possível aquilatar com justeza e com justiça o real valor de quem é escolhido, que conhecemos apenas por informações muitas vêzes falsas e intencionalmente tendenciosas, é um dos mais graves erros que têm provocado tantos males à Humanidade. E não é só isso. É que, embora a escolha seja bem feita, nós abrimos ao eleito o caminho que o poderá corromper, porque lhe damos os meios de saborear um doce e agradável veneno, que insidiosamente terminará por degenerá-lo.

Há, aqui, sugestões para muitos temas que abordaremos em breve. Como, porém, queremos permanecer no exame do que vínhamos fazendo, apenas salientaremos que não deve causar espanto, nem mesmo aos cristãos, que homens sinceros do cristianismo tivessem desbordado de seus poderes e terminassem por oprimir seus irmãos. Contudo, quem em face do exame da História, do estudo

atento e cuidadoso dos textos, não perceberá que o Cristianismo lutou sempre, não pelo poder temporal, mas pelo poder espiritual, procurando conciliar os antagonistas, evitando que golpes rasteiros da política dinástica pudessem ameaçar a paz do mundo cristão?

Veja-se o que fêz Inocêncio III, separando uniões que ameaçavam dar um imenso poder a um grupo de nações, que se atirariam, depois, à conquista das mais fracas. O apetite do poder é um apetite, e aumenta à proporção que obtém o que o satisfaz. O faminto de poder aumenta a sua fome à proporção que devora os mais fracos. Subordinando Castela o reino de León, Navarra, Portugal impedia as uniões que gerariam guerras cruéis. Quando Felipe de Suécia e Oto IV disputavam a coroa alemã, preferiu dá-la a Oto, mas logo retirou-a para dar a Frederico II. Quem conhece devidamente as razões de tôda essa política, sabe que ela tendia a evitar o predomínio de uns sôbre outros. Estava Inocêncio III isento de erros? Quem se atreveria a dizê-lo, sabendo que humano, como era, e nas circunstâncias históricas em que vivia, muitos erros eram inevitáveis? Mas a História é uma mestra da vida, e ela nos dá uma lição: o poder corrompe. Se o homem deve ter uma preocupação maior, outra não será senão a de estudar como evitar o poder político, e como substituí-lo de modo a permanecer a ordem e a paz entre todos! Se olharmos a História, podemos visualizá-la do ângulo dos que lutam pela liberdade do homem e dos que lutam por oprimi-lo e explorá-lo. E também, entre os que lutam pela liberdade, há os que pretendem substituir uma opressão por outra opressão, apenas transferem o poder de uns para outros, de uma casta para outra, de um grupo para outro, de um homem para outro homem. Contudo, sempre houve um anseio pela diminuição do poder, e o ideal democrático, que animou e anima a tantos, traz em seu bojo, inegàvelmente, muitas intenções boas, embora muitas vêzes malogradas em seus intentos e em seus resultados.

Mas o poder é também fatal para os que o adoram, como o tem sido na História, levando a cair ensangüentados muitos daqueles que semearam à sua volta apenas a violência e a brutalidade. A guilhotina francesa decepou as cabeças dos que decepavam cabeças; os pelotões

de fusilamento também fuzilaram os que mandaram fusilar; na fôrca também foram dependurados os que estrangularam vidas. Também o adorador do poder é uma vítima do poder, porque os interêsses que cria acabam por dominá-lo e transformá-lo num títere. Quase todos os césares romanos caíram sob o punhal vingador, quase todos os czares tombaram assassinados.

Demonstra o estudo dos povos germânicos que êstes, antes da dominação romana, e enquanto puderam permanecer infensos aos esquematismos de poder do povo do Tibre, viviam em sociedades fundadas no apoio-mútuo, na cooperação, não ideal, é certo, pois conservavam ainda a escravidão dos vencidos, mas num grau de mutualidade muito elevado. Foram homens como Marbod e Armínio, educados já pelos romanos, que trouxeram para as suas terras os métodos de dominar os povos e disputaram entre si, numa sangrenta luta, não a liberdade da sua gente, mas como dar a ela um só senhor. Não queriam ser apenas o chefe de sua tribo, mas os reis de tôdas as tribos germânicas.

A vitória de Teutoburgo, em que Armínio derrotou as divisões de Varo, foi um producto da traição, pois o romano confiava na lealdade do germânico, e não se preocupou com as denúncias que lhe faziam. Caiu, assim, na emboscada que lhe armou aquêle que recebera do romano o título de cidadão de Roma. Mas se Armínio foi um hipócrita, não são culpadas as tribos qua ali lutaram contra o invasor. Elas eram levadas pelo desejo de manter a sua independência e a sua liberdade, mas inconscientemente trabalhavam em favor do cesariocrata que surgia. Armínio não enfrentou o adversário com hombridade, com a hombridade com que seus viris soldados iam para a luta. Ao contrário, usou da hipocrisia, da astúcia infame, para obter o poder desejado. São assim os famintos de poder. Todos os meios são justos, desde que lhes assegurem a conquista do pôsto desejado. E em tôdas as épocas sempre houve os que justificaram os meios pelos fins. Mas o fim é ignóbil, o fim é a opressão e a exploração do seu semelhante. Nenhum meio, mesmo que não estivesse eivado de vitupério, seria digno. Há hoje muitos que proclamam que lutam por fins justos, como

certos socialistas, que afirmam lutar pela libertação dos trabalhadores, através da formação do mais hediondo e brutal poder de coacção. Êsses fins não justificariam jamais quaisquer meios, porque são êles ignóbeis também. É verdade que èticamente jamais os fins justificam os meios, mas se o fim pelo menos é justo, há uma atenuante para certos meios, não todos. Jamais, porém, uma palavra, uma frase é a reproducção fiel do fim. Não basta dizer que o fim é a libertação humana, para que realmente o fim a ser alcançado seja essa libertação. É mister ser ela real e possível, e que os meios sejam realmente caminhos para alcançá-la. Jamais a brutalidade do poder organizado despòticamente gerou a liberdade. Nunca tal aconteceu na História, nem poderia acontecer, porque é ontològicamente falso. Para que o poder coactivo gere a liberdade é mister destruir o poder coactivo, ou melhor, não é êste que gera a liberdade, é a libertação que a gera, é preciso libertar-se daquele poder, para que se gere a liberdade. Assim, sòmente a prática da liberdade torna a liberdade prática.

Não há sector onde o homem se tenha esmerado mais nos golpes sujos, que na política. "A política é coisa suja..." é uma frase que se pronuncia em todo o mundo, e a História o confirma. A que é narrada é a dos políticos, e onde não há política não há História, como se os grandes factos da humanidade estivessem fora daquela. Queremos, naturalmente, nos referir à que se propaga nas escolas. A História oficializada pelos programas governamentais, que exalta sòmente feitos de guerreiros e políticos, brutos e sujos, e não a dos verdadeiros exemplos de grandeza e de dignidade humana.2 Fala-se mais nos livros de História de um fantoche como Napoleão III, e cita-se brevemente um Pasteur, que construiu mais factos importantes para a humanidade que o "herói" de Sédan. Um Napoleão Bonaparte enche mais páginas que um Goethe, ou um Beethoven, como se para a humanidade fôsse êle mais importante. Ainda não se contou bem a História para os jovens, mas um dia se fará. Será aquela em que os grandes santos, os grandes constructores de idéias, e de novas formas de vida passarão para a primeira plana e os "heróis" de heroicidade caricata, e os sujos politiqueiros passarão a ter o lugar que realmente merecem.

Muitos, ingênuamente, podem julgar que, no alto pôsto de uma Nação, esteja um homem à altura da sua função. Pois não conseguiu êle atingir a suprema magistratura? Mas quem é êle senão muitas vêzes um aventureiro afortunado, manhoso e cheio de astúcias, que não trepidou em usar tôda a gama da demagogia para enganar os incautos e incipientes, que são a maioria? Que péssima visão teríamos de Roma se pensarmos que seus césares representavam o máximo que aquêle povo podia dar ao mundo. Note-se com que desembaraço e inconsciência, homens dessa espécie, põem em jôgo os destinos de um povo, perturbando sua vida econômica, por acção de seus desmandos políticos, porque ainda veremos, e com cópia de factos, que a política dirige mais a economia que a economia a política, com perdão dos senhores materialistas históricos, que têm nos exemplos do seu socialismo a confirmação mais cabal desta tese.

Que espetáculo mais triste para o homem que o caudilhismo, o verem-se multidões seguirem atrás de um pseudo-herói, de um pseudo-santo, de um pseudo-guia. Compreende-se a tragédia do povo alemão, explorado e torturado pelos vencedores de 1914-1918. Graças ao plano Dawes, dos americanos, pôde-se erguer um pouco da sangria que sofria. O ódio dominava êsse povo não convicto da derrota. Uma hábil propaganda tornou gênio um cabo do exército alemão. Espanta ao mundo inteiro que um povo culto, como aquêle, terminasse acaudilhado ao mando de um louco, que levou a Alemanha à grande derrota.

Mas quem foi maior? Os que lutaram de 39 a 45, ou os que ergueram sem espalhafato e sem fanfarras, a Alemanha destruída, e das ruínas uma nação nova e poderosa, orgulho hoje da Humanidade, exemplo de trabalho, de inteligência e de esperança em si mesma? Derrotada na guerra, saiu vitoriosa na paz. Embora retalhada, coagida por todos os lados, restringida em sua acção, rompe o círculo de ferro não mais a pontas de baioneta, nem em gloriosas cargas militares, mas pelo trabalho silencioso e racional, inteligentemente dirigido, e coloca-se na primeira plana dos povos, estarrecidos ante o que resolveram chamar "milagre alemão", o maior elogio que se pode fazer a um povo que lutou quase sòzinho contra o mundo inteiro.

Qual a fôrça que realizou tal milagre? A confiança na cooperação disciplinada de todos para o bem de todos. Não foi a política, não foi a acção dos anelantes de poder, mas a vontade férrea de um povo que admitiu a derrota na guerra, não a derrota de uma nação. Um povo pode erguer-se de suas ruínas, quando uma vontade de aço o anima, e a confiança em seu amanhã é ainda palpitante.

Só um ingênuo pode acreditar na piedade religiosa de um chefe de Estado ou de um político militante, que aspira ao poder e não a uma idéia. Também são "cristianíssimos", ou como Gengis Khan, que reverenciava tôdas as crenças de seu imenso império, e dedicava-se a tôdas as práticas, segundo as circunstâncias, como ainda hoje há chefes políticos que afagam a tôdas as doutrinas, em busca, senão do apoio, pelos menos da neutralidade.

Nada mais torpe que a política desenfreada em Roma desde a luta de Mário e Cila até alcançar-se o período dos imperadores bárbaros. Pelo poder político, lutaram entre si homens da mesma classe, da mesma casta, dos mesmos interêsses econômicos. O ideal cristão de paz entre os homens, de respeito à dignidade humana, encontrou a mais completa oposição por homens que sempre traziam nos lábios palavras religiosas e citações bíblicas. E assim o foi através dos séculos até nossos dias, pois o impenitente explorador das necessidades humanas, o monopolista de um sector de abastecimento, também, quando político, pronuncia palavras religiosas, faz citações bíblicas, e invoca Cristo.

Dizia Nietzsche com tôda razão que poder e cultura são contrários, e falar-se em Estado Cultural é uma insensatez inominável.

O Estado é um obstáculo à cultura, e os políticos, sobretudo nos países subdesenvolvidos, sabem que sua ascenção depende mais da incultura que da cultura do povo. Como seria possível a débeis mentais ascenderem a postos tão elevados, se a massa dos eleitores tivesse um grau maior de cultura? Qualquer homem culto, ao ver nos altos postos mediocridades de tal monta, envergonha-se, e vê-se obrigado a silenciar, e afastar-se temeroso de um contacto que só o desmereceria. Depois, como se vê no mun-

do de hoje, como homens de dignidade se prestariam ao papel de propagandistas de sua própria candidatura, tendo que usar os meios que se empregam, e adularem as massas incultas com adjectivos pomposos? Como misturar-se com homens de certa espécie e usar tais práticas? Pode-se acaso conceber um Pasteur, um Schweitzer, um São Francisco de Assis numa tribuna de comício a anunciar as suas virtudes? E que conhece a massa dos eleitores incultos dos homens de real valor de uma nação? Não é o sistema eleitoral, usado em tantos países, o mais eficiente processo para evitar os dignos, e abrir às escâncaras as portas aos mais astuciosos?

Os chamados meios legais de ascender ao poder obedecem ao critério dos homens gulosos de poder. A prática empregada é proporcionada a estômagos também especiais. O caminho é de tal modo preparado, que só o podem trilhar tipos adequados a êle, pois repugnaria aos outros. Os métodos políticos vigentes são os mais próprios para realizar uma selecção do pior.

E nos períodos em que é mais poderoso o Estado, tudo quanto de grande se faz, é precisamente, como o dizia Nietzsche, apolítico e até antipolítico.

A cultura humana não parte do Estado, mas êste se assenhoreia dela para dirigi-la segundo os seus interêsses. Todo Estado político, quer teocrático, quer aristocrático, quer do empresário utilitário (democrático), quer cesariocrático aspira à uniformidade cultural, e busca impô-la com maior ou menor energia, alcançando a máxima brutalidade na cesariocracia. A orientação é a mesma apesar das "diferenças dos factôres econômicos"; todos os Estados actuam do mesmo modo.

Uniforme — é o desejo supremo do Estado, que, se pudesse uniformizaria todos os homens, até na indumentária. Nos períodos de domínio teocrático-aristocrático, ofender aos princípios aceitos é blasfemar contra a divindade, e a pena é a liquidação do blasfemador. Nos estágios de domínio aristocrático-democrático o que dissente é "traidor", e deve ser punido, aniquilado; nos estágios democrático-cesariocráticos sobretudo no domínio dêste, quem dissente é "contra-revolucionário, é reaccionário, é

inimigo do povo", porque todos os cesariocratas, no poder, gozam de grande popularidade, porque sabem usar do poder demagògicamente para aumentar o prestígio junto às massas, que terminam por decepcionarem-se, tornarem-se descrentes do poder carismático do césar, desiludirem-se dêste para iludirem-se com o próximo que terá o mesmo destino. Então, nessas fases, o que se apõe é o blasfemo contra a divindade do Estado ou da nova Ideologia, e deve ser aniquilado também. Não há outro refrão na História; é a repetição constante da mesma brutalidade e da mesma falta de imaginação. Todos os períodos, apesar da variância dos factôres econômicos, são sempre os mesmos: os dominadores do poder desejam aniquilar com a máxima rapidez e violência todos aquêles que dissentem da sua orientação.

Já dizia o grande Lau-Tseu, o libertário da cultura chinesa:

"Dirigir a comunidade é, segundo a experiência, impossível; a comunidade é colaboração de fôrças e, como tal, segundo o pensamento, não se deixa dirigir pela fôrça de um indivíduo. Ordená-la é arrancá-la da ordem; fortalecê-la, é perturbá-la. Pois a acção do indivíduo muda; aqui, ela prossegue; ali, cede; aqui mostra calor, ali frio; aqui emprega a fôrça, ali mostra fraqueza; aqui actividade, ali sossêgo. Portanto, o perfeito evita o prazer do mando, evita o atractivo do poder, evita o brilho do poder" (do livro **Tau-Te-King**, "O Livro do Caminho" **(tau)**.

Nem um indivíduo, nem um grupo apenas pode dirigir uma colectividade com proveito. A verdadeira organização da sociedade só pode ser aquela em que todos participam da direcção (a pantarquia), em que **o poder, por ser de todos, não é de ninguém**, em que o Estado é a própria sociedade politicamente organizada, na qual, desde a família se formam os conselhos administrativos até alcançar, pelo quarteirão, o bairro, a cidade, a região, o país, como ainda veremos, e que é o único meio de permitir a selecção mais cuidadosa e evitar a ascenção do demagogo e do incompetente adinheirado, que compra votos. O Estado, como o temos na História, é a falsidade organizada, como o mostrava Nietzsche, é a mentira orga-

nizada, chame-se o que quiser, teocrático, aristocrático, democrático, cesariocrático (popular, democracia popular, ditadura do proletariado (!), fascismo, nazismo, justicialismo, desenvolvimentismo, o nome pouco importa). Porque sempre é organizado para servir grupos, minorias reduzidas, usufructuárias do poder, combatidas por outras minorias, também desejosas do mando e da exploração estatal. Servem-lhe todos os ambiciosos de mando, todos os fracos de espírito, que se submetem mansamente ao seu poder, que o incensam e adulam como a nova divindade. Em tôda história, os adoradores do Estado, os estatólatras, organizaram cultos especiais ao deus supremo dos ambiciosos de mando, os falsos religiosos, os falsos crentes, os falsos idealistas, os falsos amigos do povo. Tudo é falso no Estado, inclusive "os dentes com que morde são falsos e falsos são também os seus intestinos" (Nietzsche).

Os eternos exploradores do homem fundam sua doutrina do Estado na "natureza má do homem", como se êste apenas fôsse movido por impulsos malevolentes. O homem sôlto, sem o Estado, é o lôbo do lôbo, e impossível seria conviverem uns com os outros. Para evitar a bestialização do homem, então o Estado, o salvador da Humanidade, surgiu para dar a ordem e a paz (!)

Para êsses cavalheiros, fora do Estado é a lei das selvas, a guerra de todos contra todos. Mas o sofisma é dos mais pobres que se conhecem, contudo perdurador e poderoso ante as consciências já perturbadas pela grande loucura embriagadora do poder político. O Estado, como o temos, é um organismo à parte da sociedade, aniquilozado e dominador, um monstro de mil tentáculos, que serve aos interêsses dos grupos dominantes, sejam quais forem.

Mas há o Estado que é a sociedade pollticamente organizada, aquêle em que todos tomam parte no poder, e não alguns privilegiados astuciosos. A sociedade politicamente organizada, funda-se em princípios éticos e estabelece a **liberdade com ética.**

O que o Estado político hoje realiza é a opressão sem ética, porque êle não tem padrões éticos senão falsos, segundo apenas seus interêsses momentâneos, porque não

há ali o respeito ao emprêgo apenas de meios honestos, já que todos os meios são justos, desde que assegurem o poder absoluto. A liberdade, que dá, é apenas a de aplaudir os poderosos senhores do poder e adulá-los, ou então a crítica que não ponha em risco a sua forma de poder. Sim, porque desde que a crítica não ponha em risco a forma de poder, ela dirige-se apenas aos eventuais detentores, e pode abrir o caminho para a ascensão de outros grupos, que desejam expulsar os primeiros para assumirem os seus postos, **em nome da liberdade e da legalidade,** palavras que afloram entusiàsticamente em seus lábios mentirosos.

O que há de bestialidade no homem e diminui na vida social, é despertado, depois, pelo próprio Estado para servir de meio de domínio para êle. Os impulsos benevolentes do homem não são considerados pelos defensores de tais teses, esquecendo-se que o homem é capaz de actos de abnegação, de sacrifício e de caridade, que superam todos os baixos instintos. O homem é capaz de grandezas impressionantes, que iluminam as páginas da vida humana.

Uma das mentiras mais difundidas no mundo é a de que o Estado tem sido um promotor de cultura, como se, sem Péricles, a Grécia não produzisse um Platão, um Sócrates e um Aristóteles. Fala-se na obra gigantesca cultural de Alexandre Magno, como na Frederico II da Prússia, mas é mentira. É mentira que Luís XIV ergueu a França culturalmente, ou Getúlio o Brasil. Tudo isso são mentiras. Outros factôres intervieram e permitiram o surgimento de tais ímpetos culturais, e sempre **apesar** do Estado, porque **apesar** do Estado a humanidade tem conhecido certos progressos. **Apesar** dos políticos nosso país tem conhecido certo desenvolvimento, porque há quem trabalha, quem se esforça, quem cria, quem organiza, quem edifica. **Apesar** do Estado, surgem producções nos campos, nas vilas, nas cidadem. **Apesar** dos embaraços constantes que os políticos criam, fomentando crises políticas, que afectam a vida econômica, o país cresce, porque há homens que conseguem, **apesar** dos obstáculos, trabalhar e produzir.

O Estado não é a Humanidade, porque os Estados passam, e a Humanidade perdura. O Estado é um accidente trágico na vida humana, fruto da ignorância e da

má fé, que permite que se organize à parte da sociedade um orgão todo-poderoso para dirigir os outros. É mister provar-se que a humanidade só pode sobreviver com essa forma de autoridade, que conhecemos, e não outra. E sôbre isto discutiremos ainda (1).

O Estado só favorece as formas de cultura, que assegurem a sua continuidade e fortalecimento, e não ponham em risco a sua sobrevivência.

No despotismo que conhecemos entre os asiáticos, todo poder é dado ao soberano, cujas decisões são indiscutíveis, porque é êle de "origem divina". Todos os déspotas orientais afirmaram que "deus os assistia", e todos os déspotas, de tôdas as eras, sempre afirmaram que, atrás de si, há o poder da lei que rege o cosmos, ou divina ou não (fatalidade histórica, determinismo histórico, ou, então, encarnação da divindade). O Estado, dêste modo, sempre mentiu, sempre mente, porque todos os seus possuidores sabem também que é mentira o que afirmam, e não se pejam de mentir. Que o poder tenha sido cedido pelo povo a alguns eleitos, como o prega a democracia, também é outra mentira, porque não há essa delegação de poder. Se alguém admite que outro pode exercer o poder sôbre si, não delegou o poder, mas **cedeu-o.** Há cessão e não delegação. O poder é inerente ao ser na proporção da sua positividade e perfectibilidade. Ninguém pode realmente ceder o poder, como não pode ceder a vida. Essa **cessão** aí é capitulação, é acaudilhamento, é submissão, é colocar-se sob o domínio de outro, é subordinação de poder e nada mais.

Não queremos, com estas palavras, afirmar que a sociedade humana pode viver sem uma ordem. Mas quem é tão insensato para pensar que só há ordem imposta pela fôrça? E que o único modo de se estabelecer a ordem é dar a alguns o **direito** de usar o poder e usufruí-lo mais em seu benefício e de seus partidários, que em benefício da colectividade? Alguns afirmam que o Estado é um mal, mas é um mal necessário. Mas, qual a prova dessa necessidade e, ademais, de que necessidade se trata: da hipotética ou da absoluta? A necessidade do que acontece, em relação às suas causas, é evidente, mas é uma necessidade hipotética, porque o que acontece é contingente. Quem iria atribuir ao Estado a necessidade absoluta, e negar a sua contingência histórica? Ademais seria um grave êrro julgar que a forma, como se apresenta o Estado, é a única possível, e que representa a única saída para a convivência humana, e que o homem não seja capaz de viver outras formas melhores, em que "o pêso da responsabilidade social" caia sôbre os ombros de todos e não apenas sôbre os ombros de alguns, os corifeus do mando político, que "se sacrificam" em bem da colectividade. Ninguém provou apodìticamente tais teses, mas sim argumentaram sempre com sofismas, que iremos destruir e mostrar o seu pecado lógico, dialéctico e ontológico, doa a quem doer. A tendência normal do poder (**kratos político**) é diminuir os direitos da colectividade e dos componentes desta, em nome de um pretenso direito da totalidade. Sempre, na sociedade, instala-se a luta contra a autoridade e a liberdade, dois pólos que condensam os interêsses sociais e individuais.

(1) Referimo-nos aqui ao Estado monopolizador de poder, não ao Estado das democracias directas, que é já a sociedade polìticamente organizada, **o Estado de todos para todos, e de ninguém.**

A liberdade também não realiza **cessões**, porque é ela indivisível.

É mister que antes se clareasse o sentido de **cessão.** Ceder é desistir de alguma coisa em favor de alguém. Quem cede, deixa de ter algo, no grau de sua cessão. Se se admitir que ceder é **conceder**, ceder com, admitir, aceitar em outro um poder sem perdê-lo, sem diminuí-lo, seria outra coisa. Contudo, não é assim que é concebido. O Estado não quer êsse tipo de cessão, mas aquêle, porque não quer dar senão um hipotético direito ao cedente de reaver o direito cedido. Dizer-se que cabe aos que elegem o direito de cedem, e retomar, é mentira, porque não retomam o poder cedido, mas sim, e apenas, o direito de transferi-lo para outro.

O verdadeiro direito não é aquêle que apenas está escrito na lei, mas aquêle que é exercido pràticamente. Todos os cesariocratas afirmam que o povo cede-lhes o poder, e também a liberdade, **libertando-se do fardo da responsabilidade**, para que outro leve em seus ombros a **cruz do sacrifício** da função política, como é a linguagem de todos os ditadores. Mentem, e mentem despudoradamente. **A liberdade** é respeitada enquanto não põe em

risco os interêsses dos dominadores. Pois, como bem o diz Rocker, se não fôsse assim, porque erguem tanto os opositores as suas vozes clamando pelo respeito à constituição e à inviolabilidade dos direitos ameaçados sempre pelos dominadores eventuais?

Observe-se a acção do Estado, mesmo quando se proclama democrático, sem, na verdade, o ser. Quando o empresário utilitário, depois de obter o poder econômico, põe-se em acção para obter o poder político e o conquista, em tôda a sua luta, êle fala na liberdade. Qual é a liberdade que êle proclama? A de poder retirar o poder dos aristocratas e teocratas, e passar para as suas mãos. Nesse momento de conquista, êle aceita tôdas as idéias libertárias. Tolera-as, porque tôdas servem aos seus desígnios. Os que falam constantemente em liberdade preparam o advento de sua próxima vitória. Estimulam, então, todos os excessos e, sobretudo, os excessos, porque êstes são os que melhor servem aos seus interêsses. Por isso, na segunda grande revolução de todo ciclo cultural, como em tôdas as outras, fala-se, de início, na "sagrada liberdade"... de arrebatar o poder que está nas mãos dos adversários.

O empresário utilitário, pela índole fundamental da Economia, que é por natureza liberal e pacífica em sua funcionalidade, é liberal nos primeiros momentos. Instalado no poder, por seus dominadores eventuais, que servem aos seus interêsses, nos primeiros estágios, tudo empreendem para garantir e solidificar os interêsses dos novos senhores. Mas, a pouco e pouco, há uma inversão acentuada: os novos possuidores do poder exigem mais direitos em favor do Estado, e êste, a pouco e pouco, intervém na vida econômica, restringe **direitos** (ou seja, a capacidade de exercer livremente a acção econômica com seus benefícios). A tendência do Estado sempre é subjugar.

Quando a aristocracia acende ao poder, também ela é "democràticamente aristocrática". Não há aí contradição **in adjectis**, e o provamos. Nos primeiros ensaios de poder da aristocracia, os chefes são **livremente** escolhidos pelos seus pares, há eleições também livres, só que os eleitores são escolhidos apenas nos estamentos que dominam. São nobres, que elegem nobres. Os antigos

nobres aragoneses, ao coroarem o seu rei, proclamavam unissonamente na cerimônia da sagração: "Nós, que valemos tanto como vós, e que juntos valemos mais que vós, vos fazemos rei. Se respeitais nossas leis e direitos, vos obedeceremos; se não, não."

Também começam **liberalmente** entre si, mas terminam no absolutismo do chefe, ao alcançar a terceira fase dêsse período, a autocracia.

Tudo são rosas no princípio, porque os espinhos estão ocultos. Mas surgem depois, e os que livremente elegiam passam a ser subordinados e eleitos posteriormente pelo monarca. Há uma inversão. **E sempre há essa inversão.** E por quê? Porque é da natureza do poder político tender para o absolutismo.

Passemos os olhos pela História e vejamos se não foi sempre assim. Logo após a derrocada do império romano, os teocratas e os nobres ascendentes dominavam, sem dúvida, de início, com o poder sacerdotal acima do poder temporal, e durante o período teocrático a verdadeira norma era: a religião deve subordinar o poder temporal. Mas o poder temporal cresceu em poder econômico e militar através de tantas modificações, como é simbolizada pela luta das investiduras. Que fêz a nobreza no poder? Aumentar apenas o **seu** poder à custa dos outros. Os empresários utilitários e os servidores realizavam a economia em bases regulares, mas a nobreza **pilhava.** A pilhagem é a fórmula da aristocracia sempre, e em todos os povos e em tôdas as eras. O nobre não é um criador de riquezas, mas um **expropriador de riquezas**, e a única função que julga digna de si é dominar, provocar guerras, pilhar, expropriar. As excepções dignas entre homens dêsse estamento são explicadas por uma dose muito forte caracterológica de aretocracia e de empresário utilitário, porque houve nobres productivos, mas porque nêles agia poderosamente outros impulsos, e não os que normalmente constituem a estructura caracterológica do seu estamento social.

Em plena Idade Média, os nobres organizaram Estados violentos e cruéis, e afogariam a Europa em sangue se não fôsse a luta ingente das "comunas" dos "burgueses", que se opunham à tirania dos aristocratas. Foram

as cidades livres e o federalismo que manteve ainda em pé alguma coisa de mais digno, e evitou que a Europa caísse na completa brutalidade dos guerreiros insaciáveis de sangue e de pilhagem. Mumford escreveu uma obra notável sôbre a cultura das cidades medievais, e os estudos que se fizeram são suficientes para comprovar o acêrto da tese que defendemos. Nessas comunas, respirava-se liberdade e a coesão fundada na lei de associação, que levava os homens a lutarem contra a tirania e a opressão.

A História da Europa está pontilhada das lutas gloriosas das comunas livres contra a opressão da aristocracia insaciável. São páginas que não têm relêvo na História intencionalmente transmitida, porque esta obedece a outros interêsses; e nas escolas se fala com entusiasmo dos sangüinários reis e dos nobres sedentos de rapina, e silencia-se quase a grandeza cultural dos que construíam o bem com o respeito aos direitos de todos. Que páginas mais belas que as guildas de artesãos, as fraternidades, o mutualismo, as associações eclesiásticas, as alianças de cidades, as ligas, o mercado comum, as formas de cooperação nascidas pelo livre acôrdo dos seus participantes, sem a existência de poderes centrais, sem a existência de monopólios de poder. Que páginas mais belas! É preciso transmiti-las aos homens de hoje, esmagados ante o poder do Estado tiranizador, que só lhe promete suor, sangue e lágrimas, porque só lhe prepara guerras e mais guerras, estùpidamente destructivas. É o trabalho, depois, que ergue das ruínas o que os políticos destroem. É mister que se estude o que de grande se fêz na Idade Média. Esta não foi a "noite de obscurantismo" que os cesariocratas e seus acaudilhados gostam de afirmar. Foi luz, luz e não trevas. Leiam Mumford, Kropotkine, Rocker, os estudiosos das cidades medievais, e lá encontrarão novas sugestões. Poderão alguns dizer: mas a história não se repete. Sim, de certo modo não. Por acaso não se repete a tirania, a opressão? Por que não poderia repetir-se a liberdade? Por acaso devemos seguir o rumo da cesariocracia que hoje avassala o mundo, porque seria a única saída para nós? Essa mentira nós a denunciamos, e também denunciamos todos os que a servem, todos êsses servidores da brutalidade organizada.

O FEDERALISMO

A estructura federalista da sociedade foi uma realidade que executaram os homens medievais e com um êxito espantoso. O Estado Moderno, que se caracteriza pelo monopólio de poder, não existia então. Os habitantes dessas cidades livres regulavam sua vida através dos conselhos e das organizações próprias. A Igreja reconhecia o valor dessas formas sociais, e o verdadeiro pensamento social cristão só as pode elogiar e pugnar por elas. Só a religião unia o que era disperso, mas o que era disperso unia-se também por uma comunidade de interêsses fundados na liberdade e no respeito. Rondavam, porém, essa luminosa realização, os lôbos da tirania, os nobres sangüinolentos e vorazes, que espreitavam todos os recantos e se aproveitavam de todos os descuidos para poderem abrir uma brecha que lhes permitisse instaurar o monopólio de poder em suas garras.

Quem de sã consciência pode negar que a idéia cristã unia os homens e que a idéia de nação e de raça os dividia? Cristo dissera que todos os homens, de todos os povos, de tôdas as raças e de todos os quadrantes da Terra, eram iguais. Não pediu êle que levassem a sua boa nova a todos os povos? Pois a Igreja, neste momento, encarnou, no ocidente, o desejo de unidade espiritual. Mas, na Igreja, os fariseus também haviam conseguido penetrar, e foram êles que, de posse dos altos postos eclesiásticos, exploraram, nas multidões, os ímpetos que dividem, as fronteiras que separam, as bandeiras que criam as diácrises entre os povos, que a palavra de Cristo procura unir e em grande parte o havia conseguido.

A cidade livre medieval não era um Estado como o de hoje. Era uma comunidade de vontades livres, ètica-

mente conduzidas, tendendo para um fim comum. Eram unidades harmônicamente funcionando, para que o bem fôsse de todos.

Mas sempre há as disposições corruptivas. O fortalecimento do capital financeiro, a pouco e pouco fortalecendo-se, a estructuração das castas fundadas nos interêsses comuns, a desigualdade progressiva, tudo actuou degenerativamente. Não se teve, isso, sim, uma visão mais clara dos factos históricos, para que pudessem os desejosos de manter o **status quo** impedir a corrupção que se alastrou e destruiu uma das realizações mais belas do homem. Os mais poderosos puseram-se em marcha para a conquista do poder. Minorias econômicas uniram-se aos aristocratas para obter o mando e facilitar a exploração dos mais fracos. Unidades econômicas mais poderosas aspiraram ao mando tirânico, e então as cidades livres se tornaram em pequenos Estados; Veneza e Gênova são exemplos. A descoberta da América e o caminho das Índias aceleraram a corrupção da forma primitiva. Era mister destruir as bases da cooperação. Estimularam-se os falsos filósofos que pregavam o racionalismo, o individualismo extremado, os direitos do homem ante a lei que serve a Mamon. E o Renascimento tornou-se um cemitério da liberdade e o paraíso dos opressores, mas também foi o período de lutas extremas pela liberdade. Ergueram-se os que desejam conservar os seus direitos contra os opressores, os Bórgias sangüinolentos, desejosos de ampliar cada vez o seu poder. Os nominalistas minavam os princípios religiosos, as universidades invadidas por êles eram o campo de pregação constante de todos os erros, que levam ao homem a desmerecer o que há de mais nobre e elevado; as novas conquistas faziam vibrar os peitos ardentes de aventura e de cobiça, a escolástica caía num refluxo pavoroso, o papado era impotente já para reunir os homens e impedir as tiranias que se esboçavam porque, no próprio papado, surgiram homens da estirpe de um Alexandre IV.

O Renascimento foi um instante em que se conjugaram grandeza e miséria, porque ali se deu uma transformação que rompia com as velhas formas de opressão, sem conseguir senão substituí-las por outras. Os que jamais compreenderam, nem têm mente suficiente para

entender o verdadeiro sentido da Escolástica, e em que ela realmente consiste, julgam que o Renascimento deu-lhe o golpe mortal. No entanto, se enganaram, porque a Escolástica não deve ser julgada pelos espíritos menores, mas por seus luminares, como a Filosofia não pode ser medida pela estatura de um filósofo menor, mesmo popular. A grande análise que a Escolástica havia realizado ainda não dera todos os frutos, mas sabemos, também, que a Igreja sofria, nessa época, uma invasão de fariseus hipócritas, que terminaram por provocar o movimento reformista e a salutar reacção da contra-reforma. Quando se diz que o Renascimento libertou o homem do escolasticismo, êste como forma viciosa da Escolástica, esqueceu que êle foi sempre combatido pelos grandes filósofos da Igreja. Contudo, a Escolástica nada sofreu com os ataques recebidos. Ao contrário, retornou viva e mais poderosa no grande movimento jesuíta de Salamanca e Coimbra. É que nesse período se dava, a passos largos, a ascensão do empresário utilitário. Basta que recordemos a exposição por nós feita da formação do capitalismo moderno, para vermos as modificações havidas na cidade medieval, e que provocaram o surto de individualismo, que é o esteio dêsse mesmo capitalismo.

Dizem alguns que o Renascimento foi a época em que o homem, pela primeira vez, tornou-se dono de sua personalidade. Nunca se deve entender tais palavras como alguns fazem, julgando que só então teve o homem consciência do seu papel e se sentiu como portador de si mesmo. Não; em outras épocas teve também essa consciência, mas envolta, confusa (confundida) com a consciência de ser membro de uma colectividade, de um grupo étnico, de uma tribo, de uma comunidade, à qual dava muito de si mesmo.

As revoluções políticas são precedidas por revoluções na economia, nas idéias, por profundas modificações nos costumes. A posse do **kratos político** é uma meta aspirada pelos que já têm o poder econômico. Antes da revolução aristocrática pelas investiduras, já a nobreza tinha um domínio material imenso e participava do poder. Ela tenderia para o absolutismo e para a subordinação dos sacerdotes ao seu domínio, e o teve na Idade Média

em crescendo, alcançando, então, no Renascimento em diante, as fases mais poderosas. Por um lado a Igreja, apoiada nas grandes massas, lutou, quanto pôde, por seus elementos sãos, contra a nova ameaça. Mas o empresário utilitário, que no ocidente tomou o nome de **burguês,** porque se desenvolveu nos **burgos** (cidades livres), e levou a corrupção às formas comunárias que então se conheciam, é por natureza um individualista, às vêzes até exagerado. Não que a burguesia tenha criado a individualidade, mas sim desligou-a de outros laços que eram caros e poderosos. O burguês, por natureza e vocação, é um individualista ferrenho, porque a aspiração ao **lucrum in infinitum,** ao **ganho sempre mais ganho,** é um actualizador de tudo quanto constitui a estructura individual e a estructura pessoal. Apenas a depressão à volta fêz ressaltar o individualismo e exacerbá-lo. O Renascimento inaugura a vitória crescente da burguesia que a princípio, para não provocar a reacção dos poderosos, mostra aspirar apenas ao poder econômico e não ao político. Mas, sabem todos, pela experiência, que o sustentáculo de uma posição econômica é a base política, a base do domínio, da segurança, do apoio da lei e da organização de fôrça (polícia e exército), que constituem os elementos poderosos e eficientes para assegurar o domínio político, sem os quais êste não se sustenta. Não se trata de uma polícia popular (e quando dizemos popular não o dizemos no sentido em que certas pessoas o empregam; ou seja, formada de homens do povo para assegurar o poder dos novos senhores. A polícia e os exércitos populares são formados **pelo** povo, e não pelos representantes do povo. É o povo organizado como tal, sem perder as ligações com a própria sociedade, e não castas à parte, separadas da população, com a qual muitas vêzes nem vínculo de família possui, pois, como se sabe, em muitos países, os homens fazem seu serviço militar em regiões remotas, para que não haja laços comuns com a população, e possa considerá-la de certo modo estranha). O exército e a polícia, desligados da população, como organismos à parte, são os melhores esteios dos poderosos. E mesmo aquêles que prometeram ao alcançar o poder, como Lenine, acabar com o exército e com a polícia, terminaram por organizar um super-exército e uma super-polícia.

Enquanto a Europa estava dividida em pequenos países, êstes eram mantidos por pequenos exércitos. À proporção que se formaram as grandes nações, impunha-se a **uniformização** do exército, que é um consumidor poderoso e absoluto. Uniformização na indumentária, no armamento, na administração exige uma producção em massa. Inegàvelmente, a formação dos exércitos nacionais provocou a formação da grande indústria concentrada (1). Houve, assim, um desenvolvimento da indústria e o fortalecimento da burguesia. Dêsse modo, a nobreza, criando a fôrça monumental para a sua defesa, provocou o aumento do poder econômico da burguesia, fornecedora dos grandes exércitos e, conseqüentemente, do capital financeiro necessário para manter tal producção. Todo êsse desenvolvimento, gerou disposições corruptivas da própria nobreza, e preparou a ascensão do capitalista ao poder político. Por sua vez, êste, tendo de desenvolver sua indústria, criou as grandes massas proletárias, matéria de fácil agitação dos cesariocratas, em geral trânsfugas das classes então dominantes, ou alguns idealistas, irritados com a miséria de tantos e a riqueza de tão poucos, que começam a agitar as multidões para novas expropriações, pois a história repete sempre, nos ciclos culturais superiores, que os expropriadores passam a ser expropriados por outros expropriadores, que passam a ser expropriados, e assim numa monótona sucessão. Não queremos, porém, anteceder o que podemos dizer aqui quanto ao servidor, ao proletário, porque êste, pròpriamente, nunca expropria, porque apenas recebe as migalhas nas expropriações, embora movido pelos altos interêsses tornam-se massas de manobras, que favorecem a execução das expropriações. Os césares romanos expropriavam dos vencidos e dos adversários tudo quanto podiam, e apenas uma parte mínima doavam aos que lhes haviam ajudado.

Mas a expropriação é o nome eufêmico da pilhagem, e esta não é uma acção econômica, como vimos.

O que se deve querer não é a expropriação, mas a criação de riquezas para todos, a distribuição justa da

(1) Façamos justiça ao Exército Brasileiro, que não usa tais métodos. Os jovens servem nos locais e nos Estados em que nasceram. Assim também em geral a polícia militar e a civil.

riqueza, ou pelo menos a oportunidade de se criar mais riqueza para todos.

Muitas vêzes, o que constitui a riqueza dos mais ricos, se distribuída, seria uma migalha para os mais pobres. Essa expropriação nenhum benefício traria às massas e apenas as desmoralizaria ante si mesmas, porque iriam repetir o mesmo crime de que a História está repleta.

A verdadeira revolução é a criadora de riquezas e a que instala a justiça distributiva correspondente. Sôbre esta falaremos a seu tempo.

Mas, volvendo ao Renascimento, é mister reconhecer que êsse período, pelas características que salientamos, realizava uma oposição ao abuso de poder da aristocracia. E sempre, na alternância social, quando um estamento se opõe ao dominante e aspira, por sua vez, ao poder, êle **retorna** ao que era antes, ao que foi vencido pelo poder dominante. Assim assistimos a um retôrno ao helênico em oposição ao gótico, que dominava a sociedade de então, como os românticos dos séculos XVIII e XIX volviam aos provençais e aos medievais, em oposição ao que dominara no Renascimento. Os ideais democráticos dos gregos serviam perfeitamente aos interêsses da burguesia, que se tornava cada vez mais econômicamente poderosa.

Se no Renascimento houve um refluxo da Escolástica, que teve outro fluxo no período da Contra-Reforma, com Salamanca e Coimbra, que deu aquela floração gigantesca dos grandes filósofos da Companhia de Jesus, sem exceptuarmos os que surgiam em outras ordens, como a franciscana e a dominicana, aquela não teve o seu fim em nenhum dêsses períodos, encerrando a sua carreira e esgotando as suas possibilidades. Infelizmente, tais afirmativas, que surgem em historiadores de envergadura, deve-se à pouca compreensão do que seja realmente a escolástica. Muitos pensam que Metafísica é criar entidades arbitrárias, inexperimentáveis, quando a verdadeira funda-se nas abstracções de terceiro grau, que, por sua vez, fundam-se na experiência, que realiza as abstracções de primeiro grau, como são as da Ciência, e as de segundo grau, que são as da Matemática e a da

Lógica Superior, sôbre as quais se fundam as de terceiro grau, que são as metafísicas, pela abstracção total da materialidade e pela consideração apenas das formalidades já despejadas de tôda accidentalidade. A Metafísica, dêste modo fundada, tem base nas coisas, tem fundamento **in re**, como diziam os escolásticos e longe está do metaficismo dos racionalistas, dos idealistas, e até dos materialistas, que criam entidades novas, inexperimentáveis, quando consideradas em si, e sem fundamento real suficiente.

O metafisicismo foi combatido pelos escolásticos superiores, e êsse escolasticismo, forma viciosa da Escolástica, mereceu a reprovação total dos filósofos maiores. Que êsse escolasticismo tenha morrido, pode-se afirmar, mas também pode-se ainda alegar que já nascera morto, e só teve êxito entre filósofos de pequeno talhe. É mister separar o joio do trigo, velha máxima tantas vêzes repetida e tantas outras esquecida. Quando se fala em Escolástica, fala-se dos grandes e não dos pequenos. A Igreja dá muita liberdade ao pensamento, muito mais do que podem de leve suspeitar os seus adversários. O que é dogmático na Igreja é muito pouco, enquanto, no campo da Filosofia, há plena liberdade até para não se seguir a escolástica, como há muitos filósofos católicos que dela se afastam. Ademais aquela não é um sistema filosófico, mas uma atitude filosófica positiva, de máxima positividade, que não se deve confundir com positivismo. Ademais, sempre temos dito, não é a escolástica um processo filosófico de propriedade exclusiva da Igreja, mas do patrimônio universal, e o grande êrro dos modernos tem sido precisamente o de não se dedicarem ao seu estudo, sob a impressão de que é apenas um processo a serviço de uma religião. Absolutamente, não; a escolástica é uma realização extraordinária do pensamento humano, e deve ser estudada por todos. E se assim se fizesse, inúmeros erros crassos e pobres colombos retardados seriam bem dispensáveis.

Atribui-se indevidamente à Escolástica uma intransigência feroz. Contudo, é mister não esquecer que com o êrro não se pode transigir, como na Matemática não se pode transigir com os erros matemático. A transi-

gência é possível onde não se estabeleceu ainda uma verdade. Podem alguns alegar que não há verdade de espécie alguma, mas êsses pobres não **em** espírito mas **de** espírito, não transigem contra certas verdades que aceitam. Sabem que quando têm fome têm fome, e não transigem contra essa verdade, pois buscam alimento. Que tenha havido homens intransigentes na Igreja, não há dúvida. Mas quem pode atirar a primeira pedra? Quando estamos no terreno das opiniões, que é uma adesão de nossa mente a algo que teme ser errado, podemos aceitar transigências. Não no terreno das coisas demonstradas com rigor, transigir com o êrro ou é covardia ou desleixo. Os que combatem a intransigência, são outros intransigentes. Não é melhor demonstrar com rigor apodítico o que se afirma, do que estar a acusar os que defendem idéias opostas, de intransigentes? Não esqueçamos que a vida não faz transigências, nem nada no mundo transige, só o homem. E êste só o faz quando não está cônscio de que possui a verdade. Em matéria contingente, transigir é um dever de bom gôsto, mas em matéria necessária, a transigência é êrro. Precisamente os que fundamentam tudo quanto pensam em argumentos contingentes são os mais intransigentes, e condenam os outros que se fundamentam em argumentos necessários, de o serem.

A Escolástica não foi intransigente, e tanto é verdade que as disputas que nela surgiram há dez séculos continuaram até os dias de hoje, sem que os defensores de idéias opostas possam ser acusados de heresia, porque se tratava dos pontos que não são pròpriamente matéria de fé. Que valor terá uma religião que transige em matéria de fé? É mister compreender essas razões e não exigir que aquêles que assentem sua mente sôbre um determinado juízo, sem o mínimo temor de êrro, possam admitir que opiniões outras possam ser válidas. Se assim procedessem seriam incoerentes com o próprio pensamento. A Escolástica sempre admitiu a pesquisa e a disputa em tôrno de matérias, que eram questões abertas ao espírito humano. Os que conhecem a obra dos escolásticos sabem que sôbre todos os pontos filosóficos há disputas de sentenças, e rara é a matéria a não ser nos seus aspectos mais gerais, em que não haja uma variedade de posições, muitas de uma oposição polar.

Tôdas as doutrinas, que surgiram para justificar a cosmovisão do estamento possuidor do **kratos** político, também apresentaram a mesma intransigência quanto aos pontos fundamentais. Qual o materialista histórico que transige com outra posição que não a sua para explicar a História? Qual o materialista que transige com outra doutrina que afirme a negação da sua posição? Qual o positivista que transige com o que defenda a Metafísica? Qual o kantiano que transige com a doutrina que afirme que a Metafísica é capaz de construir juízos sintéticos **a priori?**

Por uma questão apenas de pudor não deveriam falar em intransigência. Que dêem primeiro o exemplo do contrário, para depois acusarem os outros do pecado que êles mesmos cometem.

O RENASCIMENTO

Alguns arguem ao Renascimento louvores exagerados. Esquecem que nesse período a actualização valorativa exagerada de um conceito abstracto de liberdade proclamava a irresponsabilidade. Não há liberdade onde há irresponsabilidade pessoal. Quem é livre e pratica um acto livre, é quem **responde** pelo que fêz. E não há verdadeira responsabilidade onde não há uma ética, e não há ética onde não há justiça. Um César Bórgia não era um homem livre, mas um irresponsável à sôlta, uma bêsta feroz guiada apenas por sua ira e por sua concupiscência. Não há justiça onde não há o senso da solidariedade e do respeito ao direito de cada um. A "liberdade" dessa espécie não une, mas separa; não é a lei humana, mas a lei da selva. E só há união onde há o laço que une os homens.

A liberdade não se limita na liberdade alheia. Enganam-se os que afirmam que ser livre é fazer tudo até o limite da liberdade de nosso semelhante. A liberdade implica a escolha de valôres éticos, pois não há liberdade onde não há escolha, a não ser que se queira considerar como tal apenas a licença do exercício, que podem ter também os animais. Há liberdade sòmente onde há julgamentos éticos, valorações cuidadosas. Quem procede livremente com responsabilidade e ética não tem limites em liberdade alguma, porque não há limites para o proceder honesto e èticamente bem fundado.

A liberdade não se mede por medidas corpóreas. E se a liberdade fôsse apenas a licença do exercício sem peias, alcançaríamos a arbitrariedade ilimitada, a opressão dos mais fracos, a prática da brutalidade. Os que julgam que liberdade é isso, são os que não respeitam o direito alheio. São os ególatras que se queixam de não

poderem fazer tudo quanto desejam, e querem a liberdade de expoliar, de expropriar, de pilhar, de arrancar dos outros tudo que puderem.

Êsse é o conceito que de liberdade têm os ambiciosos de mando, os discípulos de Maquiavel, que não trepidam na prática de nenhum crime, de nenhuma infâmia, de nenhuma traição, desde que lhes assegure maior soma de poder. A História está repleta de tais bêstas que alcançaram renome mais por seus crimes que por suas raras acções dignas. Quem eram os heróis de Maquiavel? Os sanguinários Alexandre IV, César Bórgia, Sforza, e tantos outros que tão bem sabiam manejar o punhal e o veneno para conseguir o poder que ambicionavam.

Que espectáculo mais triste que a adoração que os covardes prestam aos caudilhos, aos seus senhores, como escravos que até infamam ainda mais a escravidão, porque é o gesto dos que aplaudem as suas algemas. A luta entre os caudilhos realiza a separação pela criação de oposições obstinadas. Vejam-se as lutas travadas entre os déspotas potenciais em tôdas as tiranias, que não poupam seus adversários e os estraçalham com uma brutalidade sem peias. Levas de escravos, campos de concentração, pelotões de fusilamento, tudo é sempre o mesmo: brutalidade. Quando essas lutas se instauram numa sociedade, o povo se torna massa, e é arrastado pelas paixões e pelos vendavais da politicagem. A decomposição social é crescente, a corrupção avassala todos os sectores, a coacção física cresce como único meio para manter uma unidade que já não existe.

Foi êsse o espectáculo do Renascimento, um espectáculo que hoje se renova entre nós, em pleno século que se orgulha de ser culto e de ter alcançado um elevado progresso. As massas são mobilizadas para constituírem a "nação", um mito da nossa época, e o **Estado Nacional** se instala com tôda a pujança de sua máquina de guerra e de polícia. Acusam o povo de ser o criador de tais organismos. Mas os povos não têm culpa de tal brutalidade organizada. Quando o papado conseguira manter a Europa unida numa comunidade de interêsses, realizou essa imensa cultura das cidades medievais. As lutas, na Igreja, que a cindiram entre católicos e protestantes, foram muito bem aproveitadas pelos nobres sequiosos de

poder. É verdade que essa luta tinha raízes muito distantes, e das quais trataremos, mas a verdade é que foi muito hàbilmente aproveitada pelos anelantes de poder. Nada melhor para fortalecer um princípio que a oposição externa. Povos divididos justificam a organização de fôrças militares para "manterem a soberania e a independência nacional". E provocaram com todo afinco o surgimento da "consciência nacional", como se os homens não fôssem irmãos. O resto a História conta em arrepios de pavor.

O itinerário que a Renascença seguiu foi o seguinte: a Igreja sempre olhou com desconfiança a formação de grandes Estados, porque inevitàvelmente a cobiça e a ambição de mando levariam os príncipes às guerras de conquista, porque o poder é absorvente e intensistamente êle mesmo, e extensistamente insaciável. Por isso a Igreja, pelo papado, desejou manter os cristãos unidos no **consensus** religioso, embora formando Estados, mas pequenos, de modo a fàcilmente localizar uma guerra, uma disputa, para que ela não incendiasse o mundo romano. Essa é a verdadeira política do papado, mesmo nos instantes em que teve de empregar a fôrça indirectamente, apesar da maneira diversa de relatarem os factos de certos historiadores interessados em criar a desconfiança e que não consideraram o quanto há de humano na Igreja, exigindo desta uma atitude pràticamente impossível. Contudo, qualquer historiador de boa fé terá de reconhecer que entre a Igreja e os príncipes, aquela foi a que menos lutou pelo poder temporal, e sim pelo poder espiritual, que, pela ética, de certo modo subordinava o primeiro.

A formação de pequenos Estados trazia como conseqüência a formação de pequenos exércitos, guerras ridículas entre senhores feudais, que não afectavam pròpriamente a vida dos povos alheios às lutas entre os senhores.

O modo melhor de um príncipe explorar o povo para servi-lo e para poder aumentar o seu poder, consistiu em mostrar que pertencia à mesma **nação**, à mesma origem próxima. O **nacionalismo** foi explorado para justificar as grandes concentrações de população e para formar Es-

tados maiores e mais poderosos. Então começaram a aparecer os campeões do nacionalismo. Êstes, aproveitando-se dos elementos divergentes e das oposições existentes nos países que desejavam dominar, entraram em contacto com êsses elementos, estimularam suas lutas contra os príncipes, e muitos acordos secretos foram traçados, muitas subvenções foram feitas a título de auxílio à **libertação** e ao desenvolvimento da **consciência nacional**. Era fácil, depois, explorar as lutas internas ou mesmo externas, para obter o domínio dos povos vencidos e ampliar o campo do novo Estado. Também foram usados outros métodos políticos, como os casamentos com finalidades dinásticas de ampliação do poder. O nacionalismo e o racismo foram os primeiros passos para obter a dominação dos povos, como também os **interêsses** de um conjunto de povos, unidos pela mesma língua e com elementos comuns raciais. São, assim, o nacionalismo, o racismo e os interêsses gerais os promotores das futuras ditaduras e das tiranias mais cruéis. Tôda a vez que políticos exploram o nacionalismo, tendem, quer queiram quer não, a fomentar as disposições prévias da ditadura. Na verdade, o que se tem chamado de nacionalismo, como de internacionalismo, tem sido apenas um engodo para as populações, que acabam transformando-se em massas de manobras dos políticos ambiciosos de mando. O nacionalismo, contudo, é concebido de diversas maneiras, segundo o domínio dos estamentos sociais. Um teocrata sincero considerará nacionalismo o conjunto das normas e providências, além da visão de simpatia para o povo de um Estado, cujos interêsses, direitos e deveres busca assegurar, segundo a heterogeneidade das funções; para o aristocrata, o nacionalismo é fundado na raça, na língua, nas tradições; para o empresário utilitário, é a luta pela defesa dos interêsses econômicos, que devem ser assegurados com preferência aos de outros Estados; para o cesariocrata, nacionalismo é apenas um meio de obter maior domínio político, por exacerbar, nas multidões, paixões que estavam virtualizadas, provocando ódios contra outras nacionalidades.

Na verdade, é falso tanto êste nacionalismo como o internacionalismo. Quer queiram quer não somos cristãos, e é sôbre o signo de Cristo que todos vivemos. Até aquêles mais impenitentes negadores da religião de amor

que êle pregou aos homens, quando são êles sinceros e virtuosos, compreendem que marchamos para uma época de cooperação entre os povos do mundo inteiro, apesar das diferenças nacionais, de raças, de línguas, de costumes. Basta que observemos um pouco o acto humano, para que vejamos a actuação do nacionalismo e do internacionalismo, dois mitos dos tempos modernos. O nacionalismo, em seu excesso, separa, provoca dissenções; o internacionalismo quer unificar pela destruição dos mais caros valôres do homem. Na verdade, o homem, enquanto realizador do acto humano, marcha para o **universalismo**. E é fácil verificar-se, desde que ponderemos sôbre a realidade do **acto humano**. Sem dúvida, êste atinge seu mais alto valor quando realiza o acto intelectual mais despojado de afectividade e de sensibilidade. Ora, é no sector da Filosofia, da Matemática, da Lógica e das Ciências Naturais que o homem alcança com mais plenitude o acto humano. Que tem que ver um raciocínio rigorosamente lógico com um estado afectivo? Que tem que ver a Matemática e sua aplicação com os preconceitos raciais ou nacionalistas? Que têm que ver os estudos científicos com as ideologias políticas, ou o agrupamento dos partidos de esquerda ou direita? Podem, sim, influir sôbre o desenvolvimento da ciência, não, porém modificar suas leis e o rigor de suas descobertas. Podem os políticos usarem sofismas, mas tal prática não transforma a Lógica numa sofística. Podem construir êles doutrinas que justifiquem suas ambições e coonestem suas infâmias, contudo não transformarão, com isso, as bases da demonstração apodítica aplicada à Filosofia, que é o verdadeiro e único método seguro de filosofar.

Ora, a Ciência Natural é fundada nas abstracções de primeiro grau, e são aquelas que, tomando as coisas materiais em sua materialidade, dispensam porém, os acidentes, para considerarem-nas em sua especificidade essencial como casa, cão, etc. As matemáticas, a Lógica e a Dialectica, quando bem fundada, constroem-se sôbre as abstracções de segundo grau, que são aquelas que dispensam, das primeiras os aspectos qualitativos para considerarem apenas os quantitativos, como os números, e as segundas (Lógica e Dialéctica) apenas os aspectos formais, dispensando sua materialidade, como os conceitos lógicos. Finalmente, as abstracções de terceiro grau, que

dispensam, além da substância, os accidentes de tôda espécie e tomam apenas os **eide**, as formas abstraídas de tôda materialidade, como o conceito de causa, de prioridade, de ser, etc., que constituem os conceitos da Metafísica bem fundada.

Nessa ascensão abstractora é que se realiza plenamente o acto humano, porque o homem se distingue pela racionalidade. Essa acção abstractora, contudo, deve ser acompanhada de uma acção concrecionadora. Assim, nenhuma afirmativa metafísica deve deixar de ter um fundamento nas abstracções de primeiro grau, fundadas nos factos da experiência. Dêsse modo, pode-se reverter a marcha, partindo dos factos da experiência para alcançar as abstracções de terceiro grau, como dêstes reverter-se aos factos experimentais. Era assim que concebiam os escolásticos, que sabiam abstrair e concrecionar, e quando alguns entre êles caíram nos excessos abstractistas, erraram, como erraram alguns abstractores de quinta-essência da filosofia moderna, que criaram entidades metafísicas sem correspondências bem fundadas na realidade. O metafisicismo é isso e nada mais que isso. Quando um materialista histórico como Bukharin, que formou no triunvirato com Stalin e Zinoviev, depois liquidado pelo segundo junto com o terceiro, escrevia no seu então famoso "O Materialismo Histórico", considerado pelos marxistas daquela época a última palavra da sabedoria humana, que a Metafísica e a Teologia fundavam-se apenas em **palavras**, e admitiam a existência de entidades inexperimentáveis, às quais atribuíam poderes infinitos, capazes de fazer tudo, combatia o metafisicismo, não a Metafísica. Assim propunha êle uma concepção **metafísica** tão válida como qualquer outra, que era a seguinte: se partirmos de tudo quanto acontece no universo é produzido por uns diabinhos diminutos, mais numerosíssimos, que tudo fazem, ora para cá, ora para lá, a seu bel-prazer, explicamos tudo, sem têrmos explicado na verdade nada. Esta concepção metafísica é tão válida como qualquer outra, porque êsses diabinhos são considerados como inexperimentáveis; ou seja, não dispomos de nenhum meio cognoscitivo, fundado na sensibilidade, que nos permita percebê-los.

Tal argumento foi a delícia dos marxistas de então. Havia-se de uma vez por tôdas descoberto o **falso fundamento** da Metafísica. Não é isso um exemplo da "miséria da Filosofia", da carência de bases filosóficas, da pobreza até de inteligência? Tal concepção seria uma manifestação de metafisicismo, que não cremos que nenhum metafísico de menor porte poderia realizar, salvo o ex-famoso doutrinador do marxismo das primeiras horas.

Como vimos acima, o acto humano realiza-se já plenamente na Ciência, na Lógica, na Dialéctica bem fundada, na Filosofia positiva e na Metafísica segura, sem laivos de nacionalismo, nem de internacionalismo, porque não nega o que é realmente nacional e regional, nem o que é internacional.

A Ciência, a Filosofia e a Metafísica são universalizantes. Temos aí exemplos claros de **universalismo**, que ultrapassam a maneira deficiente e oposta de nacionalismo + internacionalismo. Poderiam alguns dizer que no filosofar hindu a conceituação é distinta de a conceituação ocidental. Mas tais distinções fundam-se apenas em aspectos **precisivos**. A **precisão** é uma operação intelectual pela qual algo de alguma coisa é considerado, mas restando dela algo não considerado. Podemos tomar precisamente o homem como racionalidade, não atendendo à sua animalidade. A precisão é o acto abstractor do intelecto, e quem pode negar que atingiu êle sua máxima precisão senão no Ocidente? Os conceitos do filosofar hindu não são precisivos como o são os do filosofar ocidental. Também, nos gregos, antes do grande surto filosófico, que começa com Pitágoras, que é realmente o verdadeiro fundador da Filosofia Grega, e não Tales, que foi o fundador apenas de um modo de filosofar materialista, apoiando-se na obra dos fisicistas gregos, embora ampliando-as, a precisão não atingira o grau que com Sócrates, Platão e Aristóteles vai conseguir, continuada depois pela Escolástica, graças à sua preciosa técnica das dinstinções, que permitiu se construísse a mais extraordinária análise conceitual e a máxima precisão dos **eide**. Sem dúvida, alguns escolásticos menores, e não os de primeira plana, levaram a precisão a extremos até ridículos, que serviram, depois, para acusar tôda a escola dos erros de alguns, que chegaram a distinções de quinta-essência.

Vê-se, assim, que o **universalismo** é a grande realidade da época que vivemos, realidade que ainda não se manifestou plenamente, a não ser através do progresso do saber teórico e culto, mas que já tem lançado suas bases também reais, agora que o homem inicia a conquista do espaço, o que lhe dará, com o tempo, uma visão da totalidade em que vive, fortalecendo-lhe a visão universalista, e abrindo o caminho para uma visão cósmica mais ampla.

O têrmo grego, que corresponde a **universal, é katholon**, de onde o têrmo **católico**, que significa, etimològicamente, **universal.** Também o têrmo **ecumênico** dá um sentido universalizante, e é por muitos preferido para indicar tudo quanto tende a universalizar-se.

O universalismo encontra sempre a resistência dos políticos ambiciosos de mando e candidatos à tirania, porque aquela concepção só poderá realizar-se em bases cooperacionais e, portanto, no respeito ao direito de cada um, sem apelos à pilhagem de qualquer espécie. O estado em que vivemos hoje, de ameaça de guerra, guerra totalizante e destruidora, é ainda um resquício do desejo de domínio universal por um grupo, o mesmo que alimentou as esperanças dos grandes conquistadores do passado. Mas a consciência já despertou, e dará ainda seus frutos. Portanto, para que tal siga o verdadeiro destino que almeja o homem, que quer amar seus semelhantes, e fazer-lhe o bem, só pode ser o caminho da universalização, não pelo domínio de alguns sôbre todos, mas pela liberdade de todos para o bem de todos. Um dia há de surgir essa aurora, porque ainda não afloraram tôdas as auroras.

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Em continuação a êste exame, que realizamos da História, para fixar apenas os aspectos mais desagradáveis do factor político, combinado com o religioso e o econômico, que ainda nos dá campo a muitas análises, para que possamos dispor de todos os elementos para a construcção da parte concreta final de nossa obra, devemos prosseguir, demorando-nos sôbre acontecimentos relevantes, que nos facilitam a melhor compreensão do processo histórico do Ocidente, onde se joga o destino da Humanidade.

A inegável influência do papado e o poder que dispunha, no intuito de impedir a formação dos grandes Estados europeus, que, inevitàvelmente, iniciariam a luta pela conquista, pela pilhagem dos povos mais fracos e pelo domínio tirânico sôbre os cristãos, contiveram em grande parte êsses desejos.

Entretanto, os ambiciosos de mando desejavam afastar a influência papal sôbre o Estado, realizar a separação entre ambos. Devido à invasão de elementos provenientes das camadas dominadoras nos quadros sacerdotais, e da exploração desenfreada, apoiada por elementos do clero, cheios de defeitos e erros, e falsamente religiosos, e hipócritas, a corrupção se desenvolvera, de tal modo, que chegou a sentar-se na cadeira de Pedro a figura sinistra de um Alexandre IV, o Bórgia. O movimento protestante, cujas bases econômicas, que cooperaram com êle, examinamos no "Tratado de Economia", e que nasceu de uma reacção a certos erros cometidos, dividia a Igreja, de tal modo, que êsse movimento vinha perfeitamente corresponder aos desejos dos príncipes alemães, que pretendiam aumentar o seu poder. Se examinarmos o desenvolvimento das cidades, o nascimento

da burguesia mercantil e da burguesia industrial e financeira, o aumento desenfreado do luxo, que tornava pequena a renda dos senhores feudais, desejosos, por isso, de aumentá-las, a formação dos exércitos, exigindo a producção em série, as revoluções camponesas e das classes de servidores das cidades, tudo contribuía para o advento do que surgiu nesse período da História Ocidental.

A luta contra a desigualdade social, o surgimento das utopias renascentistas, a acusação directa ao papado dos erros, que se haviam instaurado na sociedade, a exploração desenfreada dos nobres e do capitalismo que se formava, criava uma atmosfera favorável aos intentos dos senhores feudais que, demagògicamente, exploravam o desejo impresso das multidões por melhores dias. Sonhavam muitos com um novo **millenium** de paz e de concórdia entre os homens, e as utopias obtinham um êxito momentâneo, o suficiente, porém, para aumentar a intranqüilidade, como vimos na parte onde estudamos a gênese e o desenvolvimento das utopias, sobretudo naquelas que tiveram seu surto no Renascimento, em "Filosofia e História da Cultura".

Muitos movimentos populares, com intuitos socializantes, haviam surgido e muitas experiências extraordinárias se processaram antes do Renascimento, como o movimento **ocitânico** (de origens ainda maniqueístas), a **bogomilovitso**, na Bulgária, o movimento **cátaro**, genuìnamento ocitânico, os **pagani**, na Itália, os **beguinos da** Flandres, ordens como a dos **humilhados**, a dos **amigos dos apóstolos** também da Flandres, os **beghardos**, os **baptistas** da Holanda, os movimentos revolucionários na Boêmia, as conspirações dos camponeses alemães para obter a sua libertação, como a **Bundschuh**, e a de **Armen Konrad**, lutando contra a servidão, os **exaltados de Zwickau**, e o movimento de Tomas Munzer e muitos outros. Do movimento cátaro, que (em grego, **kátharos**, significa **puro**), surgiu o **puritanismo**, que encontramos na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos.

Êsses movimentos conservavam-se ainda vivos na memória de muitos e ganhavam a projecção que os factos passados alcançam junto aos homens, e influíram nos movimentos populares do Renascimento e na formação

das utopias, que se tornaram famosas, como vimos na obra acima citada.

De início, o movimento da Reforma não se pôs ao lado dos príncipes. Ao contrário, os combatia, por ver nêles opressores do povo. Negou-se a cooperar com os senhores dominantes, e combateu-os com energia. Não se pode negar que o protestantismo teve sua origem nos movimentos populares.

Mas o senso político dos senhores fazia-lhes ver quão vantajosa era essa acção ao combater Roma, porque o protestantismo, desde início, foi uma luta contra os erros que haviam sido cometidos por falsos católicos e heréticos, que se haviam apossado do poder da Igreja. A separação da Igreja do Estado favorecia as ambições de poder, ao mesmo tempo que criava condições para os príncipes se apossarem dos bens e das rendas das Igrejas, o que aumentaria a renda dos senhores. Que lhes interessavam as disputas teológicas? Mas havia um interêsse: é que elas preparavam as razões para **justificar** seus actos de pilhagem. Não faltaram protestantes que, desde logo, chamaram a atenção nos nobres menos argutos para as vantagens econômicas que ofereciam a sua rebeldia. Huss fêz ver aos senhores que as rendas não seriam mais desviadas para Roma, e permaneceriam em seus países. Desejavam aquêles obter o apoio do poder para levar avante o seu movimento. Mas êsse apoio matava no nascedouro os ideais revolucionários. Como obter o apoio dos príncipes sem ceder ante os seus desejos e abandonar as reivindicações populares, que punham em risco os interêsses dos poderosos? Concluiu-se que a solução era a construcção de uma nova Igreja. Lutero proclamou que o poder temporal deve dominar o poder espiritual, e que aos príncipes devem subordinar-se os sacerdotes. Era a inversão do que até então havia sido estabelecido. Depois do período teocrático, no qual a nobreza se subordinava à religião e ao sacerdócio, entrávamos no período de domínio aristocrático, sucedido por uma fase de equilíbrio entre o clero e os príncipes, para, afinal, alcançar-se a submissão do clero aos poderosos aristocratas.

No exame das escrituras, fundavam os protestantes que não havia lugar à formação de uma classe sacerdotal,

mas apenas a uma **função** sacerdotal, ao mesmo tempo que afirmavam que todo poder devia pertencer ao Estado, não cabendo ao papado nenhum outro poder nos países **libertados** e nos súbditos também **libertados** de Roma, mas, agora, presos ao poder absoluto dos príncipes.

Teve, então, o homem dêsse período o conhecimento do que até então êle não havia experimentado: o **poder absoluto dos príncipes.** Êstes afogaram em sangue tôdas as veleidades revolucionárias das multidões exploradas, que ante o monopólio do poder não tinham mais a quem apelar. Há, na linguagem popular, uma expressão, que era o producto de uma prática. Quando alguém se via oprimido pelos senhores eventuais, cabia-lhe "queixar-se ao bispo", a quem poderia solicitar justiça. O novo regime retirava ao povo êsse recurso, o que teria que provocar novas soluções.

Na Inglaterra, Wycliffe pregava a separação de Roma e, finalmente, Henrique VIII, que antes combatera ferozmente Lutero, quando o papado lhe criou embaraços à sua política, pôs-se a argumentar com os argumentos dos inimigos e a combater Roma, e a separar a nascente Igreja Anglicana da sua subordinação àquela. Seria longo examinar essa luta, em que há erros de todos os lados, infâmias de todos os quadrantes. Mas o que havia de positivo era a transformação que se processava a passos de gigante para a formação dos Estados nacionais, para os grandes organismos monopolizadores do poder e para a exploração cada vez mais desenfreada dos fracos e dos oprimidos.

Por tôda a parte do mundo nórdico, a nova **revolta** crescia a passos de gigante, a "libertação" se processava, a expropriação dos teocratas, subordinados a Roma, era levada às últimas conseqüências para enriquecer as rendas dos senhores.

Tudo quanto Roma negara aos Estados, o protestantismo agora concedia. Não se alegue que Calvino lutou contra o absolutismo, pois era em sua essência absolutista e minimamente liberal. A burguesia nascente, conquistando aos poucos o poder econômico, aliou-se também à luta de libertação, para conquistar posições que

lhe serviriam, posteriormente, para deflagrar o golpe mortal na aristocracia que degenerava. Calvino, se lutava contra o absolutismo dos príncipes, queria estabelecer o absolutismo de sua religião nova, que invadia o mais íntimo da vida humana e subordinava a personalidade do homem a uma concepção cruel da religião. Suas prescripções penais eram monstruosidades, como nos mostra a condenação de Miguel Servet ao fogo lento, por ter discordado de suas doutrinas. Todo o excesso de falso puritanismo dos calvinistas não impediu que a corrupção se tornasse mais ampla e a podridão infectasse todos os cantos da sociedade. Alguns autores querem fazer dêle um exemplo de democrata, mas torcem os factos ou os interpretam mal.

O protestantismo surgiu como um "movimento em prol de uma religião da liberdade de consciência". Havia nêle muita fé, muita seriedade, e um intuito nobre, que animava a muitos corações bem formados. A Igreja católica havia sofrido uma onda de corrupção terrível. Ninguém pode negar o que há de boa intenção em tudo isso, nem que se faça excepção dos que agiam com intenções justas. Mas, também, não se pode negar que favoreceu a formação das mais monstruosas formas de govêrno, que preparou a ascensão mais rápida ao monopólio de poder de homens que preparavam tôdas as condições para as grandes guerras cruéis, que adviriam depois.

Lutero chamou a razão de "a prostituta do diabo", acusou Copérnico de louco, e os protestantes combateram tôdas as tentativas de desenvolver a ciência e impuseram um obscurantismo feroz, embora muitos pensem o contrário.

Um dia Erasmo de Rotterdam perguntou onde estavam os luteranos que haviam feito progredir a ciência. A resposta ainda continua sendo esperada.

CONCRECIONAMENTO DOS FACTÔRES POLÍTICOS, RELIGIOSOS E ECONÔMICOS

Podemos agora, em face da análise, que realizamos, estabelecer uma concreção dêsses três factôres, cuja heterogeneidade permite, desde já, alcançar a algumas regras proveitosas para a construcção dos estudos finais, que faremos nesta obra.

Se considerarmos, como o devemos, um homem, segundo os estamentos de que faz parte, temos, então:

estamentos {
- psíquico ou caracterológico
- sociológico
- político
- econômico
- jurídico

Podemos, assim, considerar os seguintes tipos: hierático, aristocrático, empresário utilitário e servidor, segundo êsses estamentos. Cada indivíduo é, caracterològicamente, os quatro estamentos com acentuações maiores ou menores. E pode, por sua vez, pela predominância do aspecto caracterológico, ser um servidor, enquanto pertence, sociològicamente, ao estamento do empresário utilitário. E as mesmas condições podem apresentar outros. Sob êsse aspecto, portanto, a heterogeneidade humana é imensa.

Alguém pode ter nascido na aristocracia, mas ser um hierático, caracterològicamente, por índole e vocação, ou um empresário utilitário, ou um mero servidor. É desnecessário, pois, apresentar mais exemplos, porque são êles comuns na vida, desde que observemos cuidadosamente a maneira de proceder e de reagir das pessoas hu-

manas, o que também se pode verificar com cópia de exemplos no plano da História.

Assim, como se pode falar num factor religioso, pode-se falar em factôres aristocráticos, empresariais utilitários e serviçais, correspondentes à predominância ou a sub-predominância dos aspectos tipológicos (caracterológicos). Como as combinações caracterológicas podem ser as seguintes, quanto à ordem da hierarquia, não quanto à intensidade, é possível estabelecerem-se as relações que podem ter com os factôres políticos e econômicos, e compreender qual e quando tais factôres podem ser decisivos. As combinações possíveis são as seguintes:

hierático — aristocrático — empresarial — serviçal
hierático — empresarial — serviçal — aristocrático
hierático — serviçal — empresarial — aristocrático
hierático — aristocrático — serviçal — empresarial
hierático — empresarial — aristocrático — serviçal
hierático — serviçal — aristocrático — empresarial

Nestas combinações, o primeiro indica a predominância, o segundo, a sub-predominância. Acrescente-se, ainda, o grau de intensidade dos aspectos caracterológicos e ainda a classificação tipológica, segundo a velha classificação dos astrólogos, e mais a visão segundo a classificação dos homens da tarde (crepusculares, noturnos, da madrugada e do meio dia), e teremos uma heterogeneidade imensa de exemplares humanos. E ainda estamos considerando estàticamente, porque dinâmicamente, segundo o grau de intensidade da sub-predominância, quase igual à predominância, podem dar-se momentos em que esta supera a outra, marcando a direcção da pessoa, em face de uma determinada influência, ou ante um determinado facto social.

É tal a complexidade que poderia surgir aqui, que à primeira vista poder-se-ia dizer que cada ser humano opera e actua de modo distinto de qualquer outro, em que há semelhanças, mas também diferenças importantes.

É verdade que uma tal compreensão não agrada àqueles que gostam de homogeneizar e simplificar tudo, e querem, naturalmente, considerar a reacção de um bispo católico sempre a mesma, seja João ou Pedro, desde que

sejam bispos, o que, na verdade, não se dá. Contudo, há maior homogeneidade quanto à direcção em que opera sob a influência dos factôres, o que já facilita muito, pois desde logo se conhece a direcção, a parte extensista da operação, sem ser possível estabelecer a parte intensista, muito heterogênea, que pode e varia de uma pessoa para outra e na mesma pessoa, segundo a dinâmica e a cinemática de sua existência.

O desejo de alcançar uma homogeneidade total foi um sonho apenas, porque é primarismo querer reduzir o ser humano, dada a sua complexidade, a um tipo reactivo único ou de proceder, como se um Mauá ou um Ford reagissem ante um determinado facto econômico do mesmo modo que qualquer mercador ignorante, ou como qualquer capitalista de baixa extracção. São tais erros que levam a falar-se na reacção dos capitalistas e dos hieráticos, tomando-os como um conjunto de unidades homogêneas; daí tirarem-se considerações de visão abstractista, como o faziam certos autores socialistas, que descreviam o tipo do burguês hipostasiando-o num insaciável explorador sôbre os bens de primeira necessidade, e atribuindo-o depois a um Ford ou a um Mauá.

E se pairamos no campo dos hieráticos, consideram alguns um São Francisco de Assis ou um São Vicente de Paula como sacerdotes quaisquer, com reacções, concepções iguais. Já bastante mal têm feito ao pensamento humano essas uniformizações, essas **generalizações**, como se diz na linguagem comum, que permitiram se construíssem certos **clichés** mentais que, depois, são acomodados para assimilações sempre repetidas. A própria historicidade do homem não nos permite confundir um mercador qualquer do Templo de Jerusalém com um homem como Mauá.

Há, assim, capitalistas aristocráticos, ou de influência hierática, o que é menos comum, e até servidores humanitários. Há ainda o tipo do cesariocrata, que é quase sempre um homem dominado pelo apetite desmedido do mando e do poder, e que pode surgir em qualquer dos temperamentos caracterológicos. Todo tipo cesariocrata é fàcilmente movível por todo factor político, ou seja por todo factor que açula a paixão política.

Um acontecimento econômico fàcilmente marcará uma influência decisiva na direcção dos actos de um tipo predominantemente utilitário, proporcionadamente ao grau tipológico.

Um cesariocrata verá numa crise econômica um motivo para a sua actuação política. Êle aproveitará todos os acontecimentos segundo as possibilidades que lhe ofereçam, para impor-se ante os seus acaudilhados actuais ou possíveis.

Dêste modo, pode-se concluir que é predominante o factor econômico nos tipos susceptíveis de serem influenciados por êles, e não em todos. Assim o factor econômico não actua do mesmo modo ante os diversos tipos caracterológicos, e muitas vêzes é predominante em uns e secundário e quase ineficaz em outros. Quando o factor econômico combina-se com o político, ou seja, com o apetite de mando, tem êle uma fôrça extraordinária. O exame da História e a biografia de todos os homens de tôdas as castas, classes, quando estudados caracterològicamente, nos revelam que as reacções são distintas e opostas até. Ademais, a concepção do **desafio e resposta** de Toynbee também é compreendida na doutrina que expomos, pois os povos, cujos tipos caracterológicos são mais fortes, em que predominam o marciano, o terra, o urano, o saturnino, reagem com mais intensidade e aceitam o desafio, sobretudo se entre êles predominam os dilatados laterais e os dilatados de base. No entanto, onde predominam os retraídos de base, o desafio recebe uma resposta mais tênue, ou se dá o recuo, o que é mais verificável. Também, conforme sejam sanguíneos e biliosos os predominantes, a resposta está à altura do desafio e é enérgica e rápida; se são nervosos astênicos é rápida, mas pouco organizada; se nervosos estênicos, é sempre de recuo; se são linfáticos, abatem-se ante o desafio; se fleumáticos, aceitam-no e respondem com calma e precisão, como se vê nos inglêses, (predominantemente fleumáticos). Assim temos exemplos constante na História. Também se vê que um povo, quando desafiado à reacção, a resposta é vária, segundo os tipos caracterológicos. Alguns desesperam e se entregam (nervosos estênicos, retraídos de base, linfáticos), outros respondem com energia (sangüíneos, dilatados mistos, predominantemente retraídos laterais), outros com uma energia violenta e rápida (biliosos, retraídos laterais, com predominância da afectividade, tipos marcianos), outros com soluções quiméricas e inconsistentes (lunares), outros com uma reacção medida e ponderada, prèviamente estabelecida (fleumáticos, jupiterianos, dilatados de fronte, dilatados médios). Assim um povo desafiado, verá em sua população variedade de respostas. Somem-se a isso outros factôres, e teremos, então, a compreensão da resposta considerada como uma totalidade. Dêste modo, não é de admirar a heterogeneidade das reacções que se verificam na vida social e que nos explicam o que não se repete na História sob certo aspecto, porque sob outro há sempre uma repetição de leis que cabe ao homem descobrir para tornar-se senhor da História e não apenas um producto da mesma.

À proporção que façamos outras análises nos será possível aumentar o estudo mais concreto da História, e estabelecer alguns postulados, que nos podem servir de guias para estudos futuros.

O ESTADO NACIONAL E O ADVENTO DA BURGUESIA

O advento do Renascimento foi precedido e continuado por um processo de ascenção de movimentos políticos realizados por pequenas minorias activas, ávidas de poder, e não pròpriamente por factôres econômicos. Todo pequeno príncipe quer ser um monarca, e todo ser humano tem sempre um sonho de grandeza. Negar essa realidade psicológica, ou considerá-la como producto da economia, é confundir a causa com a condição. A imaginação humana é fundamental, e ela varia segundo os temperamentos, caracteres e influências outras que actuam no ser humano. As causas da imaginação criadora humana têm suas raízes na fisiologia do sistema nervoso e na inteligência criadora. Todo ser humano alimenta sonhos de grandeza, de vitória, de domínio, e o anseio pelo prestígio social (que surge da capacidade de captar as possibilidades das possibilidades, índice, portanto, da inteligência), está sempre presente em tôdas as suas acções. Considerado o factor econômico, como a forma de producção. o papel que esta pode ter na imaginação criadora, é apenas na ornamentação accidental ou, quando muito, nas imagens representadas, que reproduzam os aspectos da realidade em que vive o ser que sonha, não, porém, quanto à forma da imaginação, nem as causas, pois estas ultrapassam o campo da Economia.

Para os "materialistas históricos", os acontecimentos, que se deram no Renascimento, e que prepararam a separação crescente entre o poder temporal e o poder espiritual, foram de origem puramente econômica. Temos, aqui, um exemplo da deficitária tendência de reduzir tudo a uma só fórmula, a uma só explicação, a um só porquê, quando todo facto, todo acontecimento, por sua finitude,

é sempre factorado por uma conjugação de causas em cooperação. Êsse abstractismo, que consiste em virtualizar todos os aspectos, actualizando apenas um, sôbre o qual põe tôda atenção, tôda ênfase, ressaltando-o de tal modo como se fôsse capaz de dar tôda razão de ser ao facto, é um dos mais pavorosos erros filosóficos, que mentes desavisadas poderiam construir, e que revelam completa ignorância das análises procedidas através de tantos séculos, que nos demonstram que nenhum facto (feito, efeito) pode ser producto de uma só causa próxima natural. Há, sempre, uma conjugação de causas, e entre estas há as imprescindíveis antes do efeito, que são a formal, a material, a eficiente e a final, na classificação aristotélica, combatida e substituída por tantas outras, mas ainda a que melhor tem correspondido ao exame mais seguro dessa matéria. Tôdas essas causas, embora algumas se identifiquem, são elas imprescindíveis para que surja um efeito. Ademais, outras causas são necessárias para que se dêem tais ou quais efeitos, como a instrumental, a permissiva, conforme os acontecimentos.

O factor, que gera o apetite do **kratos social** e do político, é o anseio de prestígio social, essa afirmação de uma aspiração a um aumento de potência, que supervalorize o ser humano ante si mesmo e, sobretudo, ante os outros. É uma afirmativa volitiva da própria vida, que Nietzsche chamou de **vontade de potência**, que ainda a atribuía a todo o ser cósmico, e que, no homem, toma a direcção do poder (vontade de poderio), e até do poder político (vontade de poder). Essa "vontade de potência" actua heterogêneamente em proporcionalidade ao temperamento e ao carácter de uma pessoa. Um marciano bilioso tomará atitudes enérgicas e agressivas; um jupiteriano sangüíneo será um arregimentador de partidários, mas, como caudilho, será sempre benevolente e procurará convencer e dominar os outros mais pela acção hábil e pela palavra fluente; um saturniano bilioso procurará, por meios éticos, o aumento do seu prestígio; será um intransigente na prática de alguma modalidade de proceder social, será um apóstolo sombrio de sua causa, enquanto o jupiteriano será afável, procurará convencer com diplomacia, e o marciano citado procurará impô-la sob a ameaça de represálias violentas. Considerando-se a heterogeneidade das combinações caracterológicas, desde logo se notam que algumas são incompatíveis, como um marciano linfático, o qual perderia tôda capacidade de acção.

No exame do acto humano e dos factôres que o viciam, temos a concepção mais concreta que o espírito humano, no estágio em que está, pode estabelecer para a compreensão nítida da acção humana na História. Não é possível, ante o vulto dos actuais conhecimentos ministrados pela Psicologia e pela Caracterologia, considerar-se o homem apenas como um móvel neutro, submisso ao agir de uma causa eficiente única da vida social, a forma de producção, ou que seja esta sempre a predominante. Ora, como os resultados na vida psíquica não se realizam seguindo o mesmo rumo do paralelogramo das fôrças, como se observa na Física, se o chamado factor econômico, cuja clara definição não a constroem os defensores do materialismo econômico, ou da interpretação materialista da História, é o factor predominante que marcaria o vector e, neste caso, sendo sempre predominante, como o querem os mais marxistas que Marx e Engels, todos os actos da vida humana seriam apenas projecções do factor econômico, cujo conceito é tão confuso para os materialistas históricos, que ora o tomam num sentido lato, ora num restricto, ora num restrictíssimo.

Ninguém iria negar a influência do complexo econômico da Idade Média sôbre o advento do Renascimento, e dos factos que daí decorreram. Ora, o Renascimento foi mais um dos notáveis equívocos, que sempre surgem nos instantes em que o homem busca, no passado remoto, inspirações para a sua actuação. Neste caso, é sempre a busca no que constituía o fundamental do estamento politicamente substituído pelo estamento odiado. O aristocrata europeu entrava em luta contra o estamento teocrático, o estamento jurídica, econômica, política e sociològicamente teocrático. Não havia, pròpriamente, uma luta contra o teocrata caracterològicamente fundado, aquêle que é realmente hierático, um homem santo, mas, sim, contra aquêles que possuíam o poder, sob o fundamento da sua sacralidade. Ora, os teocratas ocidentais haviam sucedido aos gregos e aos romanos, pois foi sôbre aquêles que fundaram o novo ciclo cultural. O aristocrata, sequioso de poder político, já que aumentava o seu poder econômico, lutava contra o teocrata. A valorização do

grego e do romano era a valorização do adversário do teocrata. Portanto, durante o aristocratismo, teria de surgir um desejo de valorização do oposto ao inimigo próximo, ou seja, um renascimento do ideal grego de beleza e, inclusive, de suas idéias e costumes, do mesmo modo que a burguesia, em seu momento supremo de ascenção, valorizava não o que pertencera ao aristocratismo em seu fastígio ou em sua ascensão, mas ao que o antecedia, ao **rimance**, aos **troubadours**, aos **Minnersänger**, ao romantismo do passado, que iria agora viver com a influência do seu ambiente histórico, que decoraria com novas côres e aspectos distintos. No período do cesariocrata em que penetramos no ocidente, e que ameaça dominar o mundo inteiro, e quando êste tende a romper com a burguesia até então dominante, há uma luta formada contra o romantismo, e volvem-se outra vez às formas primitivas, num primitivismo desordenado, ou numa acentuação do grego, na valorização da tragédia clássica em oposição ao drama de costumes burgueses, a valorização dos aspectos medievais e da aristocracia nos seus momentos de ascenção, valorização do gótico, do renascentismo, que se manifesta em todos os sectores criadores do homem moderno. Tais retornos são outros tantos equívocos, pois não é possível retornar, como o primitivismo moderno não consegue alcançar nem a ingenuidade da criança, nem a espontaneidade do primitivo. Há uma contemporaneidade de tôdas as formas de manifestação estética e intelectual, mas há actualizações, virtualizações, valorizações e desvalorizações, que são proporcionadas aos momentos históricos e criam a heterogeneidade da vida histórica. Há, sim, verdadeiras frases musicais, cujas combinações obedecem à mesma estructura de uma fuga musical.

A linha normal: teocracia — aristocracia — empresário utilitário — servidor, incluindo suas distinções correspondentes às fases, nunca são substituídas totalmente, pois há remanescentes sempre actuando em consonância com o ambiente histórico ou não. Há, na sociedade moderna, homens da idade antiga greco-romana, e até primitivos mais longínquos, teocratas de tôda espécie, hieráticos e aretocráticos dos mais variados matizes, aristocratas de alma, oligarcas e cesariocratas monarquistas, democratas sinceros, plutocratas impenitentes, e argirocratas insaciáveis, eclocratas demagogos, que gostam de revolver os entulhos humanos, e libertários em todos os sectores, que lutam pela liberdade, que é o penhor supremo da dignidade humana. Tôda essa gama tipológica, com suas intensidades, consideradas dinâmica e cinemàticamente, actuam em função dos instantes históricos, e segundo a predominância dos estamentos. Todo o existir histórico é de uma heterogeneidade imensa, mas com uma lógica que não podiam entendê-la nem descobri-la aquêles que se prendiam às interpretações unilaterais. É mister considerar todos êsses tipos em sua gradatividade intensista, em função antagonista com os outros e o meio histórico, e se poderia, desde logo, compreender as razões das diversidades históricas, e até da própria instalação das formas de producção, que é outro conceito também tratado imprecisamente pelos que defendem o materialismo histórico.

O Renascimento foi um instante em que se soltavam amarras, em que se desprendiam laços, em que o poder temporal ascendente quebrava a influência do papado, que decaíra pela ascenção de homens como Alexandre VI, em que uma grande parte do clero estava corrupto, porque elementos hipócritas e mal intencionados haviam conseguido penetrar nos quadros da Igreja, e ascender aos altos postos de comando. Ademais, novos conhecimentos haviam sido adquiridos, a Técnica penetrava numa fase de desenvolvimento estimulada pela necessidade da manufactura e da producção em série para o abastecimento dos exércitos, até que a abertura do período das descobertas iria ensanchar as novas possibilidades, que teria o mercantilismo, e, portanto, a burguesia, ainda estreitada nos limites da sociedade feudal-aristocrática. Como poderia a burguesia alcançar o poder que detém sem as descobertas?

Sôbre isto, falaremos mais adiante. Voltemos, agora, ao exame da matéria que nos interessa tratar; ou seja, a formação dos Estados Nacionais, que tantas guerras devastadoras provocaram, como a guerra dos huguenotes na França, no intuito de se obter a unificação nacional, e a luta pela unificação da Espanha, que destruiu tantas indústrias. Estados unitários foram criados nesses países, na Inglaterra também, não tendo sido possível instalá-lo

na Alemanha, onde os príncipes lutaram pela sua independência. Assim a Guerra dos Trinta Anos realizou uma devastação tremenda na França, e a Técnica sofreu refluxos impressionantes pela emigração de muitos artesãos. Atribuir-se aos estados nacionais o desenvolvimento do progresso técnico, foi um êrro cometido por alguns historiadores. Também não se pode acusar de terem os estados nacionais prejudicado totalmente a Técnica. Houve, sim, influências maléficas por um lado, e benéficas por outro, mas, de certo modo, pode-se dizer que, nesse período, as maléficas predominaram. E não só actuaram sôbre a Técnica como sôbre a producção em geral, pelas leis proibitivas de exportação e importação, a ingerência da burocracia estatal na indústria e no comércio, fiscalização com tôda a seqüela de explorações típicas dos fiscais de todos os tempos e de todos os povos. Ademais a uniformização dos productos e a manutenção de um verdadeiro exército de funcionários, cujas funções não são reproductivas, cujos salários insolváveis só poderiam produzir a inflacção de preços, bem como a ingerência incompetente do Estado, teria que trazer atrasos aos métodos de trabalho. Só quando a burguesia liberal obteve o poder, é que êsses entraves foram aminorados, o que se deu nos séculos XVII e XVIII, na revolução burguesa. Muitos autores se dedicaram ao estudo dêsse retrocesso, bastando dizer-se que a Técnica sofreu tal depressão que, como nos conta Kropotkine em seu famoso "Apoio Mútuo", quando James Watt reinventou a máquina a vapor, durante vinte anos não conseguiu descobrir um artesão capaz de tornear um cilindro, o que atrasou a aplicação do seu invento. No entanto, um torneiro dessa espécie teria encontrado muitíssimos em qualquer cidade medieval.

Houve, assim, inegàvelmente, uma queda na qualidade da técnica, e muitas formas bárbaras retornaram, devido às guerras intermináveis e à ingerência incompetente do despotismo estatal na vida das indústrias. Ora, a nobreza dominante não via com bons olhos os burgueses e os artesãos, cujo progresso econômico era uma ameaça constante ao seu poder. O desenvolvimento da indústria causava-lhes temores, sobretudo pela tendência a unificar-se na luta que se manifestava entre o artesanato, o proletariado e a burguesia, que não viam, nesse período, com simpatia, a tendência unitária do Estado, nem suportavam a sua intervenção constante na vida econômica. Mas a nobreza conseguiu, afinal, vencer tôdas as resistências, empregando o método de dividir os adversários, dando ensanchas à burguesia mercantilista, apoiando-a no período das descobertas, e estimulando até os monopólios, o que teria de dar, como conseqüência, o fortalecimento constante da burguesia nas suas bases econômicas, que terminaria por aspirar ao poder político, como se verificaria na revolução industrial e no advento das formas democráticas, iniciadas na revolução americana, marco inegável de uma grande transformação histórica, seguida pela Revolução Francesa, que, por ser européia, teria que parecer ainda mais importante e significativa que a revolução feita num país colonialista.

A burguesia financeira aumentava de poder econômico a olhos vistos, de tal modo que o Estado nacional tornava-se, de certo modo, dependente dela, e tal se deu pela imensa importação do ouro e da prata das Américas, que terminavam por cair em mãos hábeis, modificando a economia monetária, cuja influência na vida econômica tornava-se cada vez mais poderosa.

Ademais, o luxo, que começara a desenvolver-se desde as Cruzadas, tomava um aspecto avassalante, não só nas côrtes dos déspotas, como nas pequenas côrtes dos senhores feudais, subordinados ao monarca. Um funcionalismo burocrático exagerado, um exército numeroso e um alude de parasitas cada vez crescente absorviam grande parte, a maior sem dúvida, da renda estatal, e os Estados se endividavam de tal modo que tinham de constantemente solicitar créditos aos senhores do dinheiro, a burguesia financeira, que não os concedia sem troca de vantagens, que terminariam por torná-la cada vez mais poderosa e mais exigente, por que "o apetite cresce ao comer..." Os tremendos gastos com as guerras obrigavam a constantes solicitações, não só de numerário para estipendiar as tropas, como para desenvolver a indústria em série e a manufactura de certos productos para a guerra, que traziam à tona novos empresários utilitários, por sua vez mais necessitados de crédito, o que daria, afinal, um poder econômico tremendo à burguesia financeira. Esta não podia deixar de aproveitar-se da situa-

ção, e exigia o respeito aos seus direitos, pois estivera sempre ameaçada pela prepotência dos senhores feudais rapineiros. A criação de monopólios, as vantagens concedidas a grupos teriam fatalmente que gerar a injusta distribuição da riqueza e do usufruto dos bens, e provocar as primeiras manifestações de revolta popular, que seriam tão bem aproveitadas pela burguesia para ascender ao poder político. Por outro lado, instalava-se a rotina em muitos sectores da indústria, o que impedia o progresso técnico desejado, que, apesar de tudo, conhecia um desenvolvimento, não, porém, nas proporções que poderia ter atingido.

Aliando-se à indústria e ao comércio, conheceram os Estados nacionais um progresso extraordinário, não só no seu poder como também na obtenção de rendas. Pondo ao lado do comércio suas frotas de guerra, seus soldados, e as solicitações em atacado de productos uniformes, permitiram o maior desenvolvimento da indústria, cujas exigências teriam de facilitar o desenvolvimento da Técnica e, posteriormente, a mobilização de grande parte dos cientistas para atenderem as necessidades da indústria. A intervenção do Estado processava-se no intuito de favorecer a indústria e o comércio, quer por leis proibitivas de importação, e por tarifas aduaneiras, capazes de permitir o desenvolvimento da indústria do país, quer auxiliando, com as próprias rendas nacionais, o desenvolvimento técnico, e também estabelecendo leis de consumo, que obrigavam o emprêgo da producção do país, como o uso obrigatório da lã na Inglaterra para envoltura dos cadáveres, com Carlos I, ou a proibição do luto demorado na Alemanha, a fim de favorecer a acquisição dos panos de côres. Importaram-se artesãos, criaram-se leis severas para evitar a emigração, mobilizaram-se até órfãos para o trabalho na indústria.

Argumenta-se constantemente que nos países dominados pelo protestantismo houve um surto de progresso muito maior que nos países dominados pelo catolicismo. Realmente tal se deu, no tocante à Técnica, e em parte à ciência aplicada. Mas o que nem sempre procede são as razões apresentadas, ou seja, de caber à Igreja Católica a culpa de tal estado de diferença, pois a França católica superou em muito, em sua época, outros povos, e o mes-

mo se deu com a Itália e com a Espanha. Esta, após a unificação, realizada com a junção de Castela e Aragão, decaiu muito devido à ingerência do poder despótico sôbre a Indústria, como Colbert na França, com suas leis sôbre a indústria e o comércio, que levaram êsse país a paralisar o progresso técnico, a ponto de, em plena Revolução Francesa, a indústria estar (tècnicamente considerada) com um século de atraso. Quem se demora a examinar a História, verificará a decadência das guildas da Idade Média, transformadas em departamentos do Estado todo-poderoso, como dos grêmios profissionais, que haviam perdido tôda a sua espontaneidade de criação. Era natural que, na Inglaterra, em tempos da Revolução Francesa, onde se respirava mais liberdade, e onde o comércio e a indústria tinham mais campo de acção livre, a Técnica tivesse alcançado um estágio superior. Logo após a Revolução Francesa, quando foram abolidas as leis de Colbert, a indústria tomou novo impulso. Essas leis prepararam e constituíram um motivo poderoso em favor da revolução burguesa que se processou na França. Na Inglaterra, com Eduardo IV, com Ricardo III, Henrique VII e Henrique VIII, muitas leis haviam sido criadas, que obstaculizavam o desenvolvimento da indústria, embora não fôssem tão estapafúrdias como as francesas. Após êsses reis, o parlamento inglês estabeleceu muitas disposições que criavam embaraços à indústria, e tais, que nem as revoluções de 1641 e 1688 conseguiram abolir totalmente. Mas, o que diferencia sobretudo a Inglaterra da França é que, naquele país, a tutela do Estado não foi tão forte como no segundo. Como o Estado necessitava do aumento de rendas, os monopólios eram concedidos em trocas de vantagens especiais. E assim se deu tanto na França como na Inglaterra. Os monopólios não podem organizar-se por si sós. Necessitam de um amparo legal, pois é mister uma lei que proíba que muitos, com excepção dos privilegiados, possam empregar sua actividade em determinado mister. E o abuso dos monopólios concedidos pelo Estado, na Inglaterra, prosseguiu através dos Tudor, dos Stuart, e até em tempos da rainha Isabel.

Inúmeros foram os monopólios concedidos pelos reis e pelo parlamento, o que impedia o progresso da indústria. Sobretudo tal se deu quando a Inglaterra iniciou a

sua política colonialista, com a formação da famosa "Companhia das Índias Orientais", constituída por cento e vinte cinco accionistas, a qual era a única que tinha direito a manter relações comerciais com as Índias e com todos os países a leste do cabo da Boa Esperança e ao ocidente do estreito de Magalhães. Quem tentasse romper êsse monopólio era castigado severamente. As capitanias do Brasil, doadas por Portugal, a súbditos escolhidos, eram verdadeiros monopólios, como o foi a concessão de Virgínia, na América do Norte, por Carlos II, ao seu sogro. Poderíamos aqui, se o quiséssemos, reproduzir, dos livros que tratam do assunto, inúmeros exemplos. Pois bem, note-se que o progresso industrial da Inglaterra começa a processar-se depois de 1689, quando são restringidos os poderes de tais companhias monopolistas. Surgem, então, inventos extraordinários, como a preparação do aço, o tear mecânico, a máquina a vapor, etc. O mesmo se deu na França, quando a Revolução Francesa aboliu as leis monopolistas e absolutistas do Estado anterior.

Após as descobertas, Portugal e Espanha e, posteriormente a Inglaterra e a França, tinham, nas conquistas, sobretudo os dois primeiros, um ingresso estraordinário de ouro e prata, com os quais podiam comprar as mercadorias manufacturadas em outros países, razão pela qual se despreocuparam tanto com a indústria, a ponto de permitir o despovoamento do artesanato, dos industriais, parte dirigindo-se para as colônias, e parte transferida para outros países europeus, onde gozavam de mais liberdade de acção.

A economia é, por essência, pacífica e liberal; ela se funda no acto humano de producção pacífica e na liberdade de exercício, na livre iniciativa. Os obstáculos criados pelos Estados omnipotentes, as restrições ao intercâmbio, as leis votadas sem o conhecimento específico dos interêsses reais da economia, a falsa compreensão da verdade e do significado do empresário utilitário, a criação arbitrária, não pròpriamente de origem econômica, mas do apetite desmedido pelo lucro fácil, criaram os monopólios e êstes estimularam as guerras, as guerras de conquista, que nobres ambiciosos pretendiam mover, dando-lhe o apoio. Os monopólios não podem ser criados sem o apoio do Estado, e êste, por sua vez, não pode actuar sem o auxílio imediato dos monopólios, que lhe servem as ambições. É uma simbiose, cujo estudo, por não ter seguido uma linha realista, levou a muitos julgar que os monopólios são uma decorrência natural da economia, quando decorrem dos apetites conjugados com intenções de lucro fácil e seguro da parte do empresário utilitário e da ambição desmedida de nobres complexados, anelantes de poder, que compreenderam que sua fôrça, afinal, tinha de basear-se em organismos poderosos. Mas êstes deviam estar subordinados ao poder estatal e como consegui-lo senão por uma troca de vantagens?

Os reis de Portugal e de Castela no período das descobertas e da colonização, ante o fluxo de ouro e prata e pedras preciosas, descuraram-se da indústria, preocupando-se apenas com o intercâmbio mercantil, que, pela sua unilateralidade, lhes era tão benéfico. Em Portugal, até galinhas e ovos eram comprados no exterior, já que a população portuguêsa preocupava-se apenas com os negócios de além-mar. Todos os negócios eram controlados pela Metrópole, a ponto de as colônias não poderem manter intercâmbio entre si. Por outro lado, os impostos sôbre os agrários era excessivo, enquanto outras camadas da população não sofriam de tais sangrias. Havia o intuito de forçar muitos a emigrarem, e procurarem nas terras recém-conquistadas a liberdade que não gozavam e uma maior segurança na vida econômica. Por outro lado, os latifundiários gozavam de vantagens, e ainda oprimiam os pequenos camponeses, e a Espanha, que fôra o país mais fecundo da Europa e também o de maior desenvolvimento econômico, passou, aos poucos, para segunda plana. A ambição de domínio levou os reis espanhóis a guerras que devoravam suas rendas, como a efectuada contra a Holanda. Quando os inglêses e holandeses conseguiram destruir a armada espanhola, o domínio da Espanha e o monopólio do comércio mundial, começaram a participar êstes países do comércio até dominá-lo totalmente. A tremenda queda que sofrera a indústria, o abandono das terras, a falta de irrigação, as leis opressivas levaram assim a Espanha a perder a metade de sua população, que emigrou. Como caíram as rendas do Estado, um aumento do impôsto tornou-se necessário, o que levou o país a um aumento da miséria ainda maior.

sua política colonialista, com a formação da famosa "Companhia das Índias Orientais", constituída por cento e vinte cinco accionistas, a qual era a única que tinha direito a manter relações comerciais com as Índias e com todos os países a leste do cabo da Boa Esperança e ao ocidente do estreito de Magalhães. Quem tentasse romper êsse monopólio era castigado severamente. As capitanias do Brasil, doadas por Portugal, a súbditos escolhidos, eram verdadeiros monopólios, como o foi a concessão de Virgínia, na América do Norte, por Carlos II, ao seu sogro. Poderíamos aqui, se o quiséssemos, reproduzir, dos livros que tratam do assunto, inúmeros exemplos. Pois bem, note-se que o progresso industrial da Inglaterra começa a processar-se depois de 1689, quando são restringidos os poderes de tais companhias monopolistas. Surgem, então, inventos extraordinários, como a preparação do aço, o tear mecânico, a máquina a vapor, etc. O mesmo se deu na França, quando a Revolução Francesa aboliu as leis monopolistas e absolutistas do Estado anterior.

Após as descobertas, Portugal e Espanha e, posteriormente a Inglaterra e a França, tinham, nas conquistas, sobretudo os dois primeiros, um ingresso estraordinário de ouro e prata, com os quais podiam comprar as mercadorias manufacturadas em outros países, razão pela qual se despreocuparam tanto com a indústria, a ponto de permitir o despovoamento do artesanato, dos industriais, parte dirigindo-se para as colônias, e parte transferida para outros países europeus, onde gozavam de mais liberdade de acção.

A economia é, por essência, pacífica e liberal; ela se funda no acto humano de producção pacífica e na liberdade de exercício, na livre iniciativa. Os obstáculos criados pelos Estados omnipotentes, as restrições ao intercâmbio, as leis votadas sem o conhecimento específico dos interêsses reais da economia, a falsa compreensão da verdade e do significado do empresário utilitário, a criação arbitrária, não pròpriamente de origem econômica, mas do apetite desmedido pelo lucro fácil, criaram os monopólios e êstes estimularam as guerras, as guerras de conquista, que nobres ambiciosos pretendiam mover, dando-lhe o apoio. Os monopólios não podem ser criados sem o apoio do Estado, e êste, por sua vez, não pode actuar sem o auxílio imediato dos monopólios, que lhe servem as ambições. É uma simbiose, cujo estudo, por não ter seguido uma linha realista, levou a muitos julgar que os monopólios são uma decorrência natural da economia, quando decorrem dos apetites conjugados com intenções de lucro fácil e seguro da parte do empresário utilitário e da ambição desmedida de nobres complexados, anelantes de poder, que compreenderam que sua fôrça, afinal, tinha de basear-se em organismos poderosos. Mas êstes deviam estar subordinados ao poder estatal e como consegui-lo senão por uma troca de vantagens?

Os reis de Portugal e de Castela no período das descobertas e da colonização, ante o fluxo de ouro e prata e pedras preciosas, descuraram-se da indústria, preocupando-se apenas com o intercâmbio mercantil, que, pela sua unilateralidade, lhes era tão benéfico. Em Portugal, até galinhas e ovos eram comprados no exterior, já que a população portuguêsa preocupava-se apenas com os negócios de além-mar. Todos os negócios eram controlados pela Metrópole, a ponto de as colônias não poderem manter intercâmbio entre si. Por outro lado, os impostos sôbre os agrários era excessivo, enquanto outras camadas da população não sofriam de tais sangrias. Havia o intuito de forçar muitos a emigrarem, e procurarem nas terras recém-conquistadas a liberdade que não gozavam e uma maior segurança na vida econômica. Por outro lado, os latifundiários gozavam de vantagens, e ainda oprimiam os pequenos camponeses, e a Espanha, que fôra o país mais fecundo da Europa e também o de maior desenvolvimento econômico, passou, aos poucos, para segunda plana. A ambição de domínio levou os reis espanhóis a guerras que devoravam suas rendas, como a efectuada contra a Holanda. Quando os inglêses e holandeses conseguiram destruir a armada espanhola, o domínio da Espanha e o monopólio do comércio mundial, começaram a participar êstes países do comércio até dominá-lo totalmente. A tremenda queda que sofrera a indústria, o abandono das terras, a falta de irrigação, as leis opressivas levaram assim a Espanha a perder a metade de sua população, que emigrou. Como caíram as rendas do Estado, um aumento do impôsto tornou-se necessário, o que levou o país a um aumento da miséria ainda maior.

Por sua vez, na Alemanha, graças à independência de seus príncipes, que conseguiram manter-se em pequenos Estados, não foi possível construir um grande Estado unitário, apesar dos esforços dos Habsburgos. Richelieu conseguiu, depois, unificar a França, mas, na Alemanha, todos os esforços foram baldados, com algumas excepções, como Fernando II, que conseguiu unificar parte da Alemanha. Esta teve sempre a oposição da França e até do Papado, que não desejavam, na Alemanha, um Estado Nacional, a sua unificação. Por estas razões é que a França, com Richelieu, e o papado apoiaram as ambições de Gustavo Adolfo, rei da Suécia, que combatia os alemães. A Guerra dos Trinta Anos esgotou totalmente a Alemanha e impediu, por dois séculos, que ela recuperasse o que havia perdido. A Áustria, o Brandenburgo, a Prússia, a Saxônia, a Baviera continuavam separados. Perdeu a Alemanha, nessa guerra, dois terços de sua população. Tornar a povoar o país foi o problema imediato, que se afigurou aos dirigentes, daí tôda a política alemã em favorecer a agricultura. Alguns reis compreenderam essa verdade político-econômica de que o aumento da renda do Estado depende do progresso da indústria e do comércio e, então, começaram a estimular o desenvolvimento dêsses dois ramos da actividade humana.

Os entraves causados pelas leis proteccionistas, de que já estudamos, que impediam o intercâmbio entre as cidades e os pequenos países entre si, começaram a ser objecto de estudo, e muitos foram abolidos, a fim de proporcionar maior desenvolvimento ao país.

Querem muitos economistas e historiadores afirmar que a formação dos grandes Estados Nacionais é que fomentou a indústria e o progresso dos povos. Em oposição, outros negam totalmente que o progresso tenha dependido de tais monstruosos organismos políticos. Contudo, é mister fazer distinções aqui, que permitam compreender, com segurança, o que realmente se deu, e examinar com firmeza os factos. Os estados nacionais, omnipotentes, realmente criaram embaraços ao progresso técnico-industrial pela formação de leis que o obstaculizavam. Ademais, pela criação desorientada dos monopólios, ligados às ambições desmedidas dos nobres, o progresso foi impedido, o que, por seu turno, anulou as condições econômicas favoráveis a êsse desenvolvimento. Devido às guerras cruéis, que avassalaram a Europa, muitas das conquistas técnicas, obtidas anteriormente, foram virtualizadas, e formas antigas de trabalho e de producção retornaram. As leis opressoras impediram a livre iniciativa, o espírito criador em acção, opondo entraves ao progresso técnico-econômico. Sabemos serem os inventos aplicados onde se podem aplicá-los, do contrário ficam relegados ao esquecimento. Onde se instalam monopólios, um invento, que supere a possibilidade de producção daquele ou vendido a êle, e pôsto em silêncio, ou no silêncio também estagna. É inútil procurar o que é inaplicável. Não há quem não saiba quanto influi no abandono de muitas emprêsas inventivas a oposição que lhes oferece o Estado ou os monopólios. Os chamados "interêsses nacionais", que, na verdade, não passam de interêsses políticos de grupos econômicos monopolizadores, impedem o desenvolvimento de tudo quanto lhes pode oferecer restricções aos ganhos. A única indústria que conhece seguro progresso, é aquela que serve aos interêsses dos grandes senhores do Estado e de seus acaudilhados econômicos, a indústria guerreira. Esta só progride com segurança onde há opressão. A indústria pacífica progride onde há liberdade e competência livre. O progresso, que se pode apontar aos Estados opressores, é sempre proporcionado ao grau de liberdade de que gozam os seus industriais, em função da competência livre. Onde não há liberdade de acção, e liberdade competitiva, o único real progresso que se observa é no campo da indústria de guerra.

São essas realidades insofismáveis, que se devem considerar quando se pretende fazer alguma coisa em benefício da Humanidade e por uma Humanidade melhor. É mister a liberdade de criação e de aplicação, é mister o estímulo (que no capitalismo é o apetite de lucro, e a competência, a concorrência). Essas realidades não podem ser desprezadas. Se elas se apresentaram, acompanhadas de outros defeitos, convém examinar a sua origem e depois qual a terapêutica para extirpá-los da sociedade.

Mas, nunca, e é aqui que está a grande mentira dos nossos tempos: para terminar com os males que decorrem dos apetites desenfreados de lucro, dos ímpetos mo-

nopolistas, seja verdade que é necessário criar Estados monstruosamente poderosos e despóticos, restringir a liberdade humana apenas ao exercício do que o Estado estima como conveniente e a liquidação de todo estímulo, substituído por um estímulo meramente sentimental e transeunte, que actua, violentamente sem dúvida, num momento histórico, mas de pouca duração.

É mister não pretendamos destruir algo que é mau para substituir por algo muito pior. É uma verdade meridiana, tão meridiana que não deveríamos proclamá-la aqui. Mas é também uma dessas evidências que parecem velhos chavões, mas que, esquecidas constantemente, e não devidamente avaliadas, permitem que os inimigos do homem à sôlta e trasvestidos de "salvadores", possam, demagògicamente, mover as multidões, para que sirvam ao seu sinistro intento: a criação de novas monstruosas brutalidades organizadas.

Êste livro foi composto e impresso para a Livraria e Editôra LOGOS Ltda., na Gráfica e Editôra MINOX Ltda., à av. Conceição nº 645, em junho de 1962. — SÃO PAULO — BRASIL